

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETOR PRESIDENTE:
João Batista de Magalhães

SECRETARIO:
H. Castello Branco

GERENTE:
João Batista de Matos.

ANO XXI

BRASIL - RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1934

NUM. 242

EDITORIAL

A organização da Nação para a guerra e o Exército

*A's vezes acontece o que debalde
se esperou muitos séculos . . .
(Orlando Furioso - Ariosto)*

Quem examinar detidamente *o que há de fundamental* nas novas leis decretadas pelo Governo Provisório, nos derradeiros tempos de seus poderes descricionários, e cotejá-las com os dispositivos constitucionais de interesse para a defesa nacional, sentirá certamente que não pode deixar de processar-se profunda modificação em nosso mecanismo militar, mesmo que a rotina e a inércia dos homens a isso se oponham.

Não é que, à maneira de metafísicos ou místicos, atribuamos ás leis e aos decretos o poder soberano de corrigir erros, falhas ou desvios da natureza ou de interromper o curso de acontecimentos fatais, mas o jogo habil de interesses, que as novas leis estabelecem, é bastante para crear seus defensores espontâneos naquêles a quem amparam.

Estes surgiram principalmente, como é lógico, mesmo com razões aparentes de defenderem simples interesses particulares, entre os capazes de compreender os legítimos benefícios que elas oferecem contra os males da rotina, do cacequismo, do indiferentismo ou do compadrismo.

É que elas, de um lado, ao par de definirem com precisão suficiente *responsabilidades* e *autoridades*, asseguram, de outro, *direitos*, prevendo os recursos necessários para que êstes possam prevalecer.

Certamente, é possível que nas questões em que haja apenas a causa pública em jogo, alguns prejuízos continuem a manifestar-se e determinadas insuficiências não desapareçam sem que as mais altas autoridades *zelem, e saibam por ela zelar*.

Certamente é também possível, é mesmo garantido que, onde haja *interesses individuais em jogo*, êstes reajam desde que sejam feridos, contrariados ou desatendidos na aplicação das leis, uma vez que os homens são atentos, ativos e energicos ao cuidar das cousas do próprio *eu*.

Resultará daí, em todo caso, *um bem público*, por isso que as novas leis, principalmente as de *promoção e movimento*, entrosam o interesse público com o particular.

A primeira estabelece normas, definidas e precisas, inofismáveis algumas porque são expressas por valores numéricos, capazes de assegurarem um

mínimo suficiente de bôas escolhas na ascenção hierárquica dos oficiais, a quem são dados os meios de protestar contra erros possíveis.

A segunda assegura a presença de oficiais nas diversas unidades, visto que essa presença é necessária para satisfazer a interesses individuais, tais como o da promoção e os resultantes do exercício de certos cargos, sempre muito procurados.

É então legítimo esperar que a êsse respeito se inverta o sentido do movimento dos quadros até agora observado em fuga dos corpos, para o de procura da tropa e da fronteira...

Ora, entre os oficiais presentes nos corpos, alguns haverá que saberão transformar o ambiente e tornar, por sua atividade e pela demonstração prática dos prazeres que acarreta o cumprimento do dever, a vida atraente e sadia.

Estes reagirão uns sobre os outros, sobre os próprios órgãos do comando e da administração, melhorando em consequência, consideravelmente em seu conjunto, todo o Exército Nacional.

Atacado assim, praticamente, pelo Governo Provisório o mecanismo militar em toda a amplitude, o Exército propriamente falando ficará em condições de atender às necessidades de sua missão de órgão técnico da preparação da guerra. Logo que, em consequência das disposições constitucionais e da atividade dos órgãos da Segurança Nacional, já reajustados por antecipação à nova lei básica brasileira, a qual os confirma e consolida, seja estabelecida em *lei a forma porque a nação cumprirá* seus deveres constitucionais de preparar-se para a eventualidade de uma guerra, nêle não mais haverá grandes reformas a introduzir.

As leis do Exército, no entanto, desde a do Serviço Militar à de Promoções, a bem dizer, encaram aspéto

limitados da questão e, portanto, solucionam incompletamente o problema.

Uma *nova lei* vai certamente surgir dentro em breve, estabelecendo as ligações que evidentemente faltam entre o Exército e a Nação.

A lei do *serviço militar* satisfaz em parte, quanto às necessidades de pessoal para a constituição das unidades das armas e de outros elementos da força armada; em relação às materiais, não são evidentemente bastante os recursos dados pela lei das requisições; e, quanto a outras necessidades, tais como as de ordem científica de política, de propaganda, de censura da publicidade, de vigilância de derrotismo, etc., nada há verdadeiramente estabelecido.

De outro lado, a guerra moderna tem exigências tais que não é possível às vezes contentar-se uma Nação apenas com o que naturalmente possue e faz-se-lhe necessário gear elementos que lhe faltam, ou ao menos predispor as causas de modo que tais elementos possam surgir na eventualidade do conflito. É o caso das indústrias de guerra, principalmente munições e armamento, hoje tão mais necessários de serem fabricados no país quando as grandes potências começam a adotar a prática de vetar o comércio desses elementos com os países em luta.

Para que não faltem os meios necessários à sua defesa, é preciso que a Nação se organize praticamente e que uma lei regule a situação em tempo de guerra, fazendo surgir os órgãos necessários e repartindo convenientemente as tarefas.

Esse trabalho executado, os elementos diretores da sociedade em geral, qualquer que seja a natureza de sua esfera de atividade, hão adquirir a noção e o sentimento de que não basta ter um Exército qualquer e uma

Marinha de paz, para que redunde garantida a Segurança Nacional.

Levad a cogitar das necessidades da guerra, em virtude do papel prático e preciso que em tal emergência lhes corresponde, aperceber-se-ão das condições e existência a que devem tais elementos satisfazer.

Apeito per-se-ão facilmente de que o Exército e a Marinha, em tempo de paz, devem ter vida verdadeiramente eficiente e não deixarão de zelar por isso, na medida de suas atribuições e conforme a influência que exercem na sociedade.

**

O resultado a esperar da nova ordem de coisas é, portanto, lisonjeiro e todos os esforços devem ser envidados para obter-se copiosa colheita de bons frutos.

Para que tais esforços tenham o rendimento que convém, é porém, indispensável, antes de mais nada, haver *niida compreensão do espírito da reforma* e em seguida ser desenvolvida uma *atividade calma e firme* por todos os que têm qualquer parcela de autoridade, ou melhor por todos, sem exceção alguma, sem o que não haverá ajuda e facilidades reciprocas.

As classes armadas cabem, em consequência mesmo de seu papel, *de suas preocupações legítimas, de sua acultura profissional e de sua vida funcional*, as maiores responsabilidades no presente momento. *Elas não podem deixar de compreender a reforma, de sentir-lhe o valor, de se aperceberem da importância do momento, e da influência da impulsão inicial* ora dada em benefício do progresso, de modo que couça alguma justificará se mantivessem indiferentes ou inertes, a menos que houvessem perdido a razão de viver.

Para que se não amorteça a *impulso inicial* e para que ao contrário

ganhe em velocidade o movimento de progresso, é inadmissível a existência de qualquer sintoma, gesto, ou mesmo simples pensamento de seticismo.

De resto, ninguém tem o direito de duvidar enquanto por seus atos não houver demonstrado não ser passível das acusações que lança sobre os demais.

De outro lado, deve-se considerar que é bastante cada um cumprir seus *deveres de fato*, apreciado esse cumprimento do dever em balanço calmo de consciência, para que não haja razões de queixa.

Seja, porém, como fôr, mais do que nunca o *momento presente* impõe aos militares apresentarem-se à Nação como capazes da missão que lhes incumbe, o que exige deles disciplina, atividade sem agitação, demonstrações públicas sem exibições, seja como conduta individual seja como atividade corporativa.

É indispensável que saibam prestar-se para o que basta que deem a impressão de possuir as virtudes que o vulgo atribue à natureza do soldado...

**

Entremos, sobre dois pontos devemos todos meditar:

- nossa personalidade desaparece, nulifica-se deante da corporação;
- nossos atos públicos recaem sobre toda a corporação.

Em consequência, nenhuma preocupação deve haver de *saliência individual em face da opinião pública*; toda a preocupação deve existir em demonstrar a existência da maior coesão na coletividade. Isso resulta da atividade profissional intensa, mental e prática...

**

O Exército deve ser um grande surdo-mudo, mas extremamente *ativo e produtivo*...

Filosofia materialista

Reflexões de um curioso

Pelo Cap. Durval Coelho

A doutrina marxista descende do naturalismo filosófico no qual o homem é tão subordinado à natureza que a liberdade do espírito se não desaparece, pelo menos muito se restringe. Ela é conhecida como *concepção materialista ou econômica da história*.

Os filósofos da nova escola, continuaram e desenvolveram as concepções filosóficas do século XVIII, estas consideradas como metafísicas. Reconhecem eles que os seus predecessores, desenvolvendo-se muito no estudo das ciências naturais, criaram o método de investigar isoladamente fenômenos e objetos sem muito se preocuparem com a reciprocidade e relações que os une num grande total. Fenômenos e objetos eram, portanto, estudadas sem levar em conta a sua movimentação.

Hégel, criticando a estreiteza dos métodos metafísicos, contrapôz-lhe o método dialético. Segundo ele os metafísicos analisam por antiteses desprovidas de meio termo. Tudo que não se achasse contido na afirmação ou na negação era destituído de interesse.

As noções de causa e efeito — continua ele — só apresentavam valor em se tratando de casos isolados; desde que o caso seja considerado nas suas relações gerais com o resto do universo, tais noções confundem-se, dissipam-se em ligações reciprocas e gerais. Causa e efeito mudam de posição constantemente. O que era causa em espaço e em tempo determinados, transforma-se em efeito noutro lugar e noutro momento, continuando destarte a cadeia para diante pela anexação de novos elos. No método dialético tanto os objetos como a sua representação intelectual — as noções — são consideradas na sua origem, no seu desenvolvimento e no seu perecimento. Daí a conclusão que o mundo inteiro é um processo, isto é, mudança, transformação e desenvolvimento constantes, onde se busca encontrar a conexão íntima que forme sistema entre o movimento e o desenvolvimento.

Nessa ordem de idéias a história da humanidade é a sua própria evolução e não um caótico intrincado de violências ilógicas. O pensamento através das diferentes eras, deve ser encorajado no percurso lento da evolução, investigando-se, em todas as suas bifurcações, a constância na variedade desses fenômenos, casuais na aparição.

Karl Marx inspirou-se no método dialético mas achou que este se achava de cabeça para baixo visto que, em vez de apoiar-se no sustento, se firmava no pensamento. Achou que o movimento do espírito devia ser posto de pé assentando nas condições da vida material. Para ele a causa exclusiva e a força impulsora de todos os acontecimentos históricos residem na evolução econômica, na transformação dos processos de produção e na consequente formação de classes antagonicas; unifica economia e história. Religião, moral, direito, filosofia, nada mais são que reflexos do modo de produção dos bens materiais. A evolução ideológica subordina-se por si que tal modo de produção e de distribuição eventualmente formam os interesses das classes antagonicas; unifica economia e história; sobretudo ele é imparcialmente condicionado pelo modo de produção que, em cada época, correspondem a fabricados minado grau das forças produtivas.

Não vê ele, pois, uma linha de vetação separação entre a teoria e os com os factos. Não existe verdadeiramente correspondência entre a teoria e os fatos, com a sociedade a certos meios necessários que devem estar todas as causas recíprocamente entre si e entre elas.

Quando a evolução atinge a sua conclusão, as forças produtoras surgem e a sociedade entra em conflito entre os interesses de produção existentes. Outros termos — com a ajuda dos elementos de propriedade em que tais forças atuam — a sociedade entra em conflito entre os interesses de produção existentes. Outros termos — com a ajuda dos elementos de propriedade em que tais forças atuam — a sociedade entra em conflito entre os interesses de produção existentes. Outros termos — com a ajuda dos elementos de propriedade em que tais forças atuam — a sociedade entra em conflito entre os interesses de produção existentes.

que não
ter e uma

Torna-se necessário, por conseguinte, restabelecer o equilíbrio. Surge uma revolução social. As formas de produção se transformam, a base econômica readjusta-se e, em consequência, a estrutura social se modifica com maior ou menor celeridade.

Esses períodos de crise vão se reproduzindo: período da escravatura, do feudalismo, do burguesismo. Presentemente aponta o capitalismo como apropriador das principais forças econômicas, acarretando a aparição de grandes massas proletárias.

Mas o fator único da produção é o trabalho; só ele cria valores, isto é, mercadorias. O capitalista porém, quer que o preço das mercadorias exceda o valor dos meios de produção (materias primas, maquinismos) e do trabalho realizado. Quer, obstinadamente, auferir lucros e assim o operário é espoliado de grande parte do fruto que lhe pertence, proveniente do seu labor.

Essa situação lamentável do trabalhador, continua Marx, é uma consequência fatal das condições econômicas atuais, em que ele jaz impotente perante o proprietário dos meios de produção.

Como remate fatal da evolução econômica resultará a transformação da ordem capitalista em ordem socialista: todos os nação acelerada pela luta das autoridades em presença e mediante a união exceção do proletariado. O capital pelo averá ajuá intrinseco vai cada vez mais Ás elas entrando em menor número de e seqüência tornando-se dia a dia mais facil suas pras dar lugar a ditadura ao proacultura.

rcional, incremento do Estado é justificando presestoria como surgindo do produto dem deix de classes. Prevê que dia virá de sentir este seja levado á apoderar-se rem da ficio da coletividade. O produto da influêncio de todos, pertencerá ao Estado em este depois de retirar a parte modo quindente ás despezas com os enciaias, repartirá o restante entre se mantivadores. a menos pois que o materialismo dia razão de o se limita apenas a dar uma

Para ação teórica da realidade da história inicial, distinta de uma interpreta-

ção prática que seria a realização do seu conteúdo abstrato. Pretende ser objetivo baseado na realidade dependente das modalidades de produção.

Daí a afirmação audaciosa de Lénine: «O que importa não é conhecer o mundo, mas transformá-lo». Basta que alguns chefes conheçam essa lei e que com ela agitem as massas.

A realidade histórico social é aqui considerada como a sociedade humana vista exclusivamente pelo prisma da produção, bastando-se a si mesma.

Podemos agora resumir as grandes linhas da concepção marxista:

- a) — a evolução histórica dos povos, em cada momento, é determinada pelas condições econômicas materiais dependentes do mecanismo do trabalho e da técnica de produção;
- b) — a história da vida social, resulta das condições econômicas de cada época e é apreciada através das lutas de classes correspondentes;
- c) — em cada época, a luta de classe visa a emancipação econômica e política de uma delas. De agora para diante, deve buscar a supressão de classes distintas pela comunhão de todos os proletários do universo;
- d) — transformando-se as condições econômicas, modificar-se-á paralelamente toda a super-estrutura social: família, direito, moral, religião e filosofia.

**

Não podemos deixar de consignar aqui o nosso sincero respeito pela genial concepção materialista. É uma teoria audaciosa e, como tal, admirável e sedutora; mas por isso mesmo incapaz de trazer qualquer benefício aos povos, si tomada em seu sentido absoluto.

Efetivamente, da concepção da natureza em círculos estreitos como um todo invariável, de um agregado dos corpos celestes eternos — como definiu Newton — com espécies invariáveis de seres orgânicos — como assinalou Lineu — a concepção que, conferindo à natureza a sua evolução no tempo, em que os cor-

pos celestes e as espécies orgânicas aí podem viver em circunstâncias favoráveis, nascendo, desenvolvendo-se e morrendo, enfim, todos os progressos da ciência moderna encarados em círculos mais dilatados, não se pode negar um passo gigantesco no domínio filosófico.

Si não estivessemos em guarda contra a fraqueza humana que aparece sempre para desfazer as melhores intenções, sejam elas oriundas das *Parábolas do Contrato Social* ou do *Capital*, deixar-nos-íamos hipnotizar por estas fascinantes idéias de redenção universal e disputaríamos um lugar entre os portadores de idéias avançadas, que estão pelo mundo afóra promovendo tantas discussões, espalhando tantas transformações e provocando tantas dissensões.

A nova cartilha, «o Capital», empolga a todos os espíritos, maximé os que se jatam de esclarecidos, tal o aparato científico com que é revestido.

Enquadrando a sociedade no método dialético, com a sua tese, antítese e síntese, podemos formular com Marx: como tese a propriedade primitiva comum, como antítese a propriedade privada; como síntese virá a propriedade coletiva.

Aceita a tese, reconhecida a antítese e admitida a síntese, vemos que esta não pode ser definitiva de acordo com a própria lei de evolução; o processo económico não pode se limitar a um só período de três fases.

O movimento deve continuar. A síntese num dado momento e em determinado lugar, pode ser em outro momento e em outro lugar, a tese que poderia muito bem ser, rigorosamente no âmbito da lei em jogo, um regresso à tese primitiva.

Por outro lado, querendo justificar a revolução proletária pregada por Marx, os seus admiradores agarram-se poderosamente à teoria dos saltos na natureza sem concluirem sobre o resultado final desse salto deixando-o sem apoio. Desse entram em considerações relativas as transformações quantitativas em qualitativas por salto, quando aquelas atingem certo grau. A água é tomada como exemplo clássico, visto que, quando chegada a certo grau de ebulição, modifica de inópino as suas propriedades.

Este exemplo é adaptado à sociedade humana, partindo do estado conservador ao estado revolucionário, este correspondendo ao salto da natureza. Tais revoluções seriam preparadas pela hacha evolutiva anterior, do mesmo modo que a ebulição da água é preparada pelo seu aquecimento progressivo.

De acordo com a lei fundamental da evolução, o estado de ebulição da água e o seu correspondente na revolução da sociedade, não podem terminar tão bruscamente o seu ciclo. De fato, fatores externos poderão reduzir o expansivo vapor d'água à imobilidade do gelo, ou talvez elevá-lo a um valor ainda ignorado. Depois de uma revolução o que se tem constatado, é que a sociedade busca retomar o seu equilíbrio e a sua reconstrução, voltando atrás do ponto que atingira.

Este fénomeno é flagrante nas revoluções, mesmo na francesa de 1779 e na Russia de 1917 que lutaram até a liquidação de uma das partes — digamos, classes — em luta, para citar apenas as mais conhecidas pelo seu caráter radical.

A concepção marxista não foge portanto ao fatalismo. Assim compreendeu Lenine que se irritava quando se falava na espontaneidade. «A revolução espontânea» — dizia ele — «conduzirá a subordinação do movimento operário à ideologia burguesa mais velha e de maiores recursos que a socialista».

No ataque à religião, o marxismo plaga mais ou menos as linhas básicas desta. Dispõe também dos seus profetas, seus apóstolos e missionários, não lhe faltando até certa dose de misticismo. Também prepara a sua moral nova, que em substância é a redenção total do proletariado e a realização de um outro paraíso na terra. «É necessária uma nova fé!» — exclamou Liebnecht arregando aos seus Spartacus.

Ora, quem diz nova fé, diz nova moral. Cabe ao marxismo a criação de ambos.

Francisco Nitti na sua *Democracia*, compara toda obra de Karl Marx a um romance de estilo e forma enfadonhos, com os seus personagens — capital, trabalho, burgues, proletário, lucro, salário, miséria etc. — que se movem ao

O problema das policias

Pelo Cap. A. da Silva Chaves

Interessados na solução do problema das policias, que é de suma importância para a Unidade Nacional, ocorreu-nos uma sugestão visando resolve-lo, agora que se acha entregue completamente ao Governo Federal, em face do que foi aprovado pela Assembléa Nacional Constituinte.

Essa vitória do espírito nacional sobre as idéias regionalistas, pois a tanto podemos chamar o dispositivo aprovado para a futura Constituição Brasileira, ainda não constitue a fase final da batalha; é preciso explorar convenientemente o êxito para que a vitória se apresente com caracteres de eficiência para o Brasil; portanto a *lei federal* deverá dar à questão uma solução capaz de corresponder às necessidades das forças estaduais; isto é:

— policiar os Estados a que pertençam; — preparar reservistas (oficiais, graduados e praças) para o Exército.

Meditemos um pouco sobre a dupla finalidade das policias estaduais e verificaremos como o dispositivo aprovado pode ser aplicado, isto é, o que a lei federal terá que regular.

arbitrio do autor. Movem-se, unem-se, separam-se, vivem, morrem. Marx com o seu paraíso proletário, supera os românticos, que geralmente evitam falar ou deixam vago o comportamento futuro dos seus personagens.

O mundo deve se achar ressabiado dos estados que os intelectuais querem erguer com o ardor da imaginação. São cínicos, incertos, inconsistentes, vacilantes. Não é possível medir um povo pela razão dos conhecimentos dos pretendentes dotados de vigor intelectual. Nem todos os fenômenos da vida quotidiana são vistos pelos intelectuais pelo prisma da realidade.

Não é pois de estranhar que as chamadas camadas intelectuais, tanto se em-

Toda corporação, militar ou não, é organizada de acordo com os seus fins.

Ora, as forças públicas têm uma dupla finalidade:

- 1.º — Policiamento dos Estados nos seus diferentes aspectos;
- 2.º — Preparação de quadros e praças de reserva para o Exército.

Entre as duas, é claro que as necessidades da primeira, constituem a razão real da existência dessas corporações militares, enquanto que a segunda é um proveito a tirar dessas forças pela coletividade nacional.

Em consequência, competencia:
 — aos Estados — organizar suas forças públicas, de acordo com as necessidades de seu policiamento, dentro do triplice aspecto acima enunciado;
 — à União — introduzir, nessa organização, as modificações necessárias para o aproveitamento das forças estaduais como reserva do Exército.

Entretanto, a dura experiência da primeira República demonstrou que a salvaguarda da integridade nacional con-

polguem com um estado de coisas criado por intelectuais. Os mais fervorosos admiradores da obra de destruição e problemática reconstrução dos Soviets na Rússia, são geralmente os intelectuais, cuja visão é apenas apurada para as formulas vagas aí profusamente espalhadas e com as quais estavam suas imaginações ardorosas.

A economia não é uma «cousa em si»: É um fenômeno, uma das funções do organismo social. Antes do fenômeno convém considerar quem o determina: — o homem.

A revolução nunca foi, não é, nem será um estado permanente. As correntes tumultuosas das revoluções tem recaído e recairão sempre no leito seguro da evolução.

sistia em dar ao Governo Federal autoridade para organizar as forças publicas estaduais.

Sem que essa organização fosse privativa das leis federais, veríamos os efectivos estaduais crescerem e assistiríamos a variação da qualidade e da quantidade do armamento, ao talante dos administradores estaduais, mesmo que estes estivessem guiados por um interesse regional, em choque com os sagrados interesses da federação.

Felizmente para o Brasil, o sentimento de patriotismo dos nossos constituintes pos um dique a possibilidade armamentista com essa simples palavra *organização*.

**

É claro que a lei federal não poderá entrar nas minúcias de organização das forças publicas, pois estas devem atender as necessidades especiais de cada Estado.

Vejamos então o que interessa á unidade nacional e o que é do interesse particular de cada Estado, para concluirmos quais as bases da lei federal.

EFETIVO

Como a finalidade principal das forças publicas é o policiamento, sob os varios aspectos, é evidente que o seu efectivo deve variar de acordo com as necessidades policiais de cada Estado, isto é, de acordo com os seus nucleos de população.

Mas não é só este fator que deve influir na fixação do efectivo; ha dois outros que não podem ser abandonados:

- A segurança da unidade nacional;
- A capacidade financeira do Estado considerado.

Assim, a lei federal prescreverá um limite maximo de efectivo que variará para cada Estado, mas que em todos eles corresponderá a uma percentagem

de população e a uma parcela do orçamento.

A cada Estado competirá *dentro daquele limite maximo* dozar anualmente de acordo com suas necessidades policiais e as suas possibilidades orçamentarias, o efectivo de sua força publica.

DESTRIBUIÇÃO DE EFETIVOS

Ainda dentro da finalidade principal das forças publicas, achamos dispensável a organização de unidades *tipo Exercito*, pois estas se grupam visando a guerra regular e as unidades das forças publicas devem se groupar visando o policiamento e, quando muito, as guerrilhas a que são levadas no combate ao canaço.

Como incluir numa unidade do tipo Exercito, grupos automoveis, aptos a atender rapidamente a perturbação da ordem num ponto qualquer de uma grande cidade?

Para que organizar unidades tipo Exercito e depois ser obrigado a improvisações, montando alguns homens para o policiamento do sertão? É muito mais pratico dispor de unidades constituidas por grupos volantes, com meios de vida, proprios para essa missão.

Finalmente por que dispormos de unidades tipo Exercito quando as cidades do interior comportam apenas frações de unidades para o seu policiamento, frações estas que serão constantemente mantidas longe das sédes teoricas de suas unidades? Será melhor constituir destacamentos autonomos, ligados diretamente ao Comando, dispensando um escalão intermediario, cujo fim é apenas dificultar, na realidade, a vida destes destacamentos.

Mas essa organização pratica das forças publicas não pode ser enquadrada na lei federal; ela tem que se condicionar a situação da região. Deve portanto ser regulada por *lei estadual*.

Entretanto, devemos não perder de vista que se esta distribuição de efetivos atende á finalidade principal das Polícias, não corresponde á formação de quadros e praças de reserva para o Exercito; é preciso, portanto, estabelecer algumas normas na *lei federal*.

Ora, em cada Estado uma parcela do seu efetivo poderá ser organizada rigorosamente nos moldes do Exercito de modo que permita a passagem periodica das praças e oficiais pelas unidades tipo Exercito, facilitando-lhes a instrução.

Nessas condições, a *lei federal* poderia fixar a seguinte regra:

As forças publicas estaduais terão suas unidades grupadas de acordo com as necessidades de policiamento regional, constituindo-se em unidades ou destacamentos dependentes diretamente do Comando, não podendo nenhuma delas ter efetivo superior ao de um Batalhão do Exercito.

Uma parte do seu efetivo será grupado em unidades tipo Exercito da seguinte forma:

- a) — Forças Publicas de efetivo inferior a 2.500 homens;
 - 1 Companhia de Fuzileiros e 1 Secção de Metralhadoras Pesadas, ambas com efetivo de guerra e a designação de Unidade Escola.
- b) — Forças Publicas de efetivo compreendido entre 2.500 e 5.000 homens:
 - 1 Batalhão de Caçadores tipo Exercito, com efetivo de guerra e a designação abreviada de B. C. P..
- c) — Forças Publicas de efetivo igual ou superior a 5.000 homens.
 - 2 Batalhões de Caçadores tipo Exercito, com efetivo de paz e a designação abreviada de 1.º e 2.º B. C. P..

Dessa forma a lei federal organizaria uma parte pequena do efetivo das forças publicas, visando a constituição de reservas do Exercito e o restante seria organizado por lei estadual, de acordo com as necessidades do policiamento.

**

ARMAMENTO

Orientados pelos mesmos princípios que nos guiaram ás conclusões sobre a distribuição dos efetivos, poderemos chegar a uma idéa precisa sobre o armamento das forças publicas.

Ha armas especiais de polícia, tais como «casse-tête», granadas de gazes lacrimogenios, pistolas, etc., cuja dotação e distribuição deve ser regulada pelo Estado interessado no policiamento; á *lei federal* deverá competir regular a dotação de fuzis ordinarios, fuzis-metralhadores e metralhadoras, armas estas que devem ser do mesmo tipo do Exercito para facilidade de remuniciamento em caso de guerra.

Para o policiamento comum não haverá necessidade de armas automaticas pois, felizmente para nós, o banditismo em nosso país ainda não atingiu o gráo de «supercivilisação» alcançado em outras terras; os seus processos ainda são rudimentares e o fuzil-metralhador é arma bastante capaz para reprimir com vantagem.

Como o proprio F. M. será empregado em casos excepcionais, somos de opinião de que as forças publicas, para os fins policiais, não necessitam de uma forte dotação desta arma.

Nestas condições um numero de fuzis ordinarios mais ou menos igual ao efetivo das forças publicas e alguns F.M. constituirão um armamento eficiente para as missões de caráter puramente policial.

Entretanto a lei federal deve atender á questão de formação de quadros e praças de reserva para o Exercito e portanto as forças publicas precisarão possuir metralhadoras, em suas unidades escolas.

Dessa forma a lei federal poderá fixar:

Cada força publica deverá possuir o numero de metralhadoras, fusis-metralhadoras e fusis ordinarios restritamente necessarios á composição das unidades tipo Exercito que o efetivo maximo, fixado para o Estado, comporta. Além disso, possuirá mais: um numero de fusis ordinarios igual ao restante dêsse efetivo maximo; — fusis metralhadores na proporção de 1 para cada 25 homens do restante dêsse efetivo.

Esse armamento restante será destinado pelas unidades de organização meramente policial, de acordo com a organização especial fixada em *lei estadual* e recolhido ao almoxarifado da força publica o excedente, sempre que o efetivo orçamentario do Estado seja inferior ao efetivo maximo que lhe é permitido manter.

AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Só um fornecedor de armamento e munições deve existir no País para atender as necessidades das forças publicas — é o Ministerio da Guerra, por intermedio de suas fabricas e arsenais.

É claro que o armamento só poderá ser comprado ao Ministerio da Guerra, pelos Estados, na proporção já fixada. E as munições?

O Exercito possue tabelas para distribuição de munição visando as necessidades da instrução; será bastante aplicá-las ás forças publicas e neste caso a *lei federal* poderá fixar:

«Os Estados, normalmente, poderão adquirir no Ministerio da Guerra as munições necessarias para ter, no principio de cada ano, uma dotação igual a dois anos de instrução, para o conjunto de seu efetivo.

Em caso de perturbação da ordem, o Governo Federal regulará a venda extraordinaria de munições».

Assim cada Estado possuirá a munição necessaria para a manutenção da instrução e para emprego no policiamento normal.

Nos casos anormais, desde que a munição que possua em deposito não seja suficiente, o Governo Federal permitirá o fornecimento extraordinario que corresponda ás necessidades da ocasião.

**

Para que as forças publicas preparam quadros e praças de reserva para o Exercito, é necessário que a instrução militar de sua tropa se faça de acordo com os regulamentos adotados no Exercito e mais ainda que os seus quadros estejam em condições de aplicá-los,

Ora é um axioma ainda não contestado que «o valor de uma tropa se mede pelo valor de seus quadros»; portanto a questão relativa á formação dos quadros de oficiais nas policias militares, devendo atender a necessidade de recrutar oficiais para a reserva do Exercito, assume capital importancia e deve ser regulada por *lei federal*.

Por outro lado, como não é justo que um oficial de polícia, convocado em caso de guerra, venha desempenhar função inferior a do seu posto, na corporação a que pertence, é claro que também o acesso deverá ser assunto da *lei federal*.

Ha ainda a questão do posto maximo em cada força publica que deve ser levado em consideração.

As forças publicas de efetivo inferior a 2.500 homens não constituem B.C.P. e portanto não ha possibilidades de se formar nessas forças publicas maiores de reserva, mas tais forças poderão ter um Btl. policial e neste caso haverá necessidade de um major; por outro lado a unidade escola constituída por uma companhia com efetivo de guerra e uma secção de metralhadoras pesadas, poderá comportar um major no comando do conjunto, mas como aproveita-los na guerra? Não o mobilizando, para que continue em seu Estado empregado em funções policiais ou então mobilisando-o, para no interior dos exercitos em campanha, exercer funções de sua especialidade policial.

As forças publicas de efetivo maior, comportam o preparo de maiores de reserva, pois ha unidades em que podem ser trenados no comando, portanto seus maiores serão naturalmente convocados, em caso de guerra, para funções de comando.

Já os Tenentes-Coroneis dessas forças não poderão ser trenados em funções de seu posto e portanto serão convocados, ou não, nas mesmas condições dos maiores de forças publicas menores.

É preciso porém fixar um numero maximo para cada força publica de modo que não se perca um grande numero de oficiais de reserva cuja preparação foi meticulosamente feita nos primeiros postos.

O posto maximo e o numero de oficiais nesse posto, em cada força publica obedecerá a seguinte regra:

Policias de pequeno efetivo — Major — maximo de 3.

Policias de efetivo médio — Tenente Coronel — maximo de 2.

Policias de grande efetivo — Tenente Coronel — maximo de 4.

Quanto á questão de Comando geral de cada força publica, somos de opinião que deve competir a oficiais do Exercito, indicados pelo Estado Maior do Exercito.

Analisemos então esta questão.

COMANDO

O comandante deverá ser um oficial superior do Exercito, variando sua graduação de acordo com o efetivo da força publica considerada.

Como orgão de comando existirá junto a este comandante um Gabinete constituído por um Chefe e 4 secções.

— *Chefe do gabinete* — um oficial do Exercito de patente imediatamente inferior a do comandante;

— *uma secção* — incumbida de todas as questões relativas á instrução e de caráter tecnico-militar, constituída exclusivamente por oficiais do Exercito, variando o seu efetivo de acordo com o da força publica considerada;

— *uma secção* — para tratar das questões relativas á pessoal (inclusive a preparação da mobilização), sob a chefia de um oficial do Exercito e composta por oficiais da força publica;

— *uma secção* — constituída exclusivamente por oficiais da força publica, a qual ficarão aféitas todas as questões de caráter tecnico-policial;

— *uma secção* — para tratar das questões relativas aos serviços (transporte — almoxarifado geral — fundos), exclusivamente composta por oficiais da força publica.

INGRESSO NO QUADRO DE OFICIAIS

Eis uma questão de suma importância para eficiência das forças públicas, como reserva do Exército.

O oficial de polícia, de acordo com a Constituição Brasileira será um oficial da reserva do Exército; ninguém poderá negar ao Governo Federal o direito de regular o recrutamento dos oficiais de reserva, exigindo condições de capacidade para o exercício do oficialato em caso de guerra. Como na guerra moderna não basta o arrojo mas é preciso que junto à coragem equilibrada existam os conhecimentos técnicos e táticos indispensáveis, é claro que a *lei federal* deverá regular essa questão minuciosamente.

Para que haja uniformidade na preparação dos oficiais das forças públicas, é necessário que essa missão fique exclusivamente a cargo do Exército. Julgamos que o Curso de Aplicação das Armas, funcionando junto aos Centros de Preparação de Oficiais de Reserva, tal como está organizado ou sofrendo ligeiras modificações, poderá satisfazer essa necessidade.

Assim o recrutamento de oficiais do primeiro posto nas forças públicas se fará:

- Entre os sargentos das forças públicas habilitados com o curso respetivo;
- Entre aspirantes da reserva do Exército, se assim entender a lei estadual.

Convinha entretanto que a *lei federal* reservasse um terço das vagas do primeiro posto aos sargentos do Exército que, além de 10 anos de serviço, estivessem habilitados com o curso de comando de pelotão. Esses seriam indicados pelo Ministério da Guerra e apro-

veitados, pelos Governos Estaduais, dentro do terço previsto.

Assim fixado o acesso do primeiro posto, fica aos Estados a liberdade de crearem prêmios, em dinheiro ou quaisquer outros, afim de recompensar as praças que, não tendo revelado aptidão para o oficialato, sejam porém eficientes em ações de caráter puramente policial.

PROMOÇÕES

Não basta selecionar a base do quadro de oficiais. Sabemos por experiência própria, quais são os malefícios causados por falta de uma boa lei de promoções.

É evidente que o Governo Federal não irá legislar sobre as minúcias de promoções no interior das forças públicas estaduais, mas é imprecindível que a *lei federal* fixe as bases para organização das leis de promoções estaduais, pois esta questão é capital para formação do quadro de oficiais de reserva, como para formação de qualquer quadro de oficiais. Sem seleção não se obtém chefes capazes; sem chefes capazes não há disciplina possível.

Assim pois, a *lei federal* poderia fixar:

- a) — Nenhum oficial das médias e grandes forças públicas poderá ser promovido a Major sem que tenha o curso de aperfeiçoamento de oficiais de reserva, anexo ao C.P.O.R. e mantido pelo Ministério da Guerra;
- b) — As promoções até o posto de capitão inclusive se farão:
 - 1/3 por merecimento militar — Escolha do Governo Estadual dentro de uma lista apresentada pela secção de instrução ao Comandante da Força Pública;
 - 1/3 por merecimento policial — Escolha do Governo Estadual dentro

de uma lista apresentada pela comissão de promoções que a lei do Estado organizar;

1/3 por antiguidade de posto, de acordo com a ordem do almanaque da força publica.

1) — A promoção ao posto de Major, dentro da exigencia da letra a, seria feita:

1/2 por merecimento militar, nas mesmas condições das promoções, sob êsse titulo, nos postos anteriores;

1/2 por antiguidade.

Nas pequenas policias a promoção ao posto de Major não exige o curso de perfeiçoamento de oficiais de reserva e será regulada pela *lei estadual*.

1) — A promoção ao posto de Tenente-Coronel (nas médias e grandes policias seria feita) não interessa diretamente ao Exercito, visto como êsses oficiais não exercerão função de comando de tropa, em caso de mobilização, portanto, deve ser regulada por *lei estadual*.

Aqui, como no caso das promoções ao primeiro posto, os oficiais que se demonstrarem dignos de recompensa, mas que não preencharem as condições para promoção, poderão ser agraciados com premios que a *lei estadual* fixar, nunca porém com o acesso ao posto imediato.

GARANTIAS AOS OFICIAIS

Uma vês que a *lei federal* atenda as necessidades da defesa nacional, exigindo que os oficiais das forças publicas preencham determinadas condições, indispensavel que essa mesma lei garanta a êsses oficiais a estabilidade, salvaguardando-os contra demissões injustas.

Para tanto é necessario que os oficiais das forças publicas, tal como os

oficiais do Exercito, só percam o posto em virtude de sentença passada em julgado, condenando-os a mais de 2 anos de prisão e, neste caso, deve lhes ser garantido o direito de apelar para o Supremo Tribunal Militar, ficando suspensa a execução da sentença até que êste se pronuncie a respeito.

Com um quadro de oficiais organizado dentro das exigencias e garantias que permitam a formação de nucleos selecionados, obteremos instrução perfeita, e formação de quadros e praças de reserva, em bôas condições.

Precisamos porem não nos esquecer dos atuais oficiais das forças publicas — uma disposição transitoria sabiamente redigida poderá regular sua situação sem prejuizos pessoais e sem ferir os principios de seleção que vimos de enumerar.

Finalmente uma lei de rodizio estadual permitirá a passagem de todos os oficiais pelos B.C.P. ou Unidades Escolas de modo que permita a perfeita formação do quadro respetivo e dê aos oficiais oportunidade de suprirem as exigencias das leis de promoção.

**

Si assim fizermos ou si de outra maneira atendermos os pontos capitais que procurámos focalizar, teremos resolvido a questão das policias:

— Fortalecendo o espirito de unidade nacional, sem ferir a autonomia dos Estados;

— Preparando quadros e praças eficientes para reserva do Exercito, sem ferir direitos dos oficiais das forças publicas; ao contrario, garantindo-lhes o acesso e a estabilidade nos postos;

— Deixando aos Estados plena liberdade de atender as suas necessidades policiais.

Subsidio para os candidatos ao concurso de admissão á E. de Estado Maior

Pelo Cap. Pedro Geraldo de Almeida

Com o intuito de facilitar o estudo dos camaradas que se candidatam ao concurso de admissão á E. E. M., apresento-lhes sobre «Conhecimentos Científicos», assunto difícil de se coligido, a tradução de uns documentos da «Revue d'Etudes Militaires» que orientam perfeitamente sobre as exigências do nosso programa de admissão.

OS METODOS CIENTIFICOS

O fim dêsse estudo é de expôr aos nossos leitores, em suas grandes linhas, os métodos (isto é, o conjunto de processos) utilizados nas ciências para a descoberta e a demonstração da verdade.

A princípio, falaremos, sinteticamente dos métodos científicos em geral. Em seguida diremos algo sobre o método das ciências matemáticas. Enfim estudaremos ligeiramente os das ciências experimentais.

I

DOS METODOS CIENTIFICOS EM GERAL

O objecto da ciência é a verdade.

O fim da ciência é o conhecimento da verdade. A finalidade é então dupla: consiste primeiramente em procurar e em descobrir a verdade, para poder em seguida expo-la e ensina-la.

Uma nítida distinção se impõe desde o inicio, entre êsses dois lados, tão diferentes, do problema da ciência em geral.

De um lado, é o ato de ensinar, que pertence mais á pedagogia, não abrangendo propriamente a pesquisa científica. Ele utiliza métodos particulares cujos processos, comuns a muitas ciências, não têm nenhuma ligação com os da pesquisa científica dos quais diferem totalmente. Não nos interessa o seu estudo.

Do outro lado, é a pesquisa, a descoberta da ciência que, ao contrario, exige a entrada em ação de processos vários que diferem conforme os domínios em que o espírito procura investigar.

Do valor dos processos postos em ação depende a extensão dos resultados obtidos.

O ato de ensinar só tem por finalidade vulgarizar êsses resultados.

O ato de pesquisar, de descobrir a verdade o domina então, porque ele o precede e o determina.

São êsses os métodos de pesquisa que vamos estudar.

**

Acabamos de dizer que os processos variam com os fins da pesquisa, isto é, com as ciências, pois que as ciências se distinguem entre si, a princípio por seus objectos.

Encontraremos então métodos diferentes segundo as ciências.

Os mesmos métodos não conviriam ás ciências matemáticas cujo objecto é todo ideal e ás ciências experimentais cujo objecto é o mundo material.

Entretanto existem entre êsses diversos métodos, dois grandes processos comuns, independentes da propria natureza dos objectos e que são como o «método geral» dos métodos particulares que ela dirige.

Esses dois processos duma generalidade absoluta e que constituem o fundo de todas as operações do espirito, são: a analise e a síntese.

A ANALISE, duma maneira simples, a distinção estabelecida em ideias complexas (inatas ou adquiridas) Ela vai do composto para o simples, para isolar (afim de facilitar o estudo) elementos que a principio estavam reunidos, confundidos no espirito.

A SINTSE, é a operação inversa. Ela reune os elementos simples que a analise havia separado para melhor estuda-los. Ela reforma ideias complexas com o auxilio de ideias elementares isoladas. Ela permite então o conhecimento global, inteiro, de fenomenos, de ideias, de fatos a principio impenetráveis em sua complexidade inicial mas que a analise permitiu o estudo progressivo e detalhado. Ela permite, como consequencia, descobrir os liames, as relações dos elementos no todo, donde explicar suas disposições ou seu ritimo. Ela permite tambem prever sua reprodução e mesmo, no momento oportuno, a criação de conjuntos novos e desconhecidos.

A descoberta das leis, dos princípios, das causas é o resultado de sínteses baseadas em analises complementares que lhes precederam.

É necessário distinguir bem na sua grande generalidade o papel desses dois grandes processos na marcha seguida pelo espirito á procura da verdade:

1.º) — a sensação inicial ou intuição que temos das coisas é complexa, confusa mesmo, e vaga;

2.º) — em seguida o espirito fará uma analise, processo geral que nos permitirá precisar esse dado global desembraçando os elementos de detalhe, simples e separados;

3.º) — o espirito realizará enfim uma SINTSE, processo geral que nos permitirá uma reconstituição consciente, destacando as relações, descobrindo as razões dessas relações, a integralidade do fenomeno ou do objéto donde tiraremos assim duma maneira mais completa e mais clara o por que e o como.

Os metodos particulares á cada ciencia não são mais que a adaptação ao seu proprio dominio, ao seu assunto particular, dêste metodo geral.

Essa adaptação vai dar origem a processos particulares que vamos rapidamente expôr.

DO METODO DAS CIENCIAS MATEMATICAS

As ciencias matematicas tem por objecto a quantidade:

quantidade continua — o espaço;
quantidade descontínua — o numero.

O fim das ciencias matematicas é de descobrir as propriedades nos numeros e das figuras no espaço e as leis das variações correlativas entre as diferentes grandezas (chamaremos «grandeza» a expressão de uma quantidade).

I

O PROCESSO DE ANALISE EM MATEMATICA

Os axiomas e os postulados

A) — A aquisição das noções de numero e o espaço.

A marcha do espirito na procura do verdadeiro, dissemos, começa sempre por uma «tomada de contacto», confusa o mais das vezes, com noções complexas e embaralhadas.

Assim se dá com a noção de numero e de espaço.

A experiência de cada dia nos impõe essa noção confusa de extensão e pluralidade.

Mas essa noção exterior, objetiva, complexa, faz cedo nascer na inteligência a ideia de uma noção mais precisa, mais simples, menos real, mais subjetiva, a da *unidad* e a da figura *geometrica* (o nascimento e a limpidez desta concepção depende do grau de inteligência do espírito).

Dai é que nascem no espírito as noções de *numero inteiro*, de linha reta — as quais, pode-se dizer, «creamos» no momento do mundo exterior. Urge observar que não se trata aqui, propriamente, de uma Analise. Nós não sub dividimos, nós não separamos os elementos exteriores englobados para os estudar. Nós *creamos* de algum modo noções ideais (reta, angulo, numero inteiro...) que propomos a nós mesmos, e, que a nós mesmos impomos, transformando, aperfeiçoando simplesmente as que deparamos no mundo exterior.

E, é sobre essas noções ideais, subjetivas, interiores que vamos utilizar o método analítico que nos permitirá extrair e separar tudo o que elas contêm afim de melhor conhecê-las e utilisa-las.

B) — As definições precisam as noções

As verdadeiras noções matemáticas não sendo, como acabamos de ver, o resultado de uma observação, mas antes uma verdadeira criação do espírito, seu verdadeiro sentido, sua exata natureza não nos são impostas. Somos nós que as impomos a nós mesmos. A nós portanto compete defini-las de acordo com a ideia que lhe deu origem.

A definição mais instrutiva que nós podemos dar é a que nos indica como se obtém essas criações.

Assim o numero *dois* é (por definição do nosso espírito que a creou) o numero obtido adjuntando uma unidade (também

de criação do espírito) a uma outra unidade.

Assim também creamos a noção ideia de circunferência perfeita e nós a definimos, chamando: linha criada por um ponto que se move guardando a mesma distância de um ponto fixo...

Possuimos assim um certo número de noções saídas da natureza, aperfeiçoadas ou criadas mesmo para um grande número. Mas dessas noções nada sabemos nem o que elas contêm, nem o que elas podem nos dar nem porque são assim, nem como podem elas variar.

C) — A análise das noções nos axiomas e postulados.

Estudando-os de perto, procurando simplificá-los e tratando de descobrir-sa nelas elementos mais simples combinados na origem, chegaremos rapidamente a descobrir com efeito outras noções mais gerais, menos complexas, muito menos numerosas e comuns a muitas noções iniciais. Aí está o trabalho analítico do espírito.

É assim que considerando as nossas criações precedentes (linha reta, círculo, angulos...) chegamos a algumas conclusões muito gerais como a seguinte:

Dum ponto a um outro não se pode traçar senão uma reta.

Ou então no domínio dos números:

Dois números iguais a um terceiro são iguais entre si.

Essas noções mais gerais, menos complexas, aparecem como a simplificação maior das primeiras noções.

São verdadeiras conexões irredutíveis que existiam em poder certo nas criações do espírito de que falamos, mas que não eram evidentes a priori.

Essas noções aparecem como as propriedades fundamentais de nossas primeiras noções e delas dependem.

São pouco numerosas, pois chegou-se reduzi-las a 3 para as noções relatas ao espaço e 4 ou 5 para as noções relativas aos números.

As primeiras são chamadas os POSTULADOS (geometria).

As segundas são chamadas os AXIOMAS (aritmética).

Tais são os elementos simples que a análise das nossas concepções matemáticas nos permitiu descobrir.

II

O PROCESSO DE SINTESE EM MATEMÁTICA

A demonstração

A) — A síntese criadora.

A síntese, dissemos, é o processo geral que permite reconstituir conscientemente a noção primária depois de ter isolado e estudado separadamente os elementos constitutivos e que permite a criação de noções novas, diferentes das noções iniciais.

Em matemática a síntese tem, sobre este último ponto de vista, um alcance muito vasto e fecundo. Ela permite, com os mesmos elementos «analisados» constituir outras noções menos complexas, de reear de algum modo «outras combinações» que enriquecerão e ultrapassarão o domínio das primeiras noções.

Do mesmo modo que com os pedaços de um calçamento pode-se reconstituir o calçamento inicial, pode-se também em certas condições fazer um novo calçamento diferente do primeiro.

B) — A demonstração.

Si retomamos nossos axiomas e postulados, podemos combina-los, reunir-los em certas condições para chegarmos a conclusões novas.

Um dos três postulados da Geometria, dissemos, é o seguinte:

«dum ponto a um outro o mais curto caminho é a linha réta».

Concluimos imediatamente que:

«num triângulo (noções criadas e definidas...) um lado qualquer é menor que a soma dos dois outros».

Com efeito: para se ir de um vértice a outro, pode-se passar seja pelo lado que os une, seja pelo outro vértice. (Uma vez que a linha réta é o caminho mais curto entre dois pontos (dum vértice a outro), ele é mais curto que qualquer outro caminho e em particular mais curto que o que passa pelo outro vértice, quer dizer, pelos dois outros lados...).

— Sabendo-se isto, deduziremos ainda que «se se une um ponto O, tomado no interior dum triângulo, a dois vértices A e B, a soma das duas rétas OA e OB é menor que a soma dos dois lados CA e CB».

Combinando-se assim os primeiros postulados com as conclusões que eles acarretam e combinando essas conclusões entre si, chega-se a conclusões novas cada vez mais complexas.

Essas novas conclusões, fruto da síntese que tem por ponto de partida os postulados (ou os axiomas) são os teoremas.

A demonstração é a operação sintética que tem por fim explicar a passagem do postulado ao teorema, ou, dum teorema a um outro teorema.

Duma maneira geral, a demonstração é a operação sintética que consiste em provar a verdade dum apropósito (teorema) mostrando que ela é a consequência necessária dum apropósito ou princípio (postulado ou axioma) que não tem necessidade de ser provada (porque ela nos foi fornecida diretamente pela análise das noções primárias).

Em resumo:

1.º) — As noções relativas ao espaço e ao numero (noções matematicas) são criadas pelo espirito por ocasião da observação do mundo exterior.

2.º) — A analise dessas noções nos conduz a conclusões simples, pouco numerosas, irredutiveis (axiomas e postulados).

3.º) — A sintese operada com o auxilio dêsses elementos simples nos conduz a conclusões cada vez mais complexas chamadas teoremas. Este ato sintetico toma a denominação de demonstração (não diremos nada do mecanismo da demonstração que varia segundo se estuda as propriedades da quantidade continua ou da descontinua).

DO METODO DAS CIENCIAS EXPERIMENTAIS

(Por ciencias experimentais conceberemos apenas a fisica e a quimica)

As ciencias experimentais têm por fim a natureza material.

O fim das ciencias experimentais é descobrir as causas dos fenomenos que elas estudam e formular as leis, isto é, conhecer-las qualitativa e quantitativamente.

I

O PROCESSO DE ANALISE NAS CIENCIAS EXPERIMENTAIS

A experientia

A) — A aquisição das noções naturais — A observação.

Ao inverso das noções matematicas que são verdadeiras creações do espirito, as noções naturais são inteiramen-

te adquiridas, porque são diretamente accessíveis aos nossos sentidos. Sua consciencia se adquire automaticamente pela simples observação, por menos que se favoreça esse ato passivo com a atenção do espirito, a acuidade dos sentidos etc.

Observar, é estudar os fenomenos, como a natureza os produz, na sua complexidade; é anotar e descrever minuciosamente todos os caracteres.

Até aqui nenhuma analise intervem. O espirito satisfez-se com o adquirir o maximo de dados fornecidos pela natureza sem procurar separa-los e simplifica-los.

B) — O primeiro ato da Analise — A simplificação dos fatos — Seu estudo isolado e elementar.

O fato e o fenomeno tais como os estudamos até aqui são grosseiros, sacados complexos.

O espirito vai aperfeiçoar seu estudo e procurar discernir sob a complexidade do fato grosseiro os diversos elementos de que se compõem.

Ele vai procurar separar os caracteres, observar e descrever isoladamente os fatos, aperfeiçoar suas observações aumentando a acuidade dos sentidos pelo emprego de instrumentos apropriados.

Si, por exemplo, desejamos fazer o estudo do fenomeno seguinte: uma massa de metal em fusão; depois de termos realizado uma observação global (notado as cores, os aspectos, as circunstancias que acompanham o fenomeno...) começaremos a analisa-la separando e estudando isoladamente diversos fatos que parecem ser elementos do fato global (ex.: a temperatura da massa, a natureza do metal, a cõr, a natureza da luz emitida, os movimentos do liquido...).

Essa primeira fase da analise constitue sobretudo um aperfeiçoamento da observação. Porém ela já apresenta dados

sobre os fátos simples que acompanham o fato principal.

C) — O áto essencial da analise dos fenomenos: — A experiencia.

A experiencia tem por fim o estudo detalhado e completo dos elementos do fenomeno global.

Esse processo duma fecundidade extraordinaria consiste essencialmente em reproduzir o fenomeno estudado (existe naturalmente fenomenos que não se podem reproduzir. As ciencias que os estudam não utilizam a experiencia mas apenas a observação, ex.: a astronomia. Essas não são ciencias experimentais) na totalidade ou em parte, em condições que nós mesmo determinaremos e que não são necessariamente aquelas que a natureza nos impos.

As condições que nós impomos ao fenomeno vão nos permitir principalmente estudar em detalhe um após o outro, seus diversos elementos sem ser perturbado pela observação momentaneamente inutil e mesmo prejudicial aos outros.

Assim (retomando o ex. do fenomeno do metal em fusão) reproduziremos êsse fenomeno elevando progressivamente a temperatura do fogo (fato elementar) observando e notando a temperatura com a qual a massa se funde, a influencia das diversas temperaturas sobre a cõr da massa (sómente) e isto sem mudar a natureza do metal o que poderia ser uma causa pertubadora.

Depois recomeçaremos a experiencia com outros metais; observaremos e notaremos igualmente a temperatura com a qual a massa começa a fundir, sua coloração nas diferentes temperaturas...

Emfim teremos a oportunidade de recomeçar essas experiencias tão freqüentemente e tão demoradamente como desejarmos afim de obtermos detalhes cada

vez mais numerosos e cada vez mais precisos.

A experiencia se apresenta então como um meio de investigação que permite o estudo dos fátos elementares separados (faz-se variar um deles, a temperatura, enquanto que as outras são mantidas fixas, a natureza do metal...)

Alem disso, mudando-se as condições da experiencia, permitem-se observações que a natureza não nos dá; realizam-se fátos novos, ligados ao fato inicial por laços que conhecemos pois que nós mesmo os fazemos variar.

Numa palavra somos capazes, graças á experiencia, de estudar em detalhe, e como desejarmos, os diversos elementos do fenomeno inicial.

O PROCESSO DE SINTESE NAS CIENCIAS EXPERIMENTAIS

A indução

A) — O primeiro áto da sintese: a interpretação dos resultados da experimentação. A descoberta das relações causais.

Todos os fátos que acumulamos, anotamos, no decorrer da experimentação, não nos forneceram até agora nenhuma explicação do fenomeno inicial.

Trata-se agora de utilizar e interpretar êsses resultados.

Para isso, vamos, antes de mais nada, classifica-los, para depois compara-los.

Não tardaremos a descobrir entre duas series de fátos variações concomitantes, semelhanças e relações.

Tambem verificamos que a elevação da temperatura da massa fundida é acompanhada sempre duma maior luminosidade e isto com qualquer que seja o metal empregado.

Verificariam os tembem que a agua entra sempre em ebuição quando é submetida a ação duma maior fonte de calor; que um raio luminoso é sempre desviado quando atravessa uma lâmina de vidro e isto qualquer que sejam os fenomenos que sucedam ao fenomeno elementar estudado e o vêm complicar.

Descobrimos então no meio do fenomeno global inicial um certo numero de coincidencias de fátos que somos tentados a ligar.

Alem disso — sempre pela experiençia — verificamos que a supressão ocasional de um desses fátos acarreta necessariamente o desaparecimento de um outro — ou que a variação de um acarreta variação de outro.

Sentimos ficar cada vez mais acentuada a interdependencia absoluta e constante de dois fátos. Somos naturalmente levados a pensar que essas descobertas não são devidas ao acaso e concluimos que êsses fenomenos são inseparaveis, que um é a causa do outro, pelo menos no caso particular do fenomeno submetido á nossas investigações.

O resultado mais comum da interpretação dos resultados da experiençia é então o de nos fazer descobrir, no fenomeno estudado, as relações causais entre os fenomenos elementares que o compõem.

É assim que o estudo do jogo da luz numa massa de vidro poliedrica nos conduziria por uma série de experienças a descobrir esta relação causal: a propria natureza do vidro, de um lado e a maneira pela qual é talhado de outro, é que provoca o desvio dos raios luminosos no fenomeno inicial (e não, p. ex., sua cor, sua temperatura...)

Do mesmo modo o estudo (analitico e experimental) do som, produzido por uma campainha nos levaria a concluir

que o ar que nos separa da campainha é o orgão da transmissão do som.

Essas relações causais nos permitem conhecer (pelo menos em parte) o «porque» e o «como» dos fenomenos submetidos a nossas investigações e sómente dêsses.

Mas não pára aí o domínio da ciencia.

B) — O ato essencial da sintese: a Indução.

Tendo adquirido a convicção de que um fáto determinado é a causa dum outro (pelo menos no quadro do fenomeno inicial), podemos deduzir que sempre (em todos os outros fenomenos possiveis) o mesmo «fáto causa» terá por resultado o mesmo «fáto efeito»?

Isto é, p. ex., na experiençia do poliedro de vidro, concluimos que era a propria natureza do vidro que causava o desvio do raio luminoso, podemos concluir, que em qualquer caso o vidro produzirá a refração da luz?

Ou ainda, tendo-se estudado e experimentado o fenomeno simples da dilatação duma barra de ferro mergulhada no fogo, poderemos concluir que o fogo é o causador dessa dilatação e em consequencia que o calor dilatará sempre e em qualquer situação o ferro?

Numa palavra, podemos do exame de algumas relações causais (bem estabelecidas) induzir uma relação geral, constante necessaria, isto é, uma lei?

Sim, podemos fazer. *Podemos enunciar leis.*

Podemos fazer porque a razão nos diz que todo fáto tem uma causa, que as mesmas causas, nas mesmas circunstancias, produzem os mesmos efeitos. Podemos fazer, porque temos o sentimento que na natureza ha ordem e leis.

A desordem aparente da natureza não é sinão o resultado de observações in-

completas ou mal interpretadas. O acaso não existe. (Os jogos de azar em particular não são sinônimos dos quais se conhecem mal as leis. Com efeito, após quasi 50 anos, verificam-se na casa de jogo de Monaco os resultados de todas as partidas jogadas, o que permitiu um acumulo enorme de documentos estatísticos, capazes de verificar ou anular os princípios matemáticos do cálculo das probabilidades tais como foram apresentados a priori por grande geometras, tais como Laplace e Cauchy. Essa experiência colossal foi a confirmação surpreendente desses princípios: pela milionésima parte aproximadamente, tem visto sua aplicação).

Não sómente temos o sentimento de uma ordem perfeita; mas, à medida que as ciências penetram seus domínios, essa ordem aparece cada vez mais precisa e cada vez mais necessária.

Somos então levados a tirar uma conclusão geral de uma particular.

Numa palavra, temos o direito de exprimir leis gerais por ocasião de estudos particulares sobre fatos precisos. Podemos enunciar leis que regem os fenômenos da natureza.

E essa possibilidade de síntese geral não é sinônimo limitada pela extensão dos meios de análise (observações, experiências) e pelo número e a exatidão das relações causais particulares que uma primeira síntese nos faz descobrir.

NOTA — Desde que a indução permitiu descobrir e enunciar um certo número de leis, é extremamente útil recorrer à dedução para daí tirar todas as consequências possíveis.

À luz da lei geral, com efeito, fatos particulares podem-se esclarecer, mesmo que elas não te-

nham servido para descobrir a lei.

Esses mesmos fatos novos podem por sua vez permitir o estudo de fenômenos mais complexos e a descoberta de leis desconhecidas. É sob este ponto de vista que a dedução pode prestar grandes serviços à pesquisa científica. Mas, é preciso não esquecer que ela não nos leva diretamente à lei (fim da ciência) e que, como tal, ela não constitui, um método específico de ciências experimentais. É um processo auxiliar.

RESUMO

- 1º) — Os métodos gerais de pesquisa nas ciências são a Análise e a Síntese.
- 2º) — Nas ciências matemáticas a análise nos faz passar das noções iniciais aos caracteres gerais elementares dessas noções que são os axiomas e os postulados.
- 3º) — Nas ciências experimentais a análise nos faz passar das noções globais e complexas adquiridas pela experiência (observação) às noções mais simples que podemos estudar isoladamente, em detalhe, e à nossa vontade pela experiência.

A síntese estabelecida sobre fatos isolados bem estudados nos permite descobrir as relações causais e daí pelo processo da indução, as leis gerais dos fenômenos.

**Secção de
Hist. Militar**

Batalha de Preussisch-Eylau 8 de Fevereiro de 1807

Pelo 1.º Ten. Art. Henr. Oscar Wiederspahn

Dos ensaios no prélo:

"CANNAE E NOSSAS BATALHAS"

Batido em Pultusk, retirava o exercito russo para alem do Narew sob o comando em chefe do general Benningsen. Ás instancias de Frederico Guilherme III da Prussia, fez, entretanto, alto antes de atravessar as fronteiras da Prussia Oriental. Benningsen recebera por nova missão lançar os exercitos de Napoleão alem do Vistula.

O exercito russo-prussiano encontrava-se então estacionado em quatro núcleos: o C.Ex. Buxhowden e 3 D.I. sob Benningsen em Johannisberg e Bialla, a D.I. Sedmoratzki em Goniondz, 2 D.I. de Essen em Bransk e o C.Ex. Prussiano de L'Estocq em Angerburg.

Napoleão dispunha de 6 C.Ex. e a Guarda que se encontravam entre o Omulew, Passarge, Vistula, Narew e o Haff. Mais atras, a Divisão de Granadeiros de Oudinot e a Divisão de Coureiros de Espagne.

Ney, por conta propria, chegou a alargar sua região de estacionamento até perto de Bartenstein, sonhando com um golpe de mão sobre Koenigsberg, no que foi impedido por L'Estocq que marchara para seu novo estacionamento sobre o Alle. Uma ordem expressa de Napoleão fez o comandante do 6.º C. Ex. recuar.

Benningsen toma então os dispositivos para o cumprimento da missão que recebera. Marcharia contra o flanco esquerdo inimigo com suas sete D.I. cobertas pelos Lagos Masurianos. Ideializara bater separadamente Ney e Berna-

dotte, os quais conseguiram, entretanto, retirar sem grandes perdas.

Sem ter concentrado todos os meios disponíveis, o general em chefe aliado inicia em 15 de Janeiro de 1807 a marcha envolvente pelo Norte, na direção geral de Marienwerder, com «pivot» nos Lagos Masurianos. Deixou Sedmoratzki e Essen em seus estacionamentos, donde cobriam sua linha de operações.

Napoleão foi surpreendido com esta manobra inesperada. Imediatamente lançou todos seus C.Ex. para o Norte, deixando apenas o indispensável como cobertura deante do inimigo estacionado em Branzk e Goniondz. Tencionava contornar os russo-prussianos pela direita e, segundo expressão propria, tinham então «que ser cortados e destruidos».

Vendo fracassar a primeira parte de seu plano, com a retirada de Ney e Bernadotte incolumes, Benningsen é informado da ofensiva estratégica napoleônica um dia antes de ser desencadeada: um cossaco, no dia 31 de Janeiro, aprisionará um portador da ordem de Napoleão aos seus generais.

Imediatamente o exercito aliado inicia o movimento de retirada sobre Allenstein, ponto de reunião de todo exercito. A Napoleão parecia breve presenciar a reprodução de uma nova batalha de Iena. Entretanto, o destacar de forças para proteger as passagens do Vistula contra L'Estocq e Essen provavam a decadência daquela confiança absoluta que animara o grande corso nas campanhas anteriores.

A prudencia, mais que a visão, salvou general em chefe aliado de um desastre em que o exercito russo-prussiano seria fatalmente destruido. Combates em retirada permitiam o retrocesso, mas o C.Ex. de L'Estocq destacou-se do grosso, embora Ney ficasse tambem perdido para a batalha napoleonica que se deveria ferir.

A retirada de Benningsen prosseguia até a região de Preussisch-Eylau, não em muita ordem. O exercito de Napoleão o seguia em uma coluna prolongada com Soult, Murat, a Guarda e Augereau. O frio e a fome em toda parte provocava o desgosto da trópa. Fazia um frio horrivel naquèle inverno de 1806-1807!

Não querendo caír no erro de se refugiar na praça de Koenigsberg e temente que as intempéries e a fome dissolvessem seu exercito, o general em chefe resolve travar em Preussisch-Eylau uma batalha defensiva, ante a quasi impossibilidade de continuar a retirada em bôa ordem.

Assim, na manhã do dia 8 de Fevereiro, quando Napoleão pensava atacar novamente a costumeira retaguarda inimiga, viu com grande surpresa que Benningsen esperava o ataque.

NAPOLEÃO

O exercito que triunfára em outubro de 1806 em Iena tinha sofrido bastante nesta campanha. Os novos elementos chegados não conseguiam cobrir totalmente os claros e os muitos destacamentos de coberturas enfraqueciam os efetivos para a batalha. A missão atribuida á Ney contra L'Estocq deixára o exercito francês reduzido quasi da metade do efetivo inicial em 1807.

Napoleão, como em Austerlitz, teria que enfrentar uma superioridade numeri-

ca consideravel. Mas aqui o inimigo o aguardava não com colunas disciplinadas firmes e imbuidas de um espirito ofensivo irrefreavel como as que destruira no Saale e sim russos, que não tomavam a minima iniciativa e aguardavam curiosos o ataque do famoso «genio da guerra» contra a bôa posição defensiva escolhida.

Com os elementos de que dispunha, não poderia atacar embora contasse com um ataque pelo flanco direito de parte das 2 D.I. de Davout. Uma reprodução de Leuthen estava em suas mãos. Mas o Imperador não era mais aquèle general impulsivo e ardente da Campanha de Italia em 1796! Nem mais se recordava de seu sucesso ao conceber a audaciosa manobra de Arcole onde seus 18.000 homens atacaram o flanco e retaguarda dos 50.000 austriacos de Alvínei e os venceram!

Embora tencionasse posteriormente mudar de frente para o Norte, para cortar Benningsen de Friedland, não manobrou com o maximo de suas forças contra um dos flancos, no caso, o esquerdo inimigo, deixando fracos elementos numa defensiva átiva em Preussisch-Eylau.

Imbuido da ideia de ruptura, exerceria seu esforço principal contra o centro de Benningsen com um condenavel ataque frontal a uma posição forte. Esboçava aí a manobra que o perderia em Waterloo.

Dispos na mesma manhã:

Na DIREITA, o 3.^o C.Ex. Davout com 2 D.I. que atacaria, por Serpallen, o flanco esquerdo e retaguarda russas.

No CENTRO, do Norte para o Sul, as 2 D.I. do 4.^o C.Ex. Soult, encarregadas de impedir um ataque do inimigo contra o flanco esquerdo francês, o 7.^o C.Ex. Augereau e a 3.^a D.I. St. Hilarie,

de Soult. A D.C. Milhaud fazia a ligação com o ataque de flanco de Davout.

Na ESQUERDA as D.C. dos 6.º, 7.º e 4.º C.Ex. Neste flanco era aguardada a chegada de Ney com o 6.º C.Ex. para atacar posteriormente o flanco direito e retaguarda inimiga.

Como RESERVA, estavam no centro a Guarda, as D.C. Grouchy, Hautpoul e Klein.

Napoleão previa pois um ataque principal — frontal e ataques de flanco secundarios, quando tudo desaconselhava esta ideia de manobra dificultada pelo tempo nevoso.

BENNINGSEN

Como dissemos, o general em chefe aliado tomara posição além de Preussisch-Eylau, entre Schloditten e Serpallen, forçado pela situação lamentavel de seus soldados ante o rigor do frio e a penuria geral. Apoava sua resistencia nos morros Kreege, á esquerda da linha de resistencia.

Suas 7 D.I. se achavam escalonadas em largura e profundidade deante de Preussisch-Eylau formando o CENTRO.

A ESQUERDA, em Serpallen, deveria recuar sobre os morros Kreege e a aldeia de Klein-Sausgarten, logo que surgisse por aí um ataque de flanco inimigo.

A DIREITA era constituida por elementos de cavalaria protegendo a estrada de Koenigsberg.

As RESERVAS estavam atraç do centro de resistencia. Contavam ainda com a chegada de L'Estocq.

Benningsen aguardava assim o ataque de Napoleão em uma verdadeira batalha defensiva, exigida pelas circunstan-

cias, embóra contasse com a superioridade numerica.

A BATALHA

O ataque das cinco D.I. francêsa não apresentaram a minima coordenação. Não foram simultaneos e sim sucessivos.

Protegido pelo temporal de neve que reinava, atacou em primeiro lugar Augereau. Dissipada a nuvem de neve a cerca de 300 metros do inimigo, imediatamente foi o 7.º C.Ex. coberto em suas massas de ataque pela metralha e salvas da infantaria russa. Nenhum projétil deixava de acertar naquêle alvo. Dizimado o C.Ex. Augereau, só a retirada poderia salva-lo da destruição.

Os russos a contra-atacam vigorosamente com cavalaria e infantaria. Vendo o perigo em que se encontrava Augereau e sua frente de batalha, Murat se lança com seu CC. contra os perseguidores. Estabelece-se um enorme entrevero. A cavalaria russa chega a pôr em perigo a propria pessoa do Imperador, salvo pelo fogo da Guarda.

O C.Ex. Augereau ficou destruido. E em ataque identico á D.I. St. Hilarie esta só não sofreu a perseguição como aquele.

Na direita, o ataque da D.I. Morand, do C.Ex. Davout, contra os morros Kreege fracassou.

Cometem então os russos um grande erro tatico. Passam ao ataque após 5 horas de canhoneio. Seu ataque frontal sofre as mesmas conseqüencias, pois o fogo francês os dizima. Recuam os atacantes e a perseguição é rechassada pela cavalaria de Benningsen.

Esse ataque quebra a força de resistencia russa, pois a D.I. Gudin de Davout, chega na ocasião ao campo de

atalha por Melonkeim até Kutschitten, a retaguarda. Moran e Friant atacam Kreege que são ocupados por aquêle. Ií vem tomar posição a artilharia francesa.

Nesta ocasião a frente russa forma um angulo, cujo lado direito quasi intátio mantem canhoneio com Soult e a Guarda. Estas sofreram muito com o fogo inimigo. O outro lado estende-se ao N. dos morros Kreege por Anklappen-Kutschitten. Aqui os ataques de Davout, a principio vitóriosos, cessaram por completa inanição de seus meios demasiadamente fracos para a missão que receberam.

As frentes de batalha não podem mais atacar. A usura é quasi completa. Entretanto Napoleão aguarda a chegada de Ney e os russos a de L'Estocq.

Aquêle, no cumprimento da missão que recebera, impedir a junção do C.Ex. prussiano ao grosso, deixou-se enganar como Grouchy oito anos mais tarde. Seguiu a retroguarda de L'Estocq para o Norte, enquanto o grosso prussiano marchou para Preussisch-Eylau. Destacando tropa para todos os lados êste sacrificara a concentração de seus meios levado por uma verdadeira febre de segurança.

Apenas com 8 batalhões, 28 esquadrões e 2 baterias o C.Ex. L'Estocq aproximou-se do campo de batalha deante de Kutschitten.

Após rapida preparação de artilharia, L'Estocq ataca com 7 batalhões a aldeia ocupada pelos franceses. Um vigoroso ataque a baioneta expulsa daí os 3 batalhões de Gudin. Estes, perseguidos pelos ulanos prussianos perdem uma «aguia» e as 3 peças que haviam tomado aos russos e inumeros prisioneiros.

Continuando no ataque, L'Estocq conquista o pequeno bosque do Sul repe-

lindo a D.I. Friant e só a escuridão e o esgotamento de seus meios fez cessar a progressão vitória.

Deante de Anklappen, reforçados com artilharia, os russos da esquerda contra-atacam Morand o qual, atacado de frente por êstes e ameaçado pelo ataque de flanco prussiano, recua sobre os Morros Kreege e Klein-Sausgarten. Sem serem perseguidas as 3 D.I. do C.Ex. Davout, extremamente enfraquecidos, mantem aí suas posições.

Estes sucessos levam Benningsen a pensar num ataque decisivo sobre o flanco esquerdo francês com seus elementos da direita, ainda intátos. Entretanto, por Schloditten surge uma Bda. do C.Ex. Ney. Este imediatamente é contra-atacada pelos russos que a atira para alem de Althof.

Ao cair da noite, a situação permanecia indecisa. Os sucessos russo-prussianos nos flancos contrabalançavam-se com os iniciais franceses. Estes mantiveram o terreno conquistado nos primeiros momentos da batalha.

Só uma nova batalha poderia decidir da ação e com os meios de que dispunham os dois generais adversarios isto era impossivel. Mas Napoleão poderia a todo momento ser reforçado por Ney e Bernadotte. Uma nova batalha só poderia ser vantajosa para Napoleão, desde que êste tivesse então seu exercito reunido.

O exercito francês não se encontrava em situação muito lisongeira nas posições de Preussisch-Eylau, em face da época rigorosa e da completa falta de recursos da região. Todos anciavam por descanso em quarteis de inverno. O imperador não podia mais atacar, mas uma permanencia prolongada aí, numa defensiva tática, aniquilaria pela fome e deserções o exercito vencedor de Iena.

Tambem o exercito de Benningsen se encontrava na mesma situação, embora tivesse vencido na jornada. Mas a possibilidade, cada vez mais proxima, da reunião dos C.Ex. Ney e Bernadotte poderia acarretar o esmagamento de seu exercito com um duplo ataque de flanco. Decide pois recuar para uma posição mais forte, para aguardar nova batalha defensiva. Na mesma noite, ás 23 horas, retrai sobre Koenigsberg. Um general vencido retiraria sobre Friedland, mas, como dissemos, Benningsen vencera aquela batalha que, como fruto de uma estratégia e tática defensivas, teria que ser indecisa para suas armas.

Sómente á tarde do dia seguinte, Napoleão teve ciencia da retirada de Benningsen. Dia 10 Murat encetou uma perseguição morosa e improfíqua como a dos platinos após Ituzaingó.

Pouco depois chegavam Ney e Bernadotte. Tarde de mais tinha Napoleão a superioridade numerica que aguardava para vencer em Preussisch-Eylau. Progressiu vagarosamente sem se animar a atacar o inimigo bastante mais fraco e inteiramente exhausto.

Impossibilitado de prosseguir para a frente, e julgando que Benningsen havia transposto o Niemen, Napoleão iniciou dia 17 a retirada. Entretanto os prussianos de L'Estocq marcharam sobre Allenstein e perseguiam de longe o exercito inimigo. A retaguarda d'este é alcançada em Heilsberg. Após ligeiro combate, os francêses retráem sobre Guttstadt. Com seus 8 batalhões o general prussiano não se anima a continuar a perseguição sem o auxilio do grosso.

Os francêses reocupam seus quartéis de inverno balisados pelo Passarge. Não deixaram de ser inquietados continua-

mente por elementos dispersos prussianos, cuja ação principal foi o ataque a Braunsberg.

CONCLUSÕES

Dentro do quadro de Willisen, Napoleão sofreu aí seu primeiro insucesso, pois Benningsen pôde com razão se considerar vencedor na jornada. Sua retirada salvou o exercito aliado da destruição e obrigou posteriormente, o inimigo a retornar aos seus acantonamentos de inverno.

Foi o primeiro golpe no prestígio do «invencível», seguido de Aspern e da Campanha da Russia. Falho daquela audácia que apresentará na Italia em 1796, levado por uma exagerada preocupação de segurança contra L'Estocq, Essen e Sedmoratzki, Napoleão não marchou reunido em procura, do principal inimigo. O mesmo erro cometeu L'Estocq e chegou reduzidíssimo ao campo de batalha.

Na batalha, a ideia de ruptura provocou a localização central das reservas, o ataque frontal e o fracasso. Embora deficientes de efetivos, os ataques de flanco sempre tiveram sucesso. Em Arcóle, Napoleão teve prova cabal de que os ataques contra os flancos, bem conduzidos, sempre trouxeram a vitória, mesmo contra inimigos superiores em numero. Em Preussisch-Eylau uma economia de forças, de acordo com as ideias schlieffeniavas, deslocaria o centro de gravidade contra a esquerda russa, sobre os Kreege e Kutschitten. Então Napoleão poderia ter reproduzido com uma manobra de Arcóle ou de Leuthen mais uma vitória decisiva sobre o exercito russo-prussiano e encerraria nesse dia a campanha iniciada no Saale.

Biblioteca de A DEFESA NACIONAL

A sair: { **Regulamento de Continências** (2^a edição)
Nomenclatura do Fuzil Mauser (2^a edição)

ecção
de
ática Geral

A segurança em marcha
(Do Livro inédito: Tática ao alcance de todos)
(Notas extraídas dos novos Regulamentos)

Pelo Major T. A. Araripe

Nota da redação - Este trabalho é reproduzido devido a insistentes pedidos dos assinantes.

Providências: busca de informações (principalmente observação) atíssima;

disfarces e aproveitamento do terreno (principalmente das cobertas);

destacamentos de segurança mais fortes para atuar como elementos de reconhecimento, de proteção e de manobra;

grosso mais articulado em largura e profundidade, de acordo com as previsões de emprêgo eventual e a idéia de manobra do chefe.

FIM DA SEGURANÇA

1.º) permitir que o Comando tome as *providências para o combate*, em tempo e em espaço convenientes;

2.º) realizar a *proteção* da tropa.

GRANDES MEIOS DE SEGURANÇA

1.º) a *informação*, procurada por diferentes órgãos (Av., Vg. Cav., tropas em contato, órgãos especiais);

2.º) o *dispositivo* para tornar a tropa menos vulnerável e já em condições que facilitem a sua ação contra o inimigo;

3.º) os *destacamentos de segurança* (Vg., Fg., Rg. e P. A.), destinados a protegerem o grosso e facilitar a missão d'este;

4.º) os *elementos especiais* (Av. de caça, defesa aérea, contra espiãoagem);

5.º) o *segredo*.

OPORTUNIDADE DA SEGURANÇA

As medidas de segurança devem ser *sempre* tomadas, qualquer que seja a situação do momento: longe ou perto do inimigo, no combate, etc. Elas serão mais ou menos rigorosas conforme a distância a que se acha o inimigo.

PROVIDÊNCIAS QUANDO SE ESTÁ A GRANDE DISTÂNCIA DO INIMIGO

Só se teme: a Av. inimiga (bombardeios e ataques de aviões que vôem baixo).

Providências: disfarces, aproveitamento das cobertas, tiros contra aviões (canhões e mtrs.), defesa aérea e Av. de caça; busca permanente de informações.

PROVIDÊNCIAS QUANDO SE ESTÁ LONGE DO INIMIGO

A temer: a Av. inimiga, fracos elementos dispondão de meios de transporte rápidos (Cav. e em automóveis) e eventualmente tiros de Art. agindo de distância muito grande.

Providências: as da situação anterior e mais: guarda das estradas e caminhos por onde podem vir elementos inimigos;

destacamentos de segurança reduzidos;

grosso já articulado em largura e profundidade, para facilitar o emprêgo eventual.

PROVIDÊNCIAS QUANDO SE ESTÁ NAS PROXIMIDADES DO INIMIGO

A temer: a Av. inimiga, Art. inimiga de grande alcance, toda espécie de Art. e também fogos de armas automáticas isoladas.

Providências: busca de informações (principalmente observação) atíssima;

disfarces e aproveitamento do terreno (principalmente das cobertas);

destacamentos de segurança mais fortes para atuar como elementos de reconhecimento, de proteção e de manobra;

grosso mais articulado em largura e profundidade, de acordo com as previsões de emprêgo eventual e a idéia de manobra do chefe.

PAPEL DOS DESTACAMENTOS DE SEGURANÇA

Papel da Vanguarda

1.º) explorar a zona de marcha, de modo a assinalar a presença do inimigo (papel de reconhecimento);

2.º) desembaraçar as estradas de marcha dos possíveis obstáculos e reparar essas estradas (papel de elemento precursor);

3.º) evitar qualquer comunicação entre a zona ocupada e o inimigo (papel de contra-espionagem);

4.º) proteger a unidade considerada contra as surpresas e as ações terrestres aproximadas do inimigo (papel de proteção);

5.º) facilitar a manobra do grosso e, eventualmente, tomar parte nela (papel de elemento de manobra).

Papel da retaguarda

1.º) manter o comando ao par dos movimentos inimigos e prevenir o aparecimento de seus elementos, mesmo ligeiros (papel de reconhecimento);

2.º) auxiliar e proteger as destruições determinadas pelo comando (papel de elemento de retaguarda);

3.º) evitar qualquer comunicação entre a zona ocupada e o inimigo e destruir os indícios que possam ser úteis a este (papel de contra-espionagem);

4.º) proteger a unidade determinada contra as surpresas e as ações aproximadas do inimigo (papel de proteção);

5.º) permitir que o grosso evite o combate ou o aceite em bôas condições (papel de elemento de manobra).

Papel da Flanco-Guarda

1.º) buscar informações sobre o inimigo na direção ameaçada, para informar o comando e

permitir o cumprimento de seu papel de proteção (papel de reconhecimento);

2.) evitar qualquer comunicação entre a zona de ação do grosso e o inimigo (papel de contra-espionagem);

3.) proteger o grosso contra as surpresas e ações aproximadas do inimigo contra o flanco (papel de proteção);

4.) permitir que o grosso se escôe ou execute o combate sem ser perturbado em seu flanco (papel de elemento de manobra).

MARCHA Á DISTANCIA "MUITO GRANDE" DO INIMIGO OU ATRÁS DE FRENTES CONTÍNUAS

Necessidades

Neste caso, não havendo possibilidades de incursões de elementos inimigos, bastará que se cuide das condições materiais da marcha.

Providências

Os destacamentos de segurança são, neste caso, substituídos por destacamentos precursores, com a missão de reconhecer, balizar e melhorar os itinerários a serem seguidos pelas colunas. (Ver o Capítulo - Marchas).

VANGUARDA LONGE DO INIMIGO OU NA MARCHA RETROGRADA

Dispositivo da Vanguarda

Fraciona-se em dois escalões:

- escalão de reconhecimento;
- escalão de combate.

Constituição do escalão de reconhecimento

É constituído de fracos elementos e que se deslocam rapidamente. Entre nós, Esq. de Cav. da Vg., Pel. de esclarecedores montados dos Regimentos de Infantaria; em alguns Exércitos estrangeiros empregam-se aí auto-canhões, auto-metralhadoras e ciclistas.

Constituição do escalão de combate

É constituído pelo restante da Infantaria da Vg. e de fortes frações de Sapadores Miqueiros e de Infantes Pioneiros.

Nesse caso, a Vg. não disporá de Artilharia.

Característica geral do dispositivo

Não mais se empregarão o velho dispositivo filiforme de ponta, testa e corpo:

o escalão de reconhecimento se espalhará largamente na frente e nos flancos da zona de marcha (de um e outro lado da estrada), aproveitando os caminhos transitáveis;

o escalão de combate segue pela estrada, precedido e ladeado por aquêle.

Isto não quer dizer que o escalão de combate não possa apresentar-se escalonado em profundidade. Ao contrário, para facilitar a

marcha, convém criar distâncias regulares entre algumas unidades, sem aumentar a profundidade da coluna. Assim, um Btl. que forma o esquadrão de combate com uma Cia. de Sap. Min. pode ter o seguinte dispositivo:

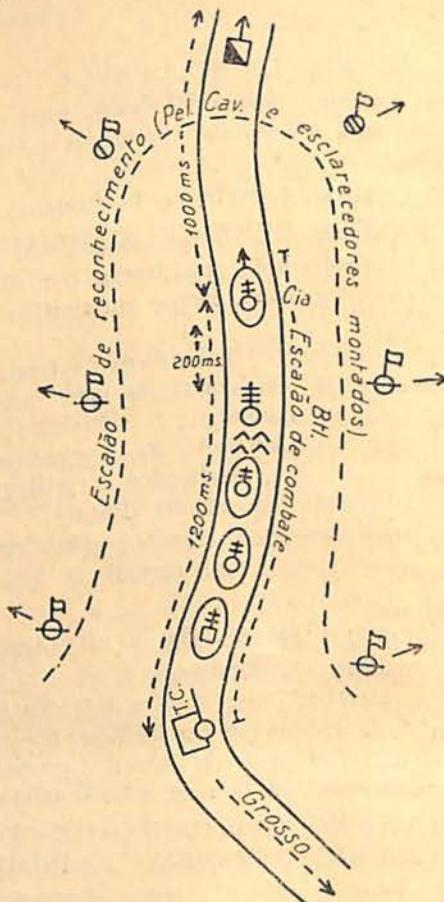


Fig. 1 — (Vg. longe do inimigo — base um Btl.)

a 1.000 ms. (ou mais) atrás do escalão de reconhecimento, uma Cia. de Fuzileiros e a Cia. de Sap. Min.;

a 100 ou 200 ms. atrás desta última, o restante do Btl.

Do mesmo modo, o R. I. poderá ter, depois do escalão de reconhecimento, um Btl. (precedido ou não de uma de suas Cias.) e a 100 ou mais metros atrás o restante do R. I.

Nesse caso, é excepcional dar à Vg. o efectivo de um R. I.

Distâncias

Nas grandes colunas, os mais avançados elementos de Infantaria do escalão de reconhecimento têm um avanço muito grande sobre os primeiros elementos do grosso, afim de evitar que estes sejam atingidos por tiros da Artilharia leve do inimigo.

Além disso, os mesmos elementos do escalão de reconhecimento marcham bastante na frente

do de combate, afim de atingir em tempo útil as linhas do terreno de onde a Infantaria inimiga poderia dirigir fogos contra este último escalão (de 1.200 a 2.400 metros).

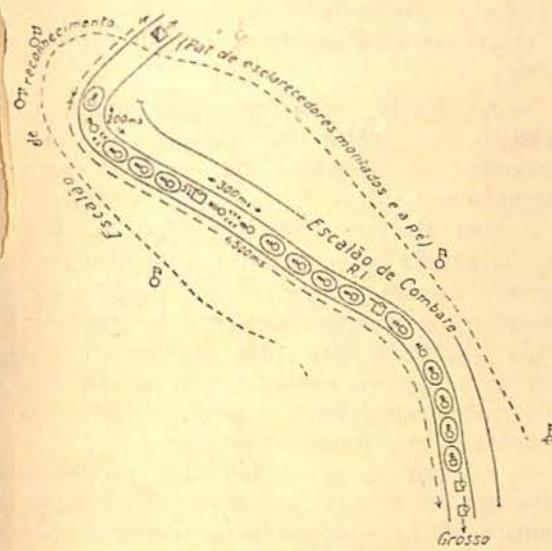


Fig. 2 — (Vg. longe do inimigo — base um R. I.)

Nas pequenas colunas, bastará que a Vg. se encontre a uma distância suficiente do grosso para proteger este contra os fogos da Infantaria adversa.

O escalão de reconhecimento precede o de combate a uma distância bastante para subtraír este constantemente aos fogos executados de distâncias médias (400 a 1.200 ms.).

Ligação

O grosso da coluna mantém a ligação com a sua Vg. (agentes de transmissão montados, oficial de ligação).

O escalão de combate procura ligar-se com o de reconhecimento (homens de transmissão montados, observadores).

A Vg. liga-se pelos mesmos processos com as Vgs. vizinhas.

Lugar do Cmt. da Vg., do Grosso e do Escalão de combate

O Cmt. da Vg. deve, nesse caso, marchar na frente do seu escalão de combate, para assegurar a direção da marcha e resolver prontamente os incidentes de marcha. Faz-se acompanhar de parte do Grupo de Comando (agentes de transmissão, observadores, sinaleiros, alguns esclarecedores montados).

Pôde, entretanto, colocar-se em outro lugar para melhor observar a marcha da sua unidade.

O Cmt. do Grosso marcha na frente deste.

O Cmt. do escalão de combate (substituto do Cmt. da Vg.) marcha na testa do escalão, pronto a dirigi-lo quando o Cmt. da Vg. dêle se afastar.

O escalão de reconhecimento não tem um comando único. Em regra, as patrulhas que o constituem dependem diretamente do Cmt. da Vg. Faz-se exceção para aquelas que agem nas proximidades do eixo de marcha, que podem ser reunidas sob um mesmo Cmt. (Cmt. dos esclarecedores montados ou Cmt. do Esq. de Cav.).

Zona de esclarecimento da Vg.

Neste caso, a zona de esclarecimento não é limitada precisamente em largura, porém, admite-se que as patrulhas do escalão de reconhecimento não devem afastar-se a mais de 2.000 ms. do eixo de marcha da Vg.

Profundidade da Vg.

Pelos esquemas apresentados acima vê-se que essa profundidade da Vg. depende da profundidade do Btl. (aproximadamente 1.200 ms. com o T. C.) e do R. I. (aproximadamente 4.800 ms., sem o T. E.).

Nos exemplos citados ela é respetivamente de 2.200 ms. e 5.500 ms.

Modo de ação da Vg.

Em zona onde não se temem nem a ação da Infantaria nem a de numerosa Cavalaria, mas onde é possível o aparecimento de engenhos mecânicos ou fracos elementos dispondo de rápidos meios de transportes, a Vg. deve estar em condições de deter a irrupção desses engenhos ou desses elementos e repeli-los.

Para desempenhar esse papel e tendo em vista reduzir o mais possível a fadiga das tropas, bastará dominar as vias de acesso, a serem utilizadas por esses engenhos ou des-tacamentos do inimigo.

O escalão de reconhecimento, deslocando-se por patrulhas e precedendo o de combate, como já indicámos, esclarece as estradas, caminhos e suas imediações. Em regra cada patrulha recebe um caminho para marchar; porém, pode ser conveniente, em alguns casos, fazê-las marcharem agrupadas, para ser irradiadas à proporção que se tornar necessário esclarecer um caminho ou subir a um ponto elevado para ver melhor o terreno circunvizinho.

Os seus lanços são marcados pelas linhas importantes do terreno e as paradas nessas linhas servem para restabelecer pela vista a ligação com o escalão de combate.

Ordem do Cmt. da Vg.

(Exemplo)

«I — O inimigo reuniu-se ontem em... É provável que na marcha de hoje só se encontrem fracos elementos seus.

II — O nosso Btl., reforçado pelo... Esq. (menos 1 Pel.) e por metade do Pel. de esclarecedores montados (Ten. J.), constituirá a Vg. da coluna da direita da D. I., em marcha pela estrada... na direção de...

A coluna da esquerda da Divisão segue pela estrada...

Em consequência:

III — O *escalão de reconhecimento* será constituído pelo:

a) Esq. sob o comando de seu Cmt., de modo a esclarecer na frente e sobre o eixo de marcha; ele precederá o escalão de combate de uma distância média de 1.500 ms.;

b) pelo $\frac{1}{2}$ Pel. de esclarecedores, inicialmente à disposição do Cmt. da Vg. e destinado a ser utilizado no esclarecimento de pontos interessantes;

c) o Cmt. desse Pel. ficará responsável pela ligação entre o escalão de combate e o de reconhecimento.

IV — O Btl. constituirá o *escalão de combate*.

Btl. formado em coluna de estrada ás 5 hs., 55 mins., na ordem 2.ª Cia., sec. extra., 1.ª, 3.ª Cias., Cia. Mtr. Mx. e Sec. Ptr. — T. C.; testa na bifurcação... partida ás 6 hs.

O Esq. se reunirá á mesma hora, logo além da bifurcação, e partirá ao mesmo tempo, tomando logo depois a distância conveniente.

V — O Cmt. do Esq. enviará pela transversal... uma patrulha para procurar ligação com a Vg. da coluna da esquerda.

VI — O Cmt. da Vg., com o $\frac{1}{2}$ Pel. de esclarecedores e os grupos de comando marchará na testa do escalão de combate».

Preocupação do Cmt. da Vg. durante a marcha

- 1.º) Verificar o itinerário seguido;
- 2.º) Verificar o estado da estrada e tomar providências para reparar os pontos em más condições;
- 3.º) Estar atento ás medidas de segurança aproximada da Vg.

VANGUARDA NAS PROXIMIDADES DO INIMIGO

Dispositivo da Vg.

Fraciona-se nos mesmos dois escalões:

- escalão de reconhecimento;
- escalão de combate.

Constituição do escalão de reconhecimento

Além de elementos montados (Cav. e esclarecedores montados), ele compreenderá também patrulhas de infantaria a pé destacadas pelas unidades do escalão de combate.

Constituição do escalão de combate

Compreende o grosso da Inf. da Vg., bem como os elementos de Sapadores Mineiros de artilharia de acompanhamento imediato que lhe forem atribuídos.

O escalão de combate se articula do seguinte modo:

— na frente, uma ou geralmente várias unidades de Infantaria, que por si mesmas fornecem os elementos do escalão de reconhecimento;

— mais atrás e à distância variável, outras da Infantaria, constituindo propriamente um *segundo escalão da Vg.* e que, quando esta se empenhar, se transformará em *reserva da Vg.*

As frações de Sap. Min. marcham em regra com as primeiras unidades; e as da Art. de acompanhamento imediato seguem de perto as unidades a que foram atribuídas.

O número e o efetivo das unidades de Infantaria colocadas na testa do escalão de combate são proporcionais á natureza do terreno e á largura da zona de marcha.

Quanto mais coberto ou dobrado fôr o terreno ou quanto mais larga a zona de marcha, maior deve ser o número de unidades de testa.

Admite-se que um Btl. deve corresponder a um itinerário importante e não pode esclarecer uma frente que exceda a 3.000 ms. (terreno descoberto).

Dispositivo do Btl. nas proximidades do inimigo

Como já se disse, o Btl. deve esclarecer todos os caminhos da zona de marcha, bem como todas as partes desta zona.

Enquanto as possibilidades de encontro com o inimigo não são muito iminentes e a marcha se faz pelas estradas e caminhos, o dispositivo do Btl. é função dêsses caminhos:

um só caminho — uma Cia. na frente; as outras duas e a Cia. Mtr. pelo mesmo a uma distância que não deverá exceder de 500 ms.;

dois caminhos — duas Cias. em primeiro escalão; a terceira e a de Mtr. por um dêles e à distância que também não deverá exceder de 500 ms.

Quando as possibilidades de encontro forem muito iminentes e a marcha se fizer pelo campo, os dispositivos são indicados para a *Aproximação*.

Composição da Vg.

Varia de acordo com a missão, a distância do inimigo, a largura da zona a cobrir e a natureza do terreno.

Em regra, o efetivo da Inf. da Vg. não excede ao terço da Inf. da coluna. Só se

fará exceção a essa regra no caso de necessidade absoluta imposta pela largura da frente a explorar e pelas dificuldades do terreno.

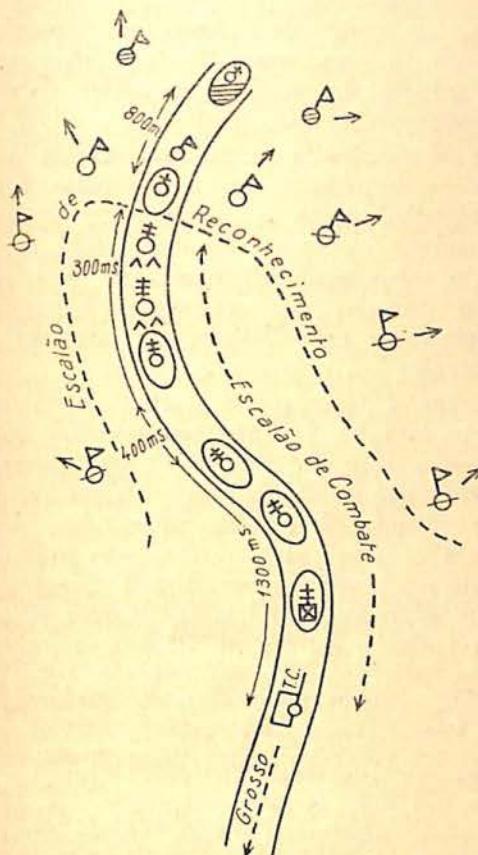


Fig. 3 — (Vg perto do inimigo) — Btl. por uma só estrada

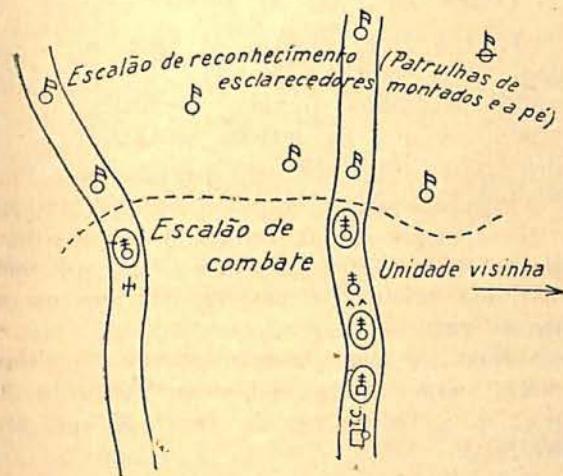


Fig. 4 — (Vg perto do inimigo — Btl. por duas estradas).

Compreenderá também a maior parte dos esclarecedores montados do R. I. que a constitue e unidades de Cav. (Pels. ou Esq. da Vg.).

Poderá dispôr de unidades de Sapadores Mineiros, de destacamentos de transmissão e

eventualmente artilharia de acompanhamento imediato e carros de combate.

A não ser a Art. de acompanhamento imediato, a Vg. não possue outra espécie de Art., porém, a Art. do Grosso deve estar sempre em condições de poder apoiá-la.

Também a Av. divisionária coopera estreitamente no esclarecimento da Vg.

Característica geral do dispositivo

A mesma do caso da Vg. longe do inimigo.

Mas neste caso a repartição em largura e o escalonamento em profundidade serão bem acentuados, de modo que possa procurar as resistências avançadas do inimigo, obrigá-las a se revelarem, desbordá-las sem que seja preciso executar movimentos laterais sob o fogo e, finalmente escapar, tanto quanto possível, à observação terrestre e aérea do inimigo.

É claro que o desenvolvimento da Vg., tanto do escalão de reconhecimento como do de combate, não será completo desde o início. Para evitar a marcha através do campo que retarda bastante a progressão, convirá só abandonar as estradas quando se penetra na zona de ação da Art. de campanha inimiga ou quando estiver iminente o encontro com o inimigo.

Mas é indispensável que a Vg. e principalmente o escalão de reconhecimento aproveitem inteiramente a rede de caminhos de sua zona de marcha.

O próprio escalão de combate só marchará em coluna por uma única estrada, quando:

— houver apenas uma estrada em sua zona de marcha;

— o terreno dessa zona não permitir a marcha comoda através do campo;

— a situação tática aconselhar que se ande depressa.

Afinal, o R. I. noutro exemplo, apresenta-se com duas pequenas Vgs. de Btl., uma para cada estrada.

O escalão de reconhecimento se espalhará largamente na frente e nos flancos da zona de marcha, aproveitando todos os caminhos e não deixando de esclarecer ponto algum dessa zona.

O escalão de reconhecimento se espalhará pela estrada e outro acompanhando à pequena distância o Btl. da direita (estrada melhor).

Distâncias entre o escalão de reconhecimento e o de combate

Como no caso anterior, o escalão de reconhecimento desloca-se na frente do de combate, a uma distância que varia com o terreno e com o efetivo do último escalão.

Para um grande efetivo (Btl. no mínimo), que oferece o maior alvo e precisa maior tempo para entrar em ação, a distância corresponde ao tiro da infantaria a grandes distâncias (1.200 a 2.400 ms.).

Para um pequeno efetivo ela corresponde ao tiro de infantaria a distâncias médias, (400 a 1.200 ms.).

Em terreno descoberto, convém considerar como base o limite superior dos números indicados.

Em terreno coberto, em caso de nevoeiro ou á noite, deve-se ficar á quem do limite inferior indicado.

Distâncias entre o Grosso e a Vg.

A distância entre a Vg. e o Grosso é também função da natureza do terreno e do efetivo da Vg.

Essa distância não deve ser demasiadamente grande, para não privar a Vg. do apoio do Grosso; porém, não deve ser muito fraca, para evitar que o Grosso seja atingido prematuramente pelo fogo inimigo (principalmente de Art.) e fique em dificuldades para tomar as providências para a sua entrada em ação.

Ligaçāo

As mesmas providências do caso precedente.

Lugar do Cmt. da Vg., do Grosso e profundidade da Vg.

Convém obedecer ás mesmas regras aconselhadas no caso da Vg. longe do inimigo.

É claro que nas proximidades do inimigo a profundidade da Vg. deve ser maior do que no caso anterior, devido principalmente á necessidade do escalonamento em profundidade. Assim, o Btl. que pode agir em uma frente de 3.000 ms., no máximo, apresentará uma profundidade de 1.500 a 2.000 ms. e o R. I. poderá ir até 3.000 ou mesmo 4.000 ms., quando fôr útil conservar o Btl. de segundo escalão um pouco atrás para ser empregado em qualquer ponto da frente.

Modo de ação da Vg.

Desde que se tornar provável um encontro com fôrças importantes do inimigo, a Vg. deve poder subtraír o Grosso aos fogos adversos (principalmente de Art.) e proporcionar-lhe, no caso de necessidade, o tempo e terreno convenientes ao emprêgo de seus meios.

Para isso, na zona dos fogos da Art. de campanha inimiga a Vg. toma um dispositivo de aproximação, largamente articulado em profundidade e repartido em largura e que permita:

1.º, ao escalão de reconhecimento esclarecer todas as partes da zona de marcha (é a principal diferença do caso da Vg. longe do inimigo).

2.º, ao escalão de combate pôr rapidamente em ação os seus meios de fogo para apoiar a progressão do primeiro ou deter o ataque do adversário, se este se der.

As precauções a serem adotadas pela Vg. muito se aproximam das aconselhadas para Aproximação, sendo que nesta fase a marcha por lanços, um maior aproveitamento do terreno, o apoio quasi instantâneo do fogo, representam cuidados que crescem á medida que aumentam as possibilidades de encontro com o inimigo.

Porém, é preciso que fique bem entendido que no caso da Vg. nas proximidades do inimigo, o escalão de combate só deve abandonar os caminhos quando se apresentarem as resistências inimigas ou se tornarem intensos os tiros de artilharia ou quando o terreno fôr muito exposto aos supostos observatórios inimigos, tudo porque a preocupação dominante deve ser a de não retardar a marcha do Grosso.

Caso de encontro com os elementos inimigos

No caso de encontro com elementos inimigos, os dois escalões empregam os processos preconizados para a Aproximação e Tomada de contacto.

Ordem do Cmt. da Vg. (Exemplo)

«I — Um Dest. inimigo de todas as armas atingiu esta tarde a região... e seus elementos avançados foram assinalados em... É provável que na marcha de amanhã possámos encontrar fortes elementos inimigos e caír sob os fogos de sua Artilharia.

II — O nosso R. I., reforçado por um Esq. do 5.º R. C. D. e pela 2.ª Cia. Sap. Min. constituirá a Vg. da Divisão que marcha na direção geral de... e na zona limitada a E. pela linha... e a O. pela linha...

A E. segue a Vg. da... D. I. na direção de... e a O. a Vg. do Dest. X, na direção de...

Em consequência:

III — O escalão de combate será constituído de dois Btis. juxtapostos, na testa:

um pelo eixo de...;

outro pelo eixo de...;

e em 2.º escalão o III Btl. e a Cia. Mtr. P. do R. I. pelo eixo de...

IV — O escalão de reconhecimento será constituído segundo ordens dos Cmts. de Btls. de teste. Para isso:

o I Btl. disporá de 2 Pels. do Esq. Cav.; o II Btl. disporá de 1 Pel. do Esq. Cav.; além de 8 esclarecedores montados que o I. porá á disposição de cada um.

O 4.º Pel. do Esq. Cav. deslocar-se-á pelo lado de..., com a missão de esclarecer o intervalo entre a nossa D. I. e a... D. I. (Ordem particular).

V — O movimento será executado do seguinte modo:

os Btls. de teste do escalão de combate transporão a linha... ás... hs.

o Btl. de 2.º escalão transporá a mesma linha ás... hs.

VI — Em caso de necessidade, os Btls. de 1.º escalão serão apoiados por Gs. de 75 do Grosso, mediante pedido do Cmt. da Vg.

O Dest. de ligação de um destes Gs. marchará desde já com o Cmt. da Vg.

VII — O Cmt. da Vg. marchará logo após o I Btl., dispondo do grupo de comando do R. I. e de 10 esclarecedores montados.

VIII — O T. C₁. dos Btls. (viaturas-munição) acompanharão as suas unidades.

Os T. C₂. (viaturas restantes) seguirão em colunas de 300 ms., atrás da Cia Mtr. P. do R. I.».

Preocupação do Cmt. da Vg. durante a marcha

As já indicadas para o caso da Vg. longe do inimigo e mais as seguintes:

— manter constante ligação com os Btls. de teste do escalão de combate;

— observar a sua progressão de modo a poder intervir o mais cedo possível em seu auxílio;

— manter-se em ligação com o Grosso, de modo a não se adeantar exageradamente.

PARADA DURANTE A MARCHA — ALTO GUARDADO

Nas paradas (altos horários ou grandes altos), os elementos da Vg. não são obrigados a se imobilizar simultaneamente á hora fixada.

Cada um deles procura antes de se deter alcançar um local de onde possa continuar a cumprir a missão:

— o escalão de reconhecimento, os pontos de onde tenha boas vistas para vigiar e prevenir;

— as unidades de teste do escalão de combate, os locais favoráveis ao emprego de suas armas;

— as do 2.º escalão de combate, cobertas onde possam se dissimular e de onde possam prestar apoio ás da unidade da testa.

VANGUARDA NAS MARCHAS Á NOITE

Dispositivo e Constituição

São os mesmos da marcha durante o dia, com excepção do escalão de combate que á noite é constituído sómente de infantaria.

Distâncias e intervalos — Execução do movimento — Paradas

As distâncias e intervalos são muito reduzidos e tanto mais quanto mais escura fôr a noite.

Em regra o movimento é feito pelas estradas e só no caso de noites de luar é que as patrulhas do escalão de reconhecimento se afastarão destas.

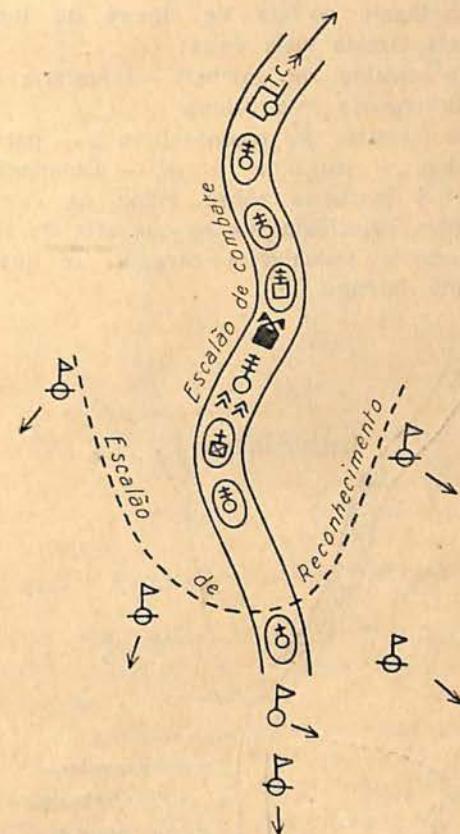


Fig. 5 — Rg. na marcha retrógrada, base 1 Btl.

A distância entre o escalão de combate e o de reconhecimento varia de 200 a 300 ms.

As paradas durante a noite são muito frequentes para reajustar o dispositivo, restabelecer a ordem e as ligações.

A preocupação da ligação entre os diferentes elementos da Vg. deve ser muito séria, principalmente quando a estrada seguida apre-

senta várias bifurcações (emprêgo de homens de comunicação sucedendo-se á distâncias pequenas).

RETAGUARDA RETAGUARDA NA MARCHA PARA A FRENTE

Missão

Impedir a ação de destacamentos ligeiros do inimigo (Cav., elementos transportados em automóveis ou em avião) que tenham escapado ás Vgs. ou que procurem alcançar a cauda da coluna por um flanco descoberto.

Composição

Frações de Inf. (em princípio, Cia.), fornecidas pelas unidades da cauda da coluna, com metralhadoras, esclarecedores montados e, eventualmente, petrechos de acompanhamento.

Dispositivo

Semelhante ao da Vg. longe do inimigo, caso ela fizesse meia volta:

- o escalão de combate — Infantaria — pela estrada seguida pela coluna;
- o escalão de reconhecimento — patrulhas montadas e patrulhas a pé — acompanhando aquêle á distância sobre todos os caminhos existentes, principalmente os que vêm do flanco, de modo a assinalar a chegada de qualquer elemento inimigo.

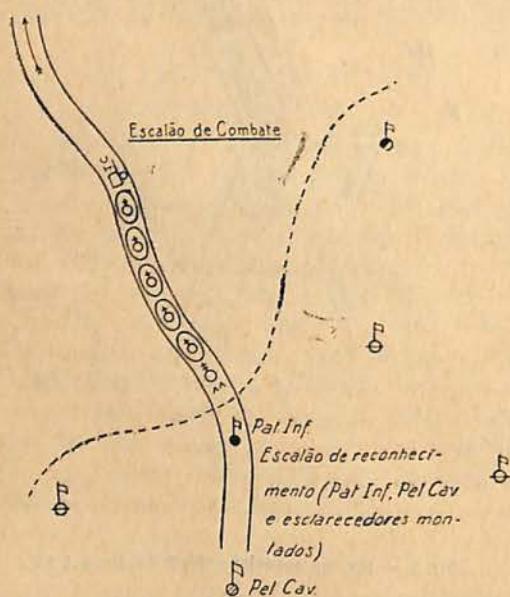


Fig. 6 — Rg. na marcha para a frente — base uma Cia.

Distâncias

A distância entre o escalão de combate e a cauda da coluna a cobrir varia com a importância da tropa a cobrir e com o terreno. Será tanto maior quanto maior fôr o efetivo e mais descoberto fôr o terreno.

Nesta situação, essa distância raramente excederá de 1.000 ms.

A distância entre o escalão de combate e o de reconhecimento varia com a distância entre os observatórios sucessivos e existentes no eixo de marcha.

Modo de proceder durante a marcha

O escalão de combate segue pela estrada, em coluna e acompanhando a cauda da coluna do Grosso á distância prescrita.

O escalão de reconhecimento desloca-se por lanços, de ponto de observação a ponto de observação. Em cada um dêste as patrulhas demoram-se o tempo suficiente para que o escalão de combate tenha alcançado a coberta imediata.

Nos altos, procedem como foi indicado para a Vg.

Ordem do Cmt. da Rg.

Não há grande diferença entre a Ordem neste caso e a da Vg. longe do inimigo.

Preocupações do Cmt. da Rg. durante a marcha

O Cmt. da Rg. deve:

- 1.º, seguir com atenção o trabalho do escalão de reconhecimento;
- 2.º, estar em condições de se opôr aos elementos inimigos ligeiros e que surjam inopinadamente;
- 3.º, manter a ligação com o Grosso.

Guarda de Polícia

Ainda nesse caso a Rg. exerce o papel de polícia — Capítulo Marcha.

RETAGUARDA NA MARCHA RETROGRADA

Missão

Neste caso, a Rg. tem a missão de permitir que o Grosso evite o combate.

Para isso ela terá muitas vezes que se empenhar quer para retardar o inimigo, quer mesmo para detê-lo durante certo tempo.

Dispositivo da Rg.

Enquanto não se empenha, a Rg. se escala em:

- escalão de reconhecimento;
- escalão de combate.

Se ela se instala para se opôr ao inimigo, êsses dois escalões passam a se chamar:

- escalão de vigilância;
- escalão de resistência.

Quando ela manobra em retirada, se descompõe em dois ou mais escalões sucessivos de resistência.

Composição da Rg.

Em princípio, a Rg. na marcha retrograda tem a mesma dosagem que a Vg. na marcha para o inimigo, com a agravante de que, não devendo ser apoiada pelo Grosso, precisa possuir em si mesma todos os meios indispensáveis para cumprir a sua missão de proteção e retardadora.

Há duas necessidades a satisfazer:

— de um lado, é preciso que disponha de meios de fogos (armas automáticas e canhões) suficientes para agir á distância e para dar a impressão de sólida resistência (linha contínua de fogos — cortina de fogos), de modo a retardar o inimigo;

— doutro lado, convém que os seus elementos sejam bastante móveis (cavalaria, frações de infantaria e artilharia transportadas em caminhões), de modo a poderem se retraír rapidamente.

Além disso, há a necessidade permanente da informação, satisfeita principalmente pela cavalaria e pela aviação.

Para a constituição da Rg. há dois casos a considerar:

1.º, o inimigo não segue a retirada de perto ou não faz pressão sobre as tropas que se retiram;

2.º, o inimigo não perde tempo e procura perseguir vivamente.

No primeiro caso, não será necessário que a Rg. seja muito forte. Bastam acentuada proporção de cavalaria (o grosso do R. C. D.), um ou mais Btls. de Infantaria com a dosagem em Mtrs. reforçada, uma Bia. de Artilharia de dorso e frações de Sap. Min., Inf., Art. e Sap. transportados, se possível, em caminhões.

No segundo caso, a Rg. deve ter uma dotação forte em Infantaria (se preciso, até 4 Btls.), a maior parte da cavalaria, e frações de Sap. Min. (principalmente quando há destruições a fazer). Quanto á Artilharia, é preciso que ela conte com o apoio da maior parte da Artilharia da Divisão. Algumas vezes será mesmo muito útil pôr forte quantidade dessa Artilharia á disposição do Cmt. da Rg.

Característica do dispositivo da Rg.

Quando não houver iminência de combate, o escalão de combate marcha em dispositivo aberto, aproveitando, como a Vg. na marcha para o inimigo, a rede de caminhos. O escalão de reconhecimento deixa-se ficar bastante para trás, ocupando os pontos de observação que dão vistas para o lado do inimigo e re-

cuando rapidamente desde que o escalão de combate tenha ganho suficiente distância. Alguns elementos podem ser deixados ao contato com o inimigo, para avisar sobre os seus movimentos.

Se o inimigo fizer pressão e houver necessidade de detê-lo ou retardá-lo, a Rg. toma dispositivos defensivos, indicados no Capítulo — o Recuo.

Modo de proceder durante a marcha

Quando o inimigo não faz pressão, o escalão de combate marcha por lanços, de linha favorável á defesa a linha favorável á defesa. Em cada uma dessas linhas élle se mantém pronto a ocupá-la, de modo a retardar o inimigo.

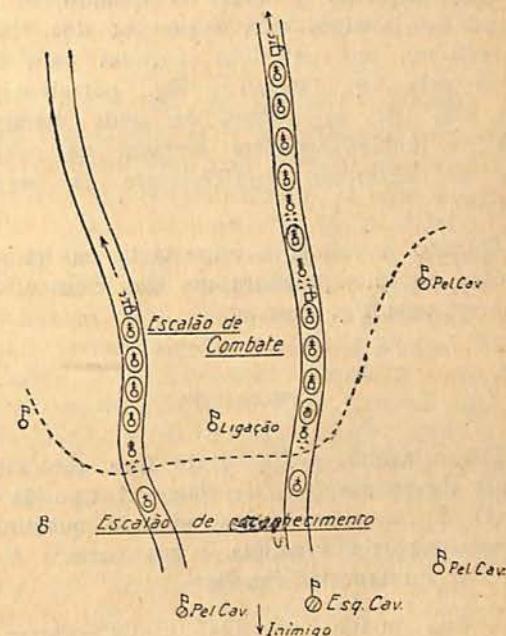


Fig. 7 — Rg. na marcha retrograda — base um R. I.

Põe-se novamente em marcha á hora determinada ou desde que o Grosso tenha alcançado certa linha do terreno.

Essa marcha é feita aproveitando-se toda a rede de caminhos como no caso da Aproximação e desde que a Artilharia inimiga se manifestar abandonar-se-ão mesmo os caminhos para marchar através campo aproveitando o terreno.

Os processos para o caso do inimigo fazer pressão serão indicados no Capítulo — o Recuo.

Ordem do Cmt. da Rg.

A ordem do Cmt. da Rg., quando o inimigo não faz pressão, é semelhante á indicada para o caso da Vg. perto do inimigo.

Preocupações do Cmt. da Rg. na marcha

São as mesmas indicadas para o caso da Rg. na marcha para a frente, sendo que aqui elas deverão ser levadas muito mais a sério.

FLANCO-GUARDA

Papel da Fg.

Já vimos os diferentes papéis atribuídos á Fg.; ela visa, em última análise, garantir a segurança dos flancos.

Nas pequenas colunas ou quando se está longe do inimigo, essa segurança dos flancos é realizada por patrulhas lançadas para êsses lados pela Vg., Grosso e Rg., patrulhas que ora vão até os pontos de onde elementos legeiros inimigos podem ameaçar as colunas, ora se deslocam paralelamente ás mesmas colunas.

Quando a coluna é importante ou há séria ameaça do inimigo sobre um dos flancos, constitue-se uma Fg. especial.

Composição

Em princípio, a Fg. é do tipo que antigamente denominavam de fixa. O tipo da Fg. móvel é excepcionalmente adotado quando há estrada paralela á coluna e que permite á Fg. marchar juxtaposta áquela.

A sua missão principal é de ocupar no flanco da tropa a cobrir posições que lhe permittam impedir ao inimigo de inquietar á mesma tropa. Por isso, ela deve possuir uma capacidade de resistência compatível com essa necessidade.

Ela é bem dotada em Infantaria, dispõe de alguma Cavalaria e Sap. Min. e deve, em certos casos, ser apoiada por Artilharia do Grosso ou colocada á sua disposição.

Dispositivo da Fg.

No ponto em que deve desempenhar a sua missão, a Fg. toma o dispositivo defensivo de acordo com o terreno e a duração da missão — Capítulo *Defensiva*.

Na marcha para êsse ponto, a Fg. age como a Vg. longe ou perto do inimigo.

Se a Fg. marcha paralelamente á coluna, o seu dispositivo é semelhante ao da Vg. nos dois casos citados.

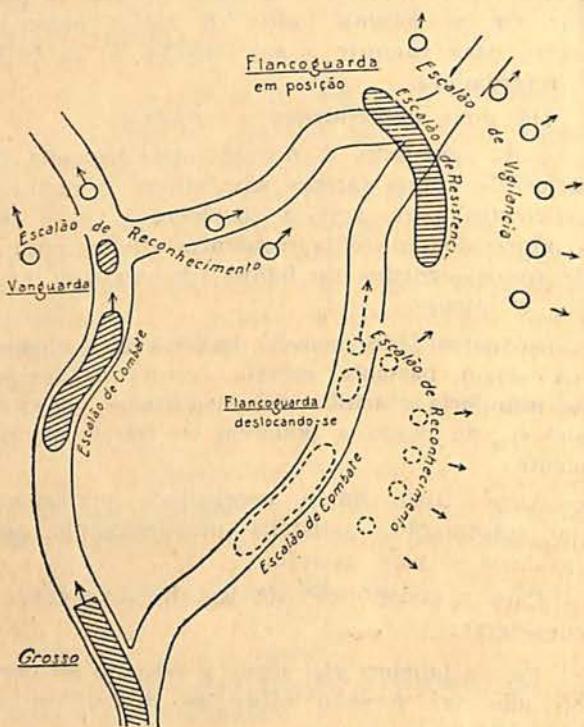


Fig. 8 — Fg. perto do inimigo; dispositivo

Preocupações do Cmt. da Fg. durante o desempenho da missão

O Cmt. da Fg. deve preocupar-se:

- com a busca de informações á maior distância possível;
- com os reconhecimentos da posição a ocupar, de modo a estar em condições de se opôr ao inimigo o mais cedo possível;
- em interceptar toda a comunicação entre a sua zona de ação e o inimigo;
- em atacar o inimigo, caso êle tenha já ocupado a posição que lhe foi designada; em detê-lo, de qualquer modo;
- em juntar-se á coluna de acordo com as ordens superiores.

Ordens do Cmt. da Fg.

As ordens para a marcha são semelhantes ás da Vg. e as de instalação serão indicadas no Capítulo — *Defensiva*.

**Secção
de
Tática Geral**

**Tema tático formulado aos candidatos á Escola Superior
de Guerra, no concurso de 1933**

Tradução da REVUE D'INFANTERIE (Outubro de 1933)

Pelo Cap. Claudio Duarte

(Continuação do n. 241)

OS MEIOS

Ora, de quaes meios dispõe o coronel?

O 113.^º R.I., completo, o Grupo de reconhecimento divisionario (menos um pelotão a cavalo e meio pelotão de autometralhadoras) e os fogos de dois grupos de 75^º e de um grupo de 155 C.

O I Btl./113.^º R.I. já está em linha. Sofreu perdas no entrevero da manhã? Sem duvida, mas não devem ser muito importantes, pois que então seriam assinaladas com especialidade. É pois admissivel considerar-se esse batalhão como estando em bom estado. Possue, além disso, a vantagem de conhecer e de talvez ter podido situar algumas resistencias do adversario. Comtudo acha-se disperso numa frente ultrapassando dois quilometros.

Os II e III Btls. estão descansados. Lá pelas 15 horas, chegarão e se instalarão, o II Btl. na ravina do moinho velho de Fossé e o III na de TREMBO. O esquadrão ciclista do grupo de reconhecimento divisionario prolonga para o N. o I Btl. Mantem uma frente de 1.200 ms. e realiza a ligação com o II Btl. do 13.^º R.I. Os meios apenas lhe bastam para a tarefa que lhe incumbe. Os outros elementos do grupo de reconhecimento estão reunidos ao Sul de 249.

A artilharia de apoio comprehende um grupo de 75 do 13.^º R.A.C. (regimento organico da D.I.), I Gr. de 75 e I Gr. 155 C da 14.^ª D.I. Esses dois ultimos grupos já se acham desdobrados a S.W. do ORNAIN. Não ha duvida que não será facil realizar a coordenação da ação desses tres grupos, e que a autoridade do coronel posto á frente do grupamento não será superflua.

Conseguirá organizar ligações com a infantaria? Que rendimento terão? As 14h.30' ainda não estão estabelecidas.

Uma solução

Eis a realidade.

Supondo ser a mesma pedida pela infantaria, poderá a artilharia executar uma barragem rolante para a apoiar? Dada a situação dos grupos no terreno, sem entrar noutras razões, é uma forma de apoio certamente impossivel de se realizar.

O apoio só se poderá efetuar em boas condições sob a forma de bombardeios sucessivos, quer seja a horario, quer a pedido da infantaria, se o Cel. Cmt. do 13.^º R.A.C. conservar a direção completa do grupamento e se esforçar até o maximo em satisfazer os pedidos da infantaria. O ponto mais delicado consistirá sem duvida nas ligações e transmissões a estabelecer entre o comando do grupamento e os dois grupos da 14.^ª D.I. Não será de mais dizer que o comandante do grupamento de artilharia deverá manter-se o mais proximo possível do comandante do 113.^º R.I., afim de se encontrar na fonte de informações e receber os pedidos de intervenção. O sistema de transmissões se organizará em consequencia, e dado o pouco tempo a disposição, só existe a probabilidade de ser bem simples e até mesmo precario. Os pedidos dirigidos á artilharia deverão da mesma forma ser simples; porque complexos, esta ultima ficará na impossibilidade de os satisfazer. Eis o que o comandante do contra ataque nunca perderá de vista.

IDEA DE MANOBRA

Parece agora ser facil conceber-se uma idéa de manobra, dando plena resposta á missão recebida, adaptando-se ao terreno, tomando em consideração os meios de que se dispõe e das informações que se possuem. Esta idéa de manobra decorre logicamente das conclusões a que acima se chegou.

Em primeiro logar realizar a surpresa, afim de se obter o sucesso. É a propria evidencia, e entretanto nunca se cançará de o repetir. O coronel cmt. do 13.^º R.I. já tomou algumas disposições com este fim. Persistirá nessas precauções até o momento em que não mais se torne viavel ao adversario tomar medidas convenientes, si já o não fez, para se resguardar do contra ataque iminente.

Evidencia-se indispensavel, como foi esplanado, zelar-se especialmente pela segurança do flanco W. na direção da cota 201; donde a necessidade de se cobrir fortemente deste lado. As mais das vezes, só se é coberto perfeitamente atacando. Na situação presente é exequivel?

Qual é na posição inimiga o ponto que aparece como especialmente forte e o mais solidamente ocupado? A povoação de CHARDOGNE, sem duvida alguma. Necessario se torna pois fazer cair esta vila: quer atacando-a diretamente após tê-la aniquilado sob as granadas, quer neutralisando-a e conquistando-a por desbordamento. Esta segunda solução, oferece vantagem, desde que se disponha de meios suficientes, em virtude de dar maior extensão á frente atacada e obrigar o adversario a muito dispersar os esforços.

Desbordar-se-á por N/L ou por SW, ou se atacará por duplo envolvimento? O unico desbordamento por Nordeste apresentará um serio inconveniente. Esta operação levará os elementos do ataque face a orla Sudeste do bosque do CHENE, o que não lhe facilitará a progressão ulterior. Ao contrario, contentando-se em desbordar CHARDOGNE por sudoeste, o inimigo poderá facilmente concentrar todos os meios de defesa contra o assaltante, e será certamente uma operação penosa, para a infantaria abordar e galgar as encostas a Oeste da vila. Parece pois favoravel fazer-se cair CHARDOGNE desbordando-a simultaneamente pelas duas alas, e se efetuar esta operação bem proximo as orlas. Seguir-se-á imediatamente a ocupação e limpeza da localidade.

O ataque se desenvolverá até o objetivo final, sem que haja uma pausa? Cogita-se de ir dar a mão aos elementos da esquerda do ataque do Norte nas

imediacões da ponte no correlo de NAU-SONCE. A resposta é facil. A manobra de infantaria só poderá ser judiciosamente prevista até o primeiro horizonte visivel (esta manobra consistindo antes de tudo nos apoios de fogos fornecidos). Ora este horizonte visivel se fecha pela crista onde se estende CHARDOGNE. Não vae além a vista. Que se passará aí? A infantaria o ignora.

Abordar esta zona sem a ter de relance examinado, sem que a coesão do dispositivo de ataque se restabeleça, será talvez reservar-se as peores surpresas. É um risco a não se incorrer. O movimento de terreno 237 poderá constituir normalmente um objetivo intermediario. O Gen. Cmt. da 13.^a D. I., aliás, assim o comprehendeu, pois que fixou como primeiro objetivo: CHARDOGNE e a garupa a Oeste.

Não resta a menor duvida que dada a hora imposta para o ataque (17 horas) só se passará neste 1.^º Objetivo o tempo estritamente indispensável. Importa atingir e se instalar no objetivo final antes de cair a noite.

Este objetivo final não surge perfeitamente determinado na ordem de operações n.^º 6: garupa 600 ms. ao Norte da pedreira a um kilometro a Noroeste de CHARDOGNE, indica o general de divisão. Instalação de modo a poder interditar a travessia do correlo de NAU-SONCE, ou simplesmente na garupa de forma a lhe impedir o acesso a quem já tenha transposto o correlo. Em fim de jornada e de ataque, é preferivel manter a depressão, afim de aproveitar a proteção que por si assegura. O coronel precisará portanto na ordem a dar, o objetivo a atingir.

Entre os 1.^º e 2.^º objetivos é necessário prever-se um objetivo intermediario? A extremidade do esporão a Sudoeeste da pedreira, de que se acaba de falar oferece vistas obliquas até a ponta Noroeste do bosque do CHENE. Encontra-se então em pleno dispositivo inimigo. Realisar uma parada certamente não permitiria se alcançar o objetivo antes do sol posto.

Eis como parece possivel agora se resumir a idea de manobra:

Agindo segundo o eixo moinho velho de FOSSÉ — pedreira a um kilometro

a Noroeste de CHARDOGNE — reentrante Sul do bosque de HARAU-MONT:

- A) — Em uma primeira fase, conquistar por duplo desbordamento a localidade de CHARDOGNE e se apoderar da crista a Oeste;
- B) — Em uma segunda fase, proseguir o esforço no eixo acima indicado, e se apoderar do objetivo final constituído pela crista imediatamente ao Sul do correio de NAUSONCE (entre o bosque de MARIE a Oeste e o CHENE a Leste) bem como pela orla Noroeste do bosque do CHENE até o ponto no correio de NAUSONCE.

Simultaneamente limpar o bosque do CHENE.

REALISACÃO DA IDEA DE MANOBRA

Como vai o coronel comandante do 113.º R.I. realizar a manobra que concebe? Quaes os processos a empregar para a executar até obter o fim colimado?

Primeiro, qual será o *dispositivo de combate*: com que elementos efetuará o ataque? Talvez, só se tratando de conquistar CHARDOGNE apenas um batalhão bastasse. Sem duvida poder-se-ia confiar aos proprios elementos do 113.º R.I., já em contacto, a operação. O I Btl. conhece o terreno; quem o comanda talvez já encarasse as modalidades de um ataque eventual. No entanto é preciso levar em consideração que pela manhã recebeu o choque do ataque inimigo, e que o não fez sem perdas. Demais, está repartido sobre todo o conjunto da frente ocupada e para o lançar ao ataque, precisava-se primeiro proceder-se a uma substituição e o reunir. Operações dificeis e que exigem tempo.

Aliás não se ataca somente CHARDOGNE. Vae-se fazer cair a localidade por desbordamento pelas duas alas e a frente ativa adotada será função dos elementos postos em linha. Pedir-se-á ao II Btl., atualmente na ravina de VENISSE, para atacar a Oeste da povoação. O III Btl. reunido nos fundos de TREMBLOT, desbordará CHARDOGNE por Nordeste. Quanto á ocupação e limpesa

da localidade. Confiar-se-á ao 1.º Btl. Exigir-lhe-á, na verdade, pouca gente tal operação.

O ataque até a conquista do 1.º objetivo, será pois executado por todo o regimento, ficando o I Btl. unicamente encarregado da operação há pouco indicada.

A segunda fase será efetuada pelos II e III Btls., que atacarão justapostos, o III Btl. assegurando na propria zona a limpesa do bosque do CHENE. Estes dois batalhões devem ser mais do que suficientes para atingirem o objetivo fixado. Contudo convirá continuar a assegurar, com carinho todo especial, a cobertura do flanco esquerdo.

Porque não fazer intervir o esquadrão ciclista? Primeiro, por já estar empenhado. Segundo, por ocupar uma larga frente, na qual os meios de que dispõe apenas bastam. Colocado onde está assegurará a proteção do flanco direito do ataque e a ligação com os vizinhos. Os elementos do grupo de reconhecimento divisionario, reagrupados ao Sul de 249, constituirão a reserva do coronel comandante do 113.º R.I. Qual será a base de partida do ataque? A linha atualmente mantida pelo I Btl., que os elementos do ataque transporão á hora H.

Não poderá ser questão, evidentemente, a instalação nesta base, antes da hora H, e assim prevenir o inimigo que se vae atacar, o II Btl. desembocará portanto da ravina do moinho velho de FOSSÉ onde se encontra articulado desde as 15 horas... 500 metros a percorrer, antes de atravessar a base de partida, é excessivo? A artilharia cobrirá a progressão. A notar que o batalhão já está com a frente para o objetivo.

O III Btl. partirá da ravina do TREMBLOT, onde chegou ás 15 horas? São mais de 1.000 metros a percorrer até a base de partida. Como será longo, sem se computar o gasto de munições para lhe cobrirem a aproximação; e que faltarão talvez no proseguimento da ação.

Está-se em guerra de movimento e os cofres não são inesgotaveis.

Referindo-se ao estudo que foi feito do terreno, parece possivel levar-se o III Btl. até a pequena depressão imediatamente ao Norte de 241, ou de pelo

menos aí instalar duas companhias da testa. Entre 15 horas e 16 horas 30', com as necessarias precauções talvez conseguisse se infiltrar até este fundo.

Neste caso o desembocar do III Btl. para o ataque se efetuaria muito mais facilmente. Para tanto, o coronel do 113.^º R.I. prescreveria a tempo os reconhecimentos indispensaveis. Esta decisão de corria disso.

Quaes sejam as posições de onde desemboquem os batalhões, uma ação de artilharia será imprescindivel para lhes proteger a progressão, até o momento da transposição da base de partida. Ação constituindo uma especie de preparação de artilharia, que advertirá o adversario do ataque, mas, não lhe dando tempo para recompor o dispositivo de defesa, pelo menos na frente mais avançada.

EXECUÇÃO DO ATAQUE

Regular a primeira fase do ataque não apresenta mui grandes dificuldades.

O dispositivo (infantaria e artilharia) está em posição. A artilharia, os meios de transmissões instalados, intervem por bombardeios sucessivos, conforme um horario estabelecido «a priori».

Os tres batalhões de infantaria desembocam em conjunto, o batalhão do centro privado da 1.^a Cia. que recebe uma missão á parte (indicada mais abaixo). Este batalhão deve limpar CHARDOGNE e garantir a posse do 1.^º objecitivo durante a segunda fase do ataque. O regimento aí efetuará uma parada. A duração será minima, porque, como já se disse, o tempo é escaço; a noite se aproxima. A parada não poderá ultrapassar de meia hora. Encontrando-se os elementos do ataque no interior do dispositivo inimigo, no qual as organisações defensivas podem ser consideradas como inexistentes (fazendo-se, no momento, abstração das orlas dos bosques) será dispensavel que a artilharia restabeleça o dispositivo de modo a ficar apta em continuar o apoio do ataque, leve os observatorios até o 1.^º objecitivo e desenrole os fios telefonicos? A parada não estaria longe de atingir, no minimo, umas duas horas. Conforme as circunstancias

não é possivel nem necessario se consentir em tal tempo morto. Ainda na execucao de tiros «a priori» será que a artilharia acompanhará a infantaria até o segundo objecitivo. Ficar-se-á descansado, certo de que o artilheiro não perderá o menor tempo para abrir os observatorios na frente e os organizar o mais cedo possivel na região de CHARDOGNE. Bastará pois o tempo para a infantaria se repôr e colocar um pouco de ordem nas fileiras; e instalar as bases de fogos afim de poder continuar a apoiar a progressão. É aos comandantes de batalhão, como se sabe, que incumbe a responsabilidade da organização das bases de fogos, que o coronel do 113.^º R.I. poderá reforçar com a ajuda da companhia de petrechos e colocando a disposição dos batalhões de primeiro escalão (II e III Btls. em primeiro escalão e o I Btl. em segundo).

A repartição dos petrechos podia na circunstancia ser a seguinte:

Incialmente: 2 canhões de 37 com o II Btl. (batalhão de Oeste) e 1 canhão de 37 ao III Btl. (batalhão de Leste). Os fogos da secção de morteiros seriam postos á disposição do I Btl., durante a primeira fase do ataque. Esta secção poderia estar instalada perto da testa da pequena depressão imediatamente ao Norte de 241 (posição fixada pelo comandante do regimento).

Após a conquista do 1.^º objecitivo, um grupo de morteiros será posto á disposição de cada um dos II e III Btls. O 3.^º grupo levado para as cercanias de CHARDOGNE, em condições de intervir com especialidade na direção da orla Oeste do bosque do CHENE.

Os tres batalhões tomam parte na execucao da primeira fase do ataque. Dentro de que limites cada qual agirá? O batalhão do centro só se preocupa com CHARDOGNE. Os dois outros se apoiarão portanto nas orlas da localidade. Durante a segunda fase a ação se fará pelos dois batalhões das alas. O batalhão da direita com o espaço necessario para uma das companhias desbordar o bosque do CHENE por Oeste, enquanto uma segunda executa a limpeza. O limite entre dois batalhões poderá por-

tanto ser o seguinte: estrada de CHARDOGNE — LOUPPY SUR CHÉE até o cotovelo a altura da pedreira e o caminho que prolonga a estrada para o Norte. A zona de ação do batalhão de Oeste se estenderá até a estrada VARNEY — LOUPPY LE CHATEAU. Devido a forma do terreno e o perigo possível para o flanco esquerdo, este batalhão atacará com a direita avançada.

Quaes são as medidas essenciaes que o comandante do 113.^º R. I. prescreverá para a execução do ataque? As medidas relativas ao plano de fogos e á proteção dos flancos.

No que concerne aos fogos de infantaria o coronel já distribuiu os canhões de 37 e os morteiros. Colocará á disposição do II Btl. os fogos dos elementos do primeiro batalhão (C.M.) instalados na garupa a um km. ao Sul de CHARDOGNE, afim de permitir a este ultimo reforçar a propria base de fogos, e dessa forma lhe facilitar a conquista do primeiro objectivo.

A forma do terreno permitirá, segundo parece, executar-se em bôas condições tiros por cima das tropas (depressão do NAPPONT).

OS APOIOS DA ARTILHARIA

Não poderá ser objeto de duvida, na situação estudada, dar-se a cada um dos batalhões de ataque a livre disposição dos fogos de um grupo de 75. Como teria a artilharia tempo para instalar as ligações e as transmissões necessarias? Que produziriam os destacamentos de ligação? Basta lembrarmo-nos que, sobre os tres grupos de artilharia, um sómente pertence organicamente á divisão, e que os dois grupos da 14.^a D. I. estão em bateria além do ORNAIN e do Canal. A solução não consistirá em se formar um unico agrupamento, cuja direção ficará inteiramente centralizada nas mãos do coronel comandante do 13.^º R. A. C.?

O apoio da artilharia só se poderá fazer por meio de bombardeios sucessivos regulados num horario e a pedido da infantaria. Esta segunda modalidade é principalmente de se encarar durante a segunda fase do ataque.

Apoio na primeira fase: em primeiro cegar CHARDOGNE e impedir a ação

dos orgãos de flanqueamento; neutralizar os observatorios, as resistencias conhecidas, as zonas suspeitas. Intervir a principio com o 155 C contra os salientes Nordeste e Sudoeste de CHARDOGNE; após, chegando o momento, transferir o tiro contra as orlas dos bosques a Sudoeste da pedreira, de onde o adversario tem vistas para o fundo do NAPPONT. Em seguida, transportar o tiro para a orla Sul do bosque MARTE, enquanto o 75 atuará na pedreira e na ponta Sudoeste do bosque do CHEME, cota 232, protegendo assim a instalação da infantaria no 1.^º objectivo e se mantendo em condições durante a parada no mesmo, de intervir contra todo retorno ofensivo do inimigo.

Apoio durante a segunda fase: a artilharia agirá especialmente contra as orlas dos bosques enquadrando o corredor da pedreira e as moitas que demarcam a crista entre a orla L. do bosque MARIE e a ponta Noroeste do bosque do CRENE. Tiros executados segundo horario; este, folgadamente calculado, de modo a não estorvar a infantaria progredindo no interior do bosque do CHENE, e aí realisando a limpeza. Os tiros serão transferidos a tempo util para além da depressão do NAUSONCE, afim de interditar as saídas do bosque de HARAUMONT, e proteger a instalação da infantaria no objectivo do contra ataque.

Sistema de artilharia rígido! Não resta duvida. Será, entretanto, possível torná-lo mais maneiro? A constituição do grupamento de artilharia, o tempo de que se dispõe antes do ataque, o sol se pondo ás 19 hs. 15', dificilmente permitirão realisar mais. Caso haja incidentes imprevistos a se regular durante o ataque — e é um fato normal tal acontecimento — para os resolver disporá a infantaria em primeiro lugar dos proprios meios. Os batalhões têm o canhão de 37. Para a segunda fase igualmente os morteiros. Finalmente, sendo preciso, poderão apelar para a artilharia. Dirigirão os pedidos para o comandante do regimento, que os transmitirá ao do agrupamento de artilharia. Este ultimo acionará o grupo em condições de intervir eficazmente.

Ha um ponto que ainda não foi falado e que se não poderá passar em silencio.

O inimigo dispõe de carros, especialmente de carros modernos? As informações são mudas neste ponto. E isto nada quer dizer. Até nova ordem a infantaria para se defender contra estes engenhos se encontra por assim dizer desarmada. Assim sendo, o comandante do grupamento de artilharia preverá medidas para o caso em que engenhos mecânicos viessem fazer irrupção na zona de combate do 113.º R. I. É preciso não se perder de vista que as zonas florestaes favorecem a aproximação dos carros, pois, quando esses últimos caminham sob os bosques, mal se percebe o barulho caraterístico assinalador da presença já a certa distância, na maioria das vezes.

PROTEÇÃO DOS FLANCOS

Admitindo-se mesmo que o coronel do 113.º R. I. não tivesse a atenção atraída pelo comandante da D. I. sobre a necessidade de vigiar e se guardar no flanco esquerdo do ataque (o que aliás se encontra na ordem de operações n.º 6: o comandante do contra ataque tomará todas as medidas necessárias para assegurar a cobertura á esquerda durante o desenrolar da operação...) naturalmente o coronel do regimento será induzido a tal pelos perigos a correr deste lado. Deve contra atacar na direção Sul — Norte. A frente azul é orientada Sudoeste — Nordeste. Bem entendido, sendo dado os meios á disposição, não pode pensar em prolongar o ataque sobre a totalidade da frente do destacamento do seu comando. Os elementos do ataque apresentarão portanto o flanco esquerdo ao adversário que ocupa 201.

Está bem explícito na ordem de operações n.º 6, no parágrafo VI, que o contra ataque da 13.º D. I. será coberto á esquerda por uma ação da 14.ª D. I., contra a garupa Norte de BUSSYLA COTE e contra a cota 194 (um km. ao Norte desta localidade). Mas em que consistirá esta ação? Não se sabe. Uma ação na direção de 194 colocará aliás o 113.º R. I. ao abrigo dos fogos provenientes de 201? O ataque da 13.ª D. I. será coberto pela ação da 14.ª D. I. Compreendido. Contudo nunca se está melhor coberto do que por si mesmo e o

comando do 113.º R. I. agirá sabiamente tomando medidas para realizar eficásmente a cobertura á esquerda.

A ação de cobertura poderá ser confiada á companhia do I Btl. já instalada na garupa imediatamente a Sudeste de 201 e dispondo de uma secção de metralhadoras. Participando da proteção da tomada do dispositivo do contra ataque, manterá sob os fogos as organizações de 201, durante a transposição da base de partida pelo II Btl. Progredirá em seguida em direção ao Norte, apoiando-se á esquerda na estrada de VARNRY — LOUPPY LE CHATEAU cobrindo desta forma o flanco esquerdo do contra ataque, bem como efetuando a ligação com a 14.ª D. I. É lógico que esta missão de cobertura seja confiada a esta companhia, pois já se encontra no local, e que talvez tenha podido reconhecer as resistências inimigas instaladas em 201. Liverto da cobertura á esquerda, o II Btl. poderá consagrar todos os meios á propria missão. Quanto ao I Btl. encarregado sómente da limpeza de CHARDOGNE disporá de forças suficientes para tanto, apesar da ausência de uma companhia.

A cobertura á direita e a ligação com os elementos da divisão que atacam ao Norte, será confiada ao esquadrão ciclista que enviará em tempo útil um elemento na direção do poço (200 ms. a Sudeste do bosque do CHENE). Ligação assegurada antes de tudo pelo fogo. Não era preciso dizer que os ciclistas, em primeiro lugar, deverão garantir a posse da moita atualmente ocupada. Tal será certamente o melhor modo de cobrir o flanco direito do contra ataque.

Será preciso mencionar-se a conduta a ter após a conquista do objetivo final? Com toda a certeza. Instalar-se ao Sul do correlo de NAUSONCE de modo a lhe impedir a travessia. Cada batalhão jogará um elemento de vigilância ao Norte do correlo: o batalhão da esquerda na estrada de LOUPPY LE CHATEAU, na proximidade da crista; o batalhão da direita, igualmente sobre a crista na orla do bosque de HARAUMONT. Não é com efeito nos caninhos, estradas, orlas de mato que se apegam unicamente á noite as patrulhas e os reconhecimentos? As pontes

do corrego de NAUSONCE, serão bem entendido, barricadas e ocupadas. Deste modo poder-se-á passar talvez a noite numa tranquilidade relativa, e se preparar para as operações do proximo dia.

O comandante do 113º R. I. manterá o posto de comando no local em que o instalou ás 13 horas (um km. ao Sul de CHARDOGNE, no caminho de terra de CHARDOGNE ao moinho velho de FOSSÉ). Deslocá-lo-á durante o ataque? Porque não permanecer no local onde se encontrou com o comandante do I Btl.? A vantagem imediata a tirar daí é o aproveitamento das transmissões já instaladas. Talvez o comandante do I Btl. tenha nessa ocasião uma ligação telefónica com o comandante da infantaria divisionaria, sob as ordens de quem passara a noite e cujo posto de comando se encontra na saída Noroeste de VAVINCOUR. Posto de comando onde se encontra presentemente o comandante da 13.ª D. I. .

Existe, certamente, na proximidade do P. C. do I Btl. um observatorio já instalado. Nova razão para não mudar de lugar. Demais o local é facil de ser encontrado. Deste modo o comandante do R. I. continuará neste ponto. E não deslocará o P.C. durante o contra ataque. Não existe a menor razão para o fazer. Para onde iria? Para a região de CHARDIGME? Mas tal não é possivel senão após a conquista do objectivo final; terá então tempo para tomar uma decisão a respeito. Resta ao coronel fixar os postos de comando dos comandantes de batalhão. Antes do desembarcar do ataque, na ravina imediatamente ao Norte de 241 para o III Btl., e na de VENISE para o II Btl.

Após a conquista do segundo objectivo os Postos de comando a instalar pelos comandantes de batalhão, serão, antes do mais, faceis de encontrar e de acesso comodo:

I BTL: CHARDOGNE — II BTL: pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.

III BTL: Saliente do bosque do CHENE, 500 ms. a Noroeste da pedreira.

AS ORDENS

Exemplo das ordens provaveis dadas pelo coronel do 113º R. I., ou mandadas redigir, no dia oito de setembro, a partir das 12 horas.

13.ª DIVISÃO

113º R. I.

N.º Em 8 de setembro, ás 12h.15'.

ORDEM N.º

I — O inimigo ocupa a linha: garupa 258 (dois km. a Sudoeste de HARGEVILLE SUR CHÉE) orla Sul de CHARDOGNE, garupa 201 (um km. ao Norte de VARNEY). O I BTL/113º R. I. está em contato com os azues e mantem a garupa a Leste da cota 201 (800 ms. ao Norte de VARNEY) e o mamelão a 300 ms. ao Sul de CHARDOGNE.

O 113º R. I. tem por missão *contrarrear na tarde, afim de retomar CHARDOGNE e repelir o adversario para lá do correlo de NAUSONCE.*

II. — Imediatamente após o recebimento da presente ordem, os II e III Btis. prosseguirão o movimento afim de alcançarem:

II BTL: a ravina do moinho velho de FOSSÉ (um km. a Leste de VARNEY).

III BTL: a ravina do TREMBLOT (a Oeste da floresta de MOSSON-GE).

CIA. ENGENHOS: na entrada da ravina do moinho velho de FOSSÉ, entre os II e III Btis.

ITINERARIO: FAINS — Caminho 500 ms. a Leste da vidraçaria de FAINS (ao longo da orla Noroeste da floresta de MASSONGE) — ravina de TREMBLOT.

III. — Trens de Combate: serão deixados na vidraçaria de FAINS.

IV. — Os comandantes dos II e III Btis virão ao encontro do comandante do regimento, quanto antes,

no P.C. do comandante do I BTL (um km. Sul de FOSSÉ).

V.— Redobrar a vigilância afim de escapar á observação inimiga quer terrestre, quer aerea.

X, Cel. cmt./113.º R.I.

DESTINATARIOS: II, III BTLs, CIA ENGENHOS — Para execução.

I BTL — como informação 13.ª D.I. como parte.

13.ª DIVISÃO

113.º R.I.

N.º P.C., em oito de setembro ás 13 hs, 30.

PEDIDO

O Cel. Cmt. do 113.º R.I., pede que o III G/13.º R.A.C. se ponha em condições de intervir, no menor espaço de tempo, caso se torne necessário, em proveito da defesa da posição ocupada pelo I BTL/113.º R.I. e o Grupo de reconhecimento. Em caso de ataque contra toda a frente, participar da barragem principal, aplicando os fogos nas orlas Sul de CHARDOGNE.

X, Cel. Cmt. /113.º R.I.

Destinatario: O Cel. Cmt./113.º RAC (Questão sem duvida regulada verbalmente entre ambos).

13.ª DIVISÃO

113º R.I.

N.º P. C., em oito de setembro ás 13 h. 45'.

ORDEM N.º

I.— Logo que atinjam as ravinas do moinho velho de FOSSÉ e de TREMBLOT, os II e III BTL se postarão de modo a participarem, si fôr o caso, da defesa da posição ocupada pelo I BTL.

Em cada BTL, fazer reconhecer (sem ocupar) posições de tiro para

duas secções de metralhadoras, tendo em vista as seguintes missões:

II BTL: participarem da defesa da garupa 241 (500 ms. ao Norte da ravina de TREMBLOT).

II.— D/C/A.: uma secção de metralhadoras por batalhão.

X. Cel. Cmt./113.º R.I.

Destinatarios: II e III Btl., para execução e ao I BTL como informação.

13.ª DIVISÃO

113.º R.I..

N.º P.C., em oito de setembro, ás 16 horas.

ORDEM DE ATAQUE N.º

I.— Após o ataque de hoje pela manhã, o inimigo atingio a linha garupa 258 (dois kms. a Sudoeste de HARGEVILLE SUR CHÉE)—Orla Sul de CHARDOGNE — garupa 201 (um km. ao Norte de VARNEY).

A 13.ª DIVISÃO contra atacará hoje ás dezesete horas afim de repelir o inimigo para Oeste do bosque do CHENE.

II.— O 113.º R.I., reforçado pelo grupo de reconhecimento divisionario (menos um pelotão a cavalo e meio pelotão de auto metralhadoras) tem por missão ATACAR NA DIREÇÃO BALIZADA PELO EIXO: — MOINHO VELHO DE FOSSÉ — PEDREIRA A UM kilometro a Noroeste de CHARDOGNE.

1.º OBJECTIVO: — CHARDOGNE e garupa a OESTE.

2.º OBJECTIVO: — Garupa a 600 ms. ao Norte da pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.

O contra ataque da 13.ª D.I. será coberto á esquerda por uma ação da 14.ª D.I. contra a garupa Norte de BUSSY LA COTE e a cota 194 (um km. ao Norte desta localidade). LIMITES DA ZONA DE AÇÃO:

Ao NORTE: — *Parada da via ferrea a 700 ms. a Sudeste da cota 249, bifurcação 600 ms. a Sudoeste da cota 258 (intersecção da estrada de CHARDOGNE — HARGEVILLE SUR CHÉE, com o caminho de terra Norte SUL indo para GENICOURT SOUS CONDÉ) ponte da estrada CHARDOGNE LOUPPY SUR CHÉE no corrego de NAUSONCE, cota 275 (700 ms. a Nordeste de LOUPPY LE CHATEAU); todos esses pontos a frações sob o comando do coronel do 113.º R. I.*

Ao SUL — Estrada real *LAIMONT — BAR LE DUC* (ao 113.º R. I.)

III.—IDEA DE MANOBRA.

Contra atacar por surpresa. Fazer o esforço no *corredor compreendido entre o bosque do CHENE (a Leste) e os bosques do TREMBLOT e de MARIE (a OESTE)*, conquistar CHARDOGNE por duplo desbordamento.

PROSEGUINDO NO EIXO GUARDGNE — *reentrante Sudoeste do bosque de HARAUMONT*, atingir o 2.º OBJETIVO e aí se instalar de modo a *interditar a travessia do corrego de NAUSONCE*.

IV—REPARTIÇÃO DAS MISSÕES.

ATAQUE DO PRIMEIRO OBJECTIVO

Efetuado pelos três batalhões do 113.º R. I.

Missão dos batalhões — de Leste para Oeste — :

III BTL: Participar da tomada de CHARDOGNE e desbordando por Leste (bem proximo a orla.)

DIREÇÃO DO ATAQUE: ponta Sudoeste do bosque do CHENE.

LIMITES DA ZONA DE AÇÃO:
A LESTE: *bifurcação a um km. a Leste de CHARDOGNE (estrada de CHARDOGNE a VAVINCOURT) — caminho a um traço atravessando pelo meio o bosque do CHENE — ponte da estrada de CHARDOGNE a*

LOUPPY SUR CHÉE no corrego de NAUSONCE. (ESTA LINHA INCLUIDA.)

A OESTE: *orla Leste de CHARDOGNE — caminho a um traço prolongando a estrada de CHARDOGNE a LOUPPY SUR CHÉE para lá do cotovelo um km. ao Norte de CHARDOGNE. (ESTA LINHA INCLUIDA).*

OBJETIVO: — garupa 237.

BASE DE PARTIDA: — na depressão logo ao Norte de 241 (a ocupar quanto antes).

I BTL: ocupar e limpar CHARDOGNE.

Base de PARTIDA: linha atualmente mantida pela 2.ª CIA.

II BTL: Participar da conquista de CHARDOGNE desbordando-a por OESTE.

DIREÇÃO DO ATAQUE: pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.

LIMITES DA ZONA DE AÇÃO:

A LESTE: orla Oeste de CHARDOGNE — caminho a um traço prolongando a estrada de CHARDOGNE a LOUPPY SUR CHÉE para lá do cotovelo a um km. a Norte de CHARDOGNE. (ESTA LINHA EXCLUIDA).

A OESTE: estrada de VARNEY — LOUPPY LE CHATEAU (EXCLUSIVE).

BASE DE PARTIDA: encostas Norte da ravina do moinho velho de FOSSE.

Os II e III Btls. desembocarão da base de partida ás 17 horas.

O I BTL se lançará ao ataque desde que os dois outros batalhões atinjam a altura da 2.ª CIA.

Uma vez alcançado o 1.º OBJETIVO, os II e III BTLs indicarão por meio do foguete «objetivo atingido».

A integridade da posição atualmente ocupada será assegurada durante o ataque ao 1.º OBJETIVO pelo esquadrão ciclista e os elementos do I BTL instalados na garupa 1.000 ms. ao Sul de CHARDOGNE.

ATAQUE AO 2.º OBJETIVO

Efetuado em conjunto pelos II e III BTLs.

Missão dos batalhões (de LESTE para OESTE):

III BTL: — Fazer cair a parte do bosque do CHENE, compreendida na zona de ação e o desbordando por Oeste. Limpar o bosque.

DIREÇÃO DE ATAQUE: — ponte da estrada CHARDOGNE — LOUPPY CHÉE no correio de NAUSONCE.

OBJETIVO: — garupa ao Sul de Nausonce — orla Noroeste do bosque do CHENE.

II BTL: — Apossar-se da pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE e apoiar o III Btl. na ação de desbordamento do bosque do CHENE. **LIMITE DA ZONA DE AÇÃO**: — estrada CHARDOGNE — LOUPPY SUR CHÉE, caminho a um traço prolongando esta estrada para além do cotovelo a um km. ao Norte de CHARDOGNE.

I BTL: — Durante o ataque do 2.º OBJETIVO: acabar a limpeza de CHARDOGNE e garantir a posse do 1.º OBJETIVO.

O ataque do 2.º OBJETIVO partirá na meia hora cheia após o lançamento do sinal: prosseguimento do ataque.

V. — MEIOS SUPLEMENTARES:

II BTL: — 2 canhões de 37, 1 gr. de morteiros (após a conquista do 1.º OBJETIVO).

III BTL: — 1 canhão de 37, 1 gr. de morteiros (após a conquista do 1.º OBJETIVO).

VI. — PLANO DE FOGOS.

INFANTARIA

METRALHADORAS. — O II BTL disporá dos fogos dos elementos da CM do I BTL em posição na garupa a um km. ao Sul de CHARDOGNE, durante o ataque do 1.º OBJETIVO.

ENGENHOS DE ACOMPANHAMENTO: (morteiros) — O I BTL disporá dos fogos da secção de morteiros, du-

rante o ataque do 1.º OBJETIVO. A secção de morteiros se instalará na cabeça da ravina imediatamente ao Norte de 241.

ATAQUE DO 2.º OBJETIVO — O grupo de morteiros continuando a disposição do coronel se instalará imediatamente ao Norte de CHARDOGNE (a Leste da estrada CHARDOGNE-LOUPPY SUR CHÉE) em condições de intervir, caso necessário, na direção da Orla Oeste do bosque do CHENE.

ARTILHARIA

O contra ataque será apoiado pelos:

1 Grupo de 75 do 13º RAC.

1 Grupo de 75 da 14.ª DI.

1 Grupo de 155 C da 14.ª DI.

sob as ordens do coronel comandante do 13º RAC.

MECANISMOS DOS TIROS: — BOMBARDEIOS SUCESSIVOS.

ATAQUE DO 1.º OBJETIVO: H — 17 Horas.

GRUPOS DE 75:

H a H + 20:

Ponta Sudeste do bosque de ACERBES (1 km. a NL de 194). Orla Oeste de CHARDOGNE GARUPA imediatamente a Leste de CHARDOGNE.

H + 20 a H + 30:

— extremidade da garupa a Oeste de CHARDOGNE (400 ms. a Sudoeste da pedreira).

— Orla Sul do bosque do CHENE (imediatamente a Leste da ponta Sudoeste).

H + 30 a H + 40:

— pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.

— Orla Sul do bosque do CHENE;

Grupo de 155 C:

H a H + 20: — CHARDOGNE (COM especialidade a orla Sul).

H + 20 a H + 30: pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.

H + 30 a H + 40: ponta Sudoeste do bosque MARIE.

ATAQUE DO 2.º OBJETIVO: H' — igual a meia hora cheia após o lançamento do signal «proseguir no ataque».

Grupos de 75:

H' a H' + 5 :

- pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.
- orla Sul do bosque do CHENE.

H' + 5 a H' + 25 :

- ponta Sudeste do bosque MARIE.
- moita a 600 ms. a Nordeste da pedreira.
- saliente do bosque do CHENE a 200 ms. ao Sul da moita acima.

H' + 25 a H' + 45 :

- encostas imediatamente ao Norte do NAUSONCE e a Oeste do bosque do HARAUMONT.

Grupo de 155 C :

H' a H' + 5 : — ponta Sudeste do bosque de HARAUMONT.

A artilharia poderá igualmente intervir a pedido da infantaria.

PEDIDOS a dirigir ao comandante do 113.º R.I.

VII. — PROTEÇÃO DOS FLANCOS.

1.º FLANCO OESTE: Assegurada pela 1.ª COMPANHIA:

- a) — Proteger a progressão do II BTL durante o ataque do 1.º OBJETIVO, neutralizando as resistências de 201.
- b) — Proteger em seguida o flanco esquerdo do ataque progredindo a Oeste e ao longo da estrada VARNEY-LOUPPY LE CHATEAU.
- c) — Assegurar a ligação pelo fogo com os elementos da 14.ª D.I., que atacam em direção de 194 (um km. ao Norte de BUSSY LA COTE).

2.º FLANCO LESTE: — Assegurado pelo esquadrão ciclista que enviará um elemento para o poço (300 ms. a Sudeste da ponta Sudeste do bosque do CHENE).

3.º — Competirá ao III Btl. cobrir-se a Leste durante a progressão através do bosque do CHENE. Ligções a estabelecer por conta pro-

pria, com os elementos da esquerda do ataque do Norte, junto a ponte da estrada de CHARDOGNE a LOUPPY SUR CHENE, no NAUSONCE.

VIII — CONDUTA APÓS A CONQUISTA DO 2.º OBJETIVO:

Instalar-se de modo a interditar a travessia de NAUSONCE. Ocupar as pontes do NAUSONCE e as barricar.

Lançar elementos de vigilância na margem Norte:

II BTL: na estrada de LOUPPY LE CHATEAU (300 ms. ao Norte da ponte).

III BTL: na ponta Sudoeste do bosque de HARAUMONT.

IX. — RESERVAS A DISPOSIÇÃO DO CORONEL COMANDANTE DO 113.º R.I.:

Os elementos do grupo de reconhecimento divisionário, atualmente reunidos ao Sul de 249.

X — POSTOS DE COMANDO :

Após a conquista do 1.º OBJETIVO:

CORONEL: sem mudança.

I BTL: sem mudança.

II BTL: entrada Sudoeste de CHARDOGNE.

III BTL: entrada Sul de CHARDOGNE.

Após a conquista do 2.º OBJETIVO:

CORONEL: CHARDOGNE.

I BTL: CHARDOGNE.

II BTL: pedreira a um km. a Noroeste de CHARDOGNE.

III BTL: saliente do bosque do CHENE a 500 ms. a Noroeste da pedreira.

X. CEL. CMT. do 113.º R.I.

Destinatários: I, II, III BTLs todos do 113.º R.I.; comandantes do 13.º RAC e do Grupo de reconhecimento divisionário: *PARA EXECUÇÃO.*

13.ª DIVISÃO: *COMO PARTE.*

ESTA ORDEM É CONFIRMAÇÃO DE ORDENS VERBAES JÁ DADAS.

**Secção
de
Infantaria**

A tática e o armamento
Estudo sobre o armamento atual da infantaria

(Continuação do n. 241)

Pelo Coronel Corbé

Da M. M. F.

Tradução do Major João Pereira

II — QUAIS SÃO AS ARMAS DE QUE A INFANTARIA NECESSITA PARA REALIZAR A TÁTICA QUE LHE É IMPOSTA

É fora de dúvida que o armamento da infantaria, o qual deve ser apto ao mesmo tempo para a defensiva e para a ofensiva, há de ter por base as armas automáticas.

Duas questões, entretanto, se apresentam:

1.º Quais são as armas de que a infantaria necessita, além das automáticas?

2.º Quais são as condições a que devem satisfazer as armas automáticas da infantaria?

Para resolvemos estas duas questões, não consideraremos senão accidentalmente a tática defensiva, quer por ser a mais simples, quer também porque, pelo preceito de «quem pode o mais, pode o menos», o armamento que satisfaz às condições do problema do ataque, satisfará, *ipso facto*, às do problema defensivo.

A) Armas necessárias á infantaria, além das automáticas

O grande inconveniente das armas automáticas é a tensão da trajetória. Porque, se é certo que ela permite, em terreno plano, efeitos de rasância particularmente interessantes, não o é menos que, em terreno acidentado, produz inúmeros ângulos mortos, e, ademais, não permite que se atire por detrás dos obstáculos.

Se retomarmos os dados do problema a resolver, tais como os havemos indicado, chegaremos á evidência de que, afora as armas automáticas, a infantaria necessita:

a) de engenhos de fogo de tiro curvo, pertencentes á base de fogos, e destinados a participar da neutralização das armas automáticas do inimigo, engenhos êsses que requerem alcance suficiente (1.000 a 1.500 metros), precisão, eficácia. Estas condições são perfeitamente satisfeitas pelo novo morteiro Brandt (transformação do antigo Stokes) do calibre de 80 m/m, com o qual seriam dotadas todas as unidades, em caso de mobilização, e á cerca do qual vos falaremos, de outra feita, mais pormenorizadamente;

b) de engenhos de fogo igualmente de tiro curvo no escalão de fogo, que permitam, á pequena distância, a neutralização ou a destruição das resistências inimigas que escapem,

graças á sua situação, á ação das armas automáticas desse escalão (armas inimigas abrigadas, atrás de muros, montão de terra, etc.).

Esses engenhos de tiro curvo que devemos poder utilizar a pequenas distâncias (algumas centenas de metros), e no momento da abordagem, são as granadas: granadas de fuzil (V. B.); granadas de mão. As granadas de fuzil, cujo alcance útil não vai, atualmente, além de 100 metros, deverão, num futuro próximo, atingir distâncias de tiro de 250 a 300 metros. É esta, por motivo das exigências da tática atual, uma necessidade que os estudos em curso não tardarão a transformar em realidade.

B) Condições a que devem satisfazer as armas automáticas da infantaria

Vou estender-me por demais á cerca d'este assunto porque nem todos conhecem ainda o F. M. 1924, e porque é útil, a meu ver, que, postos em presença de uma arma nova, os oficiais saibam porque foi ela escolhida, de preferência a outra qualquer, a que necessidade corresponde, qual o papel que deve representar no conjunto do armamento da infantaria.

Por conseguinte, retomando mais uma vez os dados do problema que foi apresentado, sabemos que as armas automáticas devem auxiliar-nos a:

1.º neutralizar as armas automáticas inimigas;

2.º permitir a progressão da infantaria até á distância de assalto;

3.º apoiar o assalto e garantir a conservação do terreno conquistado.

Estas diversas tarefas são confiadas, na tática atual, a dois elementos diferentes — a base de fogos e o escalão de fogo.

A repartição das tarefas entre êstes dois elementos pode ser feita como se segue:

1.º a neutralização das armas automáticas inimigas é, em principio, da alçada da base de fogos;

2.º o apôio do assalto, e a conquista do terreno, assim como a sua conservação, competem, mais ou menos, tão sómente ao escalão de fogo;

3.º finalmente, a continuidade da neutralização inicial, obra da base de fogos, não pode ser assegurada senão mediante íntima coope-

ração dos dois elementos, a *base de fogos* e o *escalão de fogo*.

Esta repartição, aliás, é assás teórica, pois que, em cada caso particular, ter-se-á de fazer uma dosagem entre as ações de fogos pedidas a cada um desses elementos, dosagem que é obra do chefe de infantaria (comandante de batalhão, em regra), e pela qual êle manifesta a sua personalidade e determina a sua manobra.

Mas, embora teórica, essa repartição é, entretanto, assás absoluta em seu conjunto para permitir que se baseiem nela as características do armamento a atribuir a cada um dos elementos do combate da infantaria, a base de fogos e o escalão de fogo.

Na base de fogos, que devemos ter?

Armas que tenham *alcance*, para neutralizarem de longe e pelo maior tempo possível as armas automáticas inimigas.

Armas que tenham *potência*, isto é, que enviem um projétil provido, nos alcances ordinários, isto é, até 3.000 metros, de suficiente força de penetração; portanto, armas dotadas de bôa velocidade inicial.

Armas que tenham *precisão*, por isso que, com trajetórias tensas, a distâncias superiores a 1.000 metros, um tiro impreciso não poderia ser eficaz, e, sobretudo, porque, tendo de atirar de longe e por muito tempo, as armas da base de fogos devem atirar, muitas vezes, por cima das tropas, o que impõe, para essas armas, extraordinária precisão, com o fim de reduzir o mais que fôr possível, a zona de segurança, sempre considerável com armas de tiro tenso. É preciso, na base de fogos, afora as outras qualidades balísticas que determinam a precisão, armas *estáveis*.

Será preciso que estas sejam dotadas igualmente de *mobilidade*? Sim, porque as bases de fogos são chamadas a se deslocarem de objetivo em objetivo, mas o deslocamento de suas armas, faz-se, em geral, em condições de vulnerabilidade reduzida e de rapidez restrita. Basta, pois, que elas sejam transportáveis a braços, e o homem que as transporte possa ser sobreacarregado, o que se conseguirá, se elas puderem ser fracionadas em fardos de 10 a 12 quilogramas, cada um.

Pelo enunciado das qualidades que devem possuir as armas da base de fogos, bem podeis vêr que sómente a metralhadora pesada será capaz de satisfazê-las.

Por conseguinte, primeira conclusão: na base de fogos, a arma automática que se há de empregar será a *metralhadora pesada*.

No escalão de fogo, são análogas as necessidades?

Evidentemente, não. De que se trata aqui? De neutralizar, á distância relativamente curta (menos de 1.200 metros), uma resistência inimiga, de deslocar a arma por lanços, recomendo-se o tiro a cada parada, sendo êste executado em condições de alcance cada vez mais reduzido, á medida que o grupo de combate se aproxima do seu objetivo.

Por conseguinte, é preciso uma arma, ainda potente, é claro, mas em grau menor do que a arma da base de fogos, e assás precisa, sem que essa precisão seja obrigatoriamente tão grande quanto a da metralhadora. Quer isto dizer, em summa, que, se é certo que a arma do escalão de fogo não precisa ter senão qualidades balísticas reduzidas, estabilidade média, não o é menos que ela há de ter uma qualidade primordial: a *mobilidade*, isto é, deve ser de fácil transporte, e, portanto, ter um peso tão reduzido quanto possível, em atenção a suas propriedades balísticas.

A experiência já evidenciou que, para as armas automáticas do escalão de fogo, são suficientes um alcance útil de 1:200 a 1.500 metros, uma velocidade inicial concorde com êsse alcance, uma estabilidade assegurada, quando mais não seja, por uma forquilha ou por dois pés, contanto que o seu peso não ultrapasse 8 a 9 quilogramas, peso máximo para uma arma destinada a ser conduzida por um só homem, que é obrigado a executar, com ela, frequentes lanços na carreira.

A espécie de arma definida pelas características enumeradas acima, recebeu o nome de *fuzil-metralhador*. O primeiro F. M. em serviço foi o F. M. 1915, que, construído no decorrer da guerra para responder a êsses desiderata, foi utilizado pelo exército francês a partir de 1916, e que, mau grado múltiplas imperfeições, prestou grandíssimos serviços até ao fim da guerra. Todavia, assim que esta terminou, pareceu necessário substituí-lo por uma arma mais bem estudada e mais bem feita. Adeante, veremos como foi escolhido o seu substituto.

Dêste exposto da natureza das armas automáticas necessárias a uma infantaria moderna, decorre a conclusão lógica de que duas são as categorias de armas diferentes que se impõem:

— uma, para a base de fogos: *metralhadora pesada*, estável, sobre reparo, com cerca de 40 quilogramas de peso, decomposta em fardos de 10 a 12 quilogramas, apta para atirar com precisão até 3.000 metros;

— outra, para o escalão de fogo: *fuzil-metralhador*, leve, com 8 a 9 quilogramas de peso, transportável por um só homem, com pés

ou forquilha, apta para executar tiros até 1.500 metros.

Resta-nos vêr, na 3.^a parte dêste estudo, quais são as armas escolhidas para constituir, em nosso armamento, essas duas categorias, e quais foram as razões dessa escolha.

Antes, porém, preciso dizer-vos uma palavra acérca das outras concepções em que se baseia o armamento de certos exércitos estrangeiros, principalmente da infantaria alemã.

Para isto, remontemos, ainda uma vez, á origem, isto é, á guerra e ao ano de 1915.

As metralhadoras pesadas, únicas armas automáticas existentes no comêço, multiplicam-se, de um e de outro lado; mas, em virtude de seu peso e de seu atravancamento, não podem ser empregadas por toda a parte, a ausência de arma automática em primeira linha faz-se sentir constantemente, e afigura-se que semelhante arma permitiria, sobretudo, nessa guerra de trincheiras, reduzir os efetivos em linha e diminuir as perdas.

Em ambos os exércitos, francês e alemão, faz-se da metralhadora pesada órgão de batalhão e procura-se dotar as unidades inferiores com a arma automática leve, cuja necessidade se faz sentir.

Mas, como se está em plena guerra, e é preciso que se resolva prontamente o assunto, cada um adota a solução que lhe parece, do mesmo passo, convir ao fim que tem em vista e poder ser realizado com rapidez.

Assim é que a França constrói um F. M., sem grandes qualidades, digamos uma arma de faneiraria, mas que funciona, e dá os resultados esperados. Fácil de transportar-se, construído em série, dotam-se com êle as companhias (9 a princípio, depois 12), e, como consequência, nasce o grupo de combate, celula orgânica, desde então, da infantaria francesa.

A Alemanha, ao contrário, não se lança a novidades: tem uma metralhadora Maxim que lhe satisfaz, e, portanto, contenta-se com aligeirá-la por todos os meios, conservando-lhe, o mais possível, as qualidades balísticas. E assim é que nasce, em Alemanha, não o F. M., mas a metralhadora leve.

A partir dêsse momento, conforme vos disse de comêço, o armamento adotado condiciona a tática. De sorte que, enquanto o exército francês, armado com o F. M., se organiza em grupos de combate e prepara a sua tática atual, a infantaria alemã realiza a tática da metralhadora leve.

A companhia alemã dispõe de metralhadoras leves, como a companhia francesa dispõe de

F. M.; mas, enquanto na companhia francesa passa a haver grupos de combate semelhantes, todos êles providos de uma arma automática, e cuja manobra é fácil, justamente porque são semelhantes, na companhia alemã, há duas categorias de unidades — os metralhadores e os volteadores, que se hão de combinar e fazê-los manobrar em ligação.

O papel do comandante de companhia é pesado. Ora, em 1916 e 1917, os comandantes de companhia em Alemanha, como em França, são mudados com freqüência e há uma tendência contínua para que decresça a sua competência tática.

Praticamente, a organização e a tática francesa, mais simples, revelam-se preferíveis nas condições do fim da guerra.

Ora, senhores, a vós é que, em caso de guerra, caberia o comando das companhias do exército mobilizado. E, sem pretender ajuizar de vossa aptidão para tal comando, atendendo a que, pela própria fôrça das cousas, vos falta a prática, sereis os primeiros a imaginar que a tarefa vos será tanto mais fácil, quanto mais simples fôr aquilo que se exigir de vós.

Por isso, e porque acreditava estar com a bôa razão, a França manteve, depois da guerra, a sua concepção. A Alemanha, pelo seu lado, conservou a sua, mas antes por necessidade, que por convicção. Era-lhe, com efeito, mais difícil crear uma maquinaria nova para uma arma nova, do que utilizar a velha maquinaria para continuar a fabricação de uma arma já em serviço.

Mas todos os artigos das revistas alemãs atuais mostram a tendência que ela teria, se lhe fosse concedida liberdade de ação, para aproximar da nossa, a sua concepção do armamento.

Observemos, aliás, que a concepção de uma metralhadora leve, arma de companhia, é defensável, mas não como substituta do F. M.

Embora leve, uma metralhadora digna dêsse nome, isto é, que tenha alcance, estabilidade e potência, não pode ter menos de 10 a 12 quilogramas. Ora, já é muito peso para que ela faça parte do escalão de fogo; para o que ela pode ser útil é para o acompanhar de muito perto.

Por conseguinte, pode-se admitir a metralhadora leve na companhia, mas a par do F. M., arma do grupo de combate.

A única dúvida que nos poderá assaltar o espírito é esta: Haverá, acaso, entre a metralhadora leve e a metralhadora pesada uma diferença de mobilidade suficiente para admitir

Secção de Cavalaria

As divisões de cavalaria

Pelo Cap. Aluizio de M. Mendes

L'homme n'invente rien; il imite.

(F. Le Dantec, *L'égoïme* - pag. 268)

1 — A lição fundamental decorrente da guerra mundial de 1914-18 é incontestavelmente a consagração da *potencia esmagadora do fogo*.

A *potencia esmagadora do fogo* já havia sido pôsta em evidencia durante as guerras anteriores. Assim é que, durante os assaltos infrutíferos de 10, 11 e 12 de Setembro de 1877 contra PLEWNA, os russos-rumaicos perderam cerca dum terço dos efetivos engajados. Abrigados nas suas trincheiras e esgotando a mãos cheias as munições pôstas ao seu alcance, os turcos atiravam quasi que sem visar, com armas de *pequeno calibre de repetição* e de tiro rápido mantendo diante dos seus entrincheiramentos um fogo intenso que desimava as colunas de assalto.

Este exemplo veiu de algum modo revolucionar os antigos processos de combate e nas guerras seguintes ele não fôra inteiramente perdido de vista.

Com efeito, a *manobra* na sua acepção mais geral é, em resumo, um problema que comporta dous termos essenciais: o fogo e o movimento, dos quais o primeiro é naturalmente o mais importante e também o mais preponderante. Nessas condições, a *manobra* na sua aparente simplicidade, consiste unicamente em *se levar o fogo* para as posições de antemão escolhidas.

A guerra franco-prussiana de 1870-71, a guerra turco-russo-numaico de 1877 com o eloquente exemplo de PLEWNA que nós acabamos de citar acima, a

que a segunda não pode, em sendo preciso, desempenhar as missões que seriam confiadas á primeira, e não será, no caso da negativa, preferível não ter no armamento senão uma espécie de metralhadora?

guerra anglo-boer, a guerra russo-japonesa de 1904-05 e as guerras balcanicas de 1912-13 demonstraram a saciedade que a *manobra* é sempre o fogo em movimento. Finalmente a guerra mundial de 1914-18 com o triunfo incontestável da arma automática nos campos de batalha, veiu uma vez por todas consagrar o poder fulminante e esmagador do fogo, elemento essencial da *manobra*.

2 — Daí, desta formal e categorica conclusão, surgir uma modificação completa dos processos de combate e uma radical transformação na estrutura geral dos exercitos.

Todas as organizações militares modernas procuraram então transformar a estrutura geral das suas forças armadas com a adição dum nucleo fundamental ou célula elementar, chamada por uns de *grupo de atiradores* e por outros de *grupo de combate*, em que o elemento característico que entra na sua composição é justamente a arma automática. A reunião dêstes grupos vem formar, consoante sua *quantidade* e *mobilidade*, ora as D.I. ora as D.C..

Mas, para combatêr a arma automática, para lutar com eficiencia contra este terrível inimigo que as tropas se chocarão fatalmente na zona de combate aproximado, inimigo que, diga-se de passagem, as tropas no combate não poderão destruir ou neutralizar com os seus proprios fôgos, seria necessário a criação dum armamento especial, dito de *acompanhamento imediato*, dentre os

Ides vêr como as qualidades balísticas do F. M. 1924 nos permitiriam resolver a questão, libertando-nos, destarte, de encararmos a adoção de uma metralhadora leve.

(Continua).

quais déve existir um especialmente indicado para a luta contra aviões e outro para a luta contra as armas automaticas. O primeiro é o canhão ante-aéreo e o segundo é o carro de assalto cuja aparição a imaginação altamente inventiva de LEONARDO DA VINCI já havia profetisado ha varios seculos passados.

Então a arma automatica, — o carro de assalto do tipo «todo terreno», engenho blindado rapido podendo deslocar-se no terreno da luta com a velocidade horaria de 10 a 15 Kms., — o avião e o armamento anti-aéreo são elementos com cuja presença não se pôde hoje em dia deixar de contar na organização geral dos exercitos sob pena de abandonar-se voluntariamente um dos trunfos essenciais da vitória,

3 — A manobra tendo, como vimos, por objectivo unico e exclusivo, *levar o fogo* para as posições ou regiões adréde escolhidas, de modo a aí obter *a sua superioridade*, exige, para conseguir este desideratum, a realização de quatro fatores principais de toda manobra logicamente bem concebida:

1.º) — A mobilidade e a maniabilidade dos fôgos.

2.º) — A potencia dos fôgos.

3.º) — A rapidez de execução.

4.º) — A possibilidade de execução da manobra sem se correr o risco de perdas excessivas o que tornaria, si tal sucedesse, a vitória aleatoria.

Então, na nova organização dos exercitos modernos, surge um problema verdadeiramente difícil de solução que é o da conciliação dêstes quatros fatores fundamentais e contraditorios. Com efeito, a mobilidade é inimiga da potencia e a rapidez de execução depende logicamente da mobilidade.

Mas, o que é insofismavel é que se tem necessidade tanto de *mobilidade* como de *potencia*. Daí organizar-se os

exercitos modernos de forma a conciliar este natural antagonismo, adotando-se, pelo menos, douis elementos dos quais um — *pesado*, porém, extremamente forte e o outro — *léve*, porém, extremamente movel e rapido tenham a virtude ou simples particularidade de não se contrapôrem, porque infelismente o que vem caracterisando até hoje a organização das fôrças armadas terrestres é, em resumo:

a) — a sua extrema vulnerabilidade (10 milhões de mortos e 20 milhões de feridos na guerra mundial de 1914-18).

b) — a sua extrema lentidão em locomover-se devido, dum lado a sua *massa* e de outro as necessidades de se procurar uma coberta ou abrigo protetor bem como a exigencia de se estar sempre ligados as estradas e as vias ferreas.

Além das considerações que acabamos de expôr sumariamente acima, os efectivos consideraveis de que se compõem os exercitos modernos — instituições nacionais contendo nas suas fileiras (ou devendo moralmente conter) o povo inteiro, fazem imediatamente compreender sem nem-uma dificuldade, que semelhantes *massas*, movendo-se em vastissimos espaços que são os atuais teatros de operações de guerra, exijam uma organização minuciosa dos seus numerosos efectivos e principalmente do seu comando de modo a poder atender sempre, com o maximo de rapidez, as multiplas necessidades de deslocamentos tanto tácticos como estratégicos.

Além disso, o General Comandante em Chefe não poderia pretender acionar sózinho e dirétamente a *massa imensa* dos efectivos sob o seu comando. Seria uma vã pretensão. É, pois, indispensavel que os efectivos mobilisados sejam estreitamente articulados em escalões hierárquicos sucessivos de tal modo que, em ultima instancia, o comando Supremo não tenha que *transmitir as suas ordens* si

não, no maximo, a 4 ou 5 subordinados dirétos. Aliás, esta condição constitue uma verdade psicologica indubitavel oriunda da divisão racional do trabalho.

Do conjunto destas poucas consideração surge a noção primaria de *grande unidade*, de composição fixa, sob o comando dum unico Chefe responsavel, no interior da qual se pôde combinar — sobre uma mesma direção — a ação conjunta das diferentes armas.

Estas *grandes unidades* são:

1.º) — Elementos fortes: as divisões de Infantaria *motorisadas* ou não.

2.º) — Elementos moveis: as divisões de cavalaria mixtas ou *mecanisadas*.

3.º) — Elementos extremamente moveis: as divisões aéreas.

4.º) — Elementos reforçadores: as reservas gerais.

4) — Pondo-se de lado a primeira e as duas ultimas das grandes unidades encaradas, vejamos como se poderia *organisar modernamente* as divisões de Cavalaria.

Evidentemente não iremos fazer nenhuma comparação entre a organização atual e o que possuimos no tocante a esta arma. Temos um determinado instrumento e o empregamos da melhor maneira possivel; ele vale o que vale a sua organização intrinseca. Ha magnificos engenheiros que ainda hoje empregam a picaréta, outros que, apesar de não possuirem o mesmo tirocinio nem a mesma experienca, preferem aqui ou alhures empregar as perfuradoras electricas... Questão de rotina, coisas do habito... Seja! Porém, o que é indubitavel é que tanto as picarétas como as perfuradoras electricas prestam os seus serviços, si bem que com rendimento diferentes.

5) — Quais as bases que poderiam guiar-nos relativamente a esta importan-

tissima questão da organização da Cavalaria moderna?

Em poucas palavras elas se resumem nas seguintes:

1.º) — As propriedades caracteristicas da Cavalaria.

a) — a mobilidade e a maniabilidade dos fôgos *relativamente potentes*;

b) — rapidez de execução das missões que lhe são atribuidas e a flexibilidade nessa execução.

2.º) — Os principios de emprego da Cavalaria na batalha:

a) — a Cavalaria manobra *a cavalo*, porém, combate a pé;

b) — a manobra a cavalo precede, segundo os dizeres do Cel. de La Font, apoia e explora os efeitos do combate a pé;

c) — as mais das vezes, só o combate pelo fogo permite a Cavalaria de desempenhar as missões que lhe são atribuidas.

d) — grande raio de ação (D.C. hipomovel — cerca de 1.000 Kms. num mês).

e) — possibilidades de esclarecer-se e de cobrir-se por si propria.

3.º) — As missões tradicionais que lhe são geralmente confiadas:

a) — informar;

b) — cobrir;

c) — combater em ligação com as outras armas.

4.º) — Finalmente, uma condição por assim dizer negativa que condiciona o emprego da arma: *a potencia esmagadora do fogo* na zona de combate aproximado.

Outrora as divisões de Cavalaria agiam unicamente *pelo chôque*, pelo combate á cavalo como nos testemunham as vibrantes cargas da epopéa napoleonica ou o glorioso sacrificio da cavalgada alemã da jornada de 16 de Agosto de 1870.

Com o correr dos tempos, porém, com o aumento cada vez maior da potencia do fogo, este modo tradicional da Cavalaria agir foi pouco a pouco transformando-se de tal maneira que a *ação pelo choque* desapareceu quasi que inteiramente como processo usual de combate da arma.

A cavalaria transformou-se como a propria Guerra... A propria Vitória — a classica filha da Fôrça e da Coragem, passou tambem tranquilamente a ser a fria e sombria enteada da Razão e do Método...

Daí a metamorfóse duma arma obsoletamente tradicional e esta metamorfóse começou, para bem dizer, com a guerra dos boers, prosseguiu-se depois com a guerra russo-japonêsa e ficou definitivamente confirmada com a guerra mundial de 1914-18 e o apôs guerra.

A Cavalaria manobra *a cavalo*, porém, combate a pé, dissemos nós, constitue, portanto, uma verdade nova e inquestionavel que as guerras passadas demonstraram e que as experiencias seguintes confirmaram integralmente. De fato, o rendimento do cavaleiro combatendo a pé e não se servindo do *cavalo* *sinão como instrumento de transporte* é consideravelmente muito maior do que as cavalgadas retubantes do passado, voltadas atualmente ao mais ruidoso dos fracassos, em face do excepcional *poder de deter* das armas automaticas modernas.

É sob este novo aspéto que a Cavalaria déve ser, hoje em dia, encarada e a sua organisação déve tambem antes de tudo adaptar-se a estas novas exigencias. Viver é habituar-se, isto é, si a cavalaria quer, de futuro, ter existencia efetiva na batalha, déve adaptar-se, transformando-se.

6 — A divisão de Cavalaria sendo, como vimos, uma *grande unidade*, isto é, uma coletividade possuindo vida pro-

pria e autónoma, déve ter forçosamente uma organisação tambem propria e *suí generis* que lhe permita viver e agir livremente. Qual é, pois, esta organisação?

Como toda grande unidade sua organisação déve satisfazer certas e determinadas condições:

1.º) — Ela déve permitir, em qualquer circunstancia, que o exercicio do comando se faça de modo cabal e eficiente.

2.º) — Essa organisação déve assegurar, em todo tempo e lugar, a mobilidade, a flexibilidade e a rapidez que são as propriedades caracteristicas da arma.

3.º) — Ela déve tambem permitir as substituições, por unidades da mesma ordem e valor, de maneira a facilitar todas as combinações tanto tácticas como estratégicas. Para isso é indispensavel que os elementos componentes dessas grandes *unidades* *tenham*:

a) — vida em comum;

b) — habito de trabalhar em conjunto;

c) — confiança reciproca,

onde a necessidade evidente duma *composição fixa* e definitiva.

4.º) — Essa composição fixa déve permitir repartir logica e definitivamente, como uma aplicação pura e simples da grande lei da divisão do trabalho, as tarefas entre os diferentes elementos que entram na organisação da *grande unidade*, donde, evidentemente, a necessidade:

a) — duma colaboração intima e inteligente entre estes diferentes elementos;

b) — duma proporcionalidade racional entre os diversos elementos componentes da *grande unidade*, de modo que os esforços sejam, neste caso, suficientemente dosados e naquele perfeitamente ordenados.

5.º) — Enfim, como toda *grande unidade* déve ter vida propria e como antes

de tudo ela déve poder viver — sua composição déve prever, ao lado do Comando e das tropas, os órgãos destinados á assegurar a sua existencia material: os Serviços com a sua dupla subordinação táctica e técnica.

Mas, para uma grande unidade cuja caracteristica principal é justamente a mobilidade e dado a particularidade do nosso territorio não possuir grandes vias de comunicação (principalmente e sobretudo as vias-ferreas) — a organisação dos serviços duma semelhante G.U. não estaria sujeita a certas outras necessidades, oriundas principalmente da escassez das vias-ferreas? Não seria, pois, de toda conveniencia que estes serviços pudessem, com uma organisação moderna e adequada, libertar momentaneamente as divisões de Cavalaria da servidão que elas têm de achar-se sempre coladas as vias-ferreas sem delas poder nunca afastar-se praticamente a mais duma centena de quilometros? Organisação que dê as D.C. toda a sua *flexibilidade* nos reaprovisionamentos de toda especie principalmente nos reaprovisionamentos durante a *manobra retardadora* que é o seu modo habitual de combater?

Informar ou cobrir que são as missões tradicionais e fundamentais da Cavalaria, presupõe uma existencia na frente ou, no minimo, no flanco daquilo ou daquele a quem se informa ou cobre. Uma tal situação torna sempre precaria a satisfação das necessidades materiais das tropas das D.C. — com a atual organisação dos serviços dotados unicamente de viaturas hipomoveis cujo rendimento em toneladas-quilometricas é extremamente fraco e portanto insuficiente. A questão da *exploração dos recursos locais* não basta para resolver a questão, sobretudo entre nós, nas nossas regiões do interior onde tudo falta. E tal como outrora, o meio mais eficiente de prever e prover as necessidades materiais das tropas é de fazer seguir

atrás delas a tralha imensa e *morosa* da sua numerosa impedimenta. Julio Cesar ao invadir as Galias na sua imortal conquista, fez seguir atrás das suas heroicas legiões dos mesmíssimos *comboios administrativos* que a rotina e o *torquemadismo* ainda hoje faz seguir atrás das divisões dos exercitos em atraso. É espantoso que após dois mil anos a organisação militar não tenha evoluído grandemente neste sentido? Será possivel que durante dois mil anos o homem nada tenha inventado?...

7 — Em resumo: As divisões de Cavalaria como, aliás, todas as G. U. de composição fixa déve possuir:

A) — O COMANDO

a) — Um Chefe responsavel, *incumbido unicamente de decidir* que seja ao mesmo tempo inteligente, devotado e possuidor dum forte carater. Um «discernimento claro dos homens e das coisas» aliado a um grande golpe de vista déve completar o conjunto, pouco comum, das qualidades exigidas a um verdadeiro Chefe. Além disto, o Chefe de Cavalaria déve tambem juntar a este conjunto raro de qualidades, a calma, a ponderação e o sangue frio.

b) — Os auxiliares encarregados de preparar os elementos indispensaveis as *decisões* do Chefe, auxiliares impessoais, si assim se pôde exprimir, dotados tambem dum grandioso acervo de qualidades que seria mistér, para caracterisá-los precisamente, termos que compará-los com aquele *homem universal* descrito por TAYLOR. Portanto querer fazê-los méros automatos ou simples escribas seria atentar contra a natureza mesmo da sua altruiistica missão. Eles devem estar por conseguinte, no mesmo nível intelectual do Chefe, em condições, portanto, de poder compreender e interpretar as *decisões* do Comando com o mesmo co-

nhecimento de causa e a mesma competencia tecnica.

Mas, para que tais auxiliares possam desobrigar-se duma de suas incumbencias primordiais — assegurar a execucao integral das *decisões* do Chefe — é indispensavel que eles possuam *meios* capazes de lhes permitir o bom e cabal exercicio do Comando. É pois, mistér que as *ligações* sejam possiveis. Como as *ligações* implicam em se poder acionar os *meios de transmissões*, tudo se resume, em ultima analise, nas possibilidades d'estes meios. Nada vale possuir-se geniais concepções estribadas em decisões logicas e sensatas, si os auxiliares do Chefe que estão, podemos dizer, impregnados dos *segredos dos DEUSES*, de suas intensões, não podem fazê-las chegar em tempo util aos pobres mortais...

Os *meios de transmissões* são, pois, uma verdadeira arma nas mãos do Comando que os aciona diréatamente e sem intermédiario, afim de que se possa ter a certeza de que a *vontade do Chefe* chegue a todos os escalões subordinados em tempo util de maneira a evitar, mórmente na Cavalaria, uma excessiva descentralisação que dispersaria os esfórcos e diluiria as responsabilidades.

Mas, estes meios de transmissões devem tambem possuir nas D.C. uma fisionomia propria. Alguns dentre eles devem permitir uma rapida instalação e outros, como por exemplo, a T.S.F. aféita a certos elementos extremamente móveis, devem poder permitir a transmissão e a recepção das ordens e informações, mesmo em marcha, a distancia de ordem de 100 Kms. Meios de telefonia sem fio afim de se poder comandar nas ações ofensivas ou defensivas sobre grandes frentes.

Além do Comando, *toda grande unidade* comporta ainda as tropas e os serviços.

Dada a escassez do tempo e do espaço que nos é permitido utilizar, não abordaremos a organisação minuciosa do Comando nem tão pouco dos serviços. Nossa atenção voltar-se-á exclusivamente para a questão *tropa* que atualmente revoluciona por completo as idéas no tocante a sua organisação.

B) — A TROPA

8 — Guiado por um espirito sadio o Exercito Brasileiro passa neste momento por uma radical transformação. Esta transformação que, aliás, se impõe porque a propria guerra tambem se transformou, talvez nos léve, si as benfazejas brisas soprarem sempre na mesma direção, a regiões inesperadas... onde as nossas pobres instituições fracas e debilitadas adquiram fôrça e vigor.

É, pois, propicia a idéa de se falar na organisação das nossas divisões de Cavalaria votadas a um papel impressionante no caso duma guerra em que o BRASIL se vêja forçado a tomar parte. Da maneira pela qual estas divisões desempenhem esse papel depende a nossa vitória ou a nossa derrota. Isso é uma premissa incontestavel.

9 — Devido a natureza da manobra que requer, como vimos, a mobilidade e a potencia dos fôgos aliada a rapidez de execucao das concepções do Chefe; dado ainda a particularidade de que o rendimento do cavaleiro combatendo a pé e não se servindo do cavalo sinão como meio de transporte é consideravelmente muito maior do que as ações pelo chôque, tornadas hoje em dia impraticaveis sinão impossiveis devido a *potencia esmagadora do fogo*, chegamos a uma primeira conclusão, especie de idéa mestra que nos deverá guiar durante o decorrer de nossas cogitações: «Na organisação atual das divisões de Cavalaria déve-se ter sempre em vista, sobretudo, as ações pelo fogo».

Quando tratamos das linhas gerais da organização das G.U. dissemos que a sua organização fixa deveria permitir uma repartição lógica do trabalho entre os seus diferentes *elementos*. Quais são, pois, esses elementos?

Distinguiremos:

- 1.º) — Elementos de exploração.
- 2.º) — Elementos de tomada de contacto.

3.º) — Meios de combate:

- a) — elementos ofensivos propriamente ditos;
- b) — elementos de apoio ou de ocupação do terreno.

Vejamos como se pôde dosar esses diferentes elementos de maneira a se obter uma D.C. em condições de poder prestar, na guerra futura, serviços comparáveis aos prestados pelas outras armas.

Duas teorias estão em exergo.

A TEORIA INGLESA

A primeira e também a mais afoita dentre elas é a teoria inglesa, cujas características são, resumidamente:

1.º) — Em princípio a D.C. deve ter uma *composição homogênea* sob todos os pontos de vista e principalmente sob o ponto de vista dos meios de transporte (questão da mobilidade).

2.º) — Na organização dos elementos componentes da D.C. não se introduz, por desnecessários, os *elementos de apoio*.

Dentro desses dois grandes princípios gerais acima formulados, surgiram na INGLATERRA duas escolas bem distintas com relação a essa importantíssima questão.

1º) — A primeira é a escola do Coronel-diplomado CROFT, talvez menos revolucionária do que a outra para a qual se inclina o imperial estado-maior

britânico, como teremos oportunidade de vermos mais adiante.

O Coronel-diplomado CROFT procurou ressaltar do estudo das guerras recentes e mui especialmente da ultima grande guerra, as premissas que lhe permitissem, em seguida, deduzir as conclusões verídicas capazes de lhe dar os dados indispensáveis a organização da sua D.C. moderna.

Essas premissas são, com os necessários comentários, as seguintes:

a) — Somente mediante *despesas consideráveis* poder-se-á manter e encorajar a criação dos cavalos necessários aos fins militares duma campanha, como as modernas, nas quais os meios de destruição creceram assustadoramente em numero e em poder mortífero. Basta considerar que, para uma D.C. tendo 13.000 cavalos, o preço de custo desta cavaliada (preço do espécime barato — caso das montadas mediocres) orça por cerca de mais de 4.000 contos de réis; admitindo-se para preço da ração diária cerca de 3 mil réis (que é, aliás, um mínimo, para manter cavalos mediocres) vê-se que são necessários 1.100 contos de réis mensais para a subsistência de animais em qualquer situação tanto de trabalho como de repouso porque, em suma, o cavalo consome sempre para poder viver. No fim de 10 anos, época em que ela deverá ser substituída, a cavaliada dessa D.C. custou a nação a respeitável soma de 135.000 contos de réis, enquanto que no caso dos *cavalos-vapores* das divisões do seculo XX as despesas limitar-se-ão muitíssimo, visto como, enquanto o motor está parado o *cavalo-vapor* não consome. É bem verdade que o custo dum veículo automóvel é muito maior do que a dum cavalo de guerra; porém, convém também notar que ao envés de 13.000 cavalos nós necessitaremos apenas de algumas centenas de engenhos *motorizados*.

b) — Além disso, os recursos em cavalos não poderão, nas condições atuais da guerra moderna, satisfazer as necessidades dos exercitos em campanha, haja visto o exemplo da guerra mundial de 1914-18.

c) — Na guerra tudo é *velocidade* e *mobilidade*. Para que a cavalaria seja, de fato, um fator essencial de sucesso das operações, é mistér que ela substitua o cavalo pelo *cavalo-vapor* que é muito mais rapido, muito menos vulnerável, praticamente insensível as intempéries e muito mais potente. Constitue isso um axioma evidentíssimo que o Coronel CROFT tem toda razão. Com efeito, o *tempo* esta quarta dimensão da geometria não euclidiana, é um dos fatores predominantes em todas as ações da atividade humana, mórmente na guerra que é a sua mais lídima expressão.

d) — A guerra mundial de 1914-18 tão repleta de exemplos os mais diversos, mostrou (confirmando os exemplos do passado) que a Cavalaria é impotente contra as armas automaticas servidas por guarnições energicas e decididas — escalonadas em profundidade.

e) — A *Artilharia automovel* tirou a sua prova dos nove na guerra mundial de 1914-18, demonstrando uma vez por todas o seu valor e a sua incontestável superioridade sobre a Artilharia a cavalo ou montada. Com efeito, está de sobejo demonstrado que a Artilharia automovel vai e passa por onde passar a sua congénere a cavalo ou montada, a recíproca não sendo infelismente verdadeira. Calculemos, por exemplo, qual a *potencia* que seria necessário empregar-se para fazer com que se suba um veículo de 6 toneladas de carga numa ladeira de 12 % de declive (declive considerado suave para a Artilharia automovel atual) com a velocidade de 1 metro por segundo (vento nulo). O esforço resistente é:

$$F = (0,03 + 0,12) 6.000 = 900 \text{ Kgm.}$$

A potencia absorvida é, pois, igual e contraria ao esforço resistente o que exige que a *tração* seja (admitindo-se que o rendimento da transmissão seja igual a $\frac{900}{0,7} = 1.285 \text{ Kgm.}$) aproximadamente igual a $\frac{1.285}{75} = 18 \text{ cavalos-vapores!}$ E nós temos diante de nós um fraco declive de 12 %; o que não será, pois, no caso dos declives de 50 ou 60 % que a Artilharia automovel atravessa com relativa facilidade?

f) — As armas automaticas são extremamente lentas durante o ataque, salvo si elas fôrem transportadas por meio de engenhos blindados do tipo «todo terreno», elas são quasi invencíveis na defesa, salvo si elas fôrem atacadas por uma massa considerável de Artilharia, nem sempre possível principalmente entre nós no BRASIL, ou então pelos engenhos blindados rápidos do tipo «todo terreno».

g) — Na guerra futura a Aviação poderá interditar, com os seus aviões blindados, quasi que por completo o uso das estradas ao adversários. Ora, uma semelhante perspectiva veria mostrar quão penoso seria para a atual Infantaria uma marcha, mesmo longe do inimigo, através campo.

Eis aí os fundamentos sólidos da questão perfeitamente estabelecidos. Como o Coronel CROFT levantou, pois, o seu edifício?

A título de exemplo poderemos tomar por base os seguintes dados:

Para os elementos de exploração: os A. M. C. (auto-metralhadores-canhões) blindados e rápidos, — cerca dum grupo de esquadrões (ala) com 24 A. M. C. aproximadamente.

Para os elementos de tomada de contacto e de reconhecimento: os carros-

léves do tipo «anfibio» de 2 ou 3 toneladas dotados de *silenciosos* potentes e eficazes, — cerca dum regimento de 3 esquadrões formando um total aproximado de 60 carros.

Para os meios de combate:

a) — Os elementos ofensivos propriamente ditos:

— um regimento de carros médios armados de metralhadoras pesadas, carros rápidos e, como os anteriores, impermeáveis aos gases nocivos podendo eles próprios emitir gases;

— um regimento de carros médios armados de pequenos canhões automáticos ou semi-automáticos de calibre de 45 ou 47 m/m. destinados ao acompanhamento imediato;

— dous ou três regimentos de carros-canhões armados de canhões de 75 m/m. incumbidos do apoio direto (carros somente impermeável aos gases nocivos);

— uma secção de carros T.S.F. e radio-telefónicos.

b) — Elementos de choque: os *cavalerianos* transportados sobre caterpilares especiais ou em veículos rebocados pelos próprios carros de assalto; estes cavalerianos terão um uniforme de campanha também especial (do modelo do atual uniforme de campanha do exército inglês) em que o soldado é antes um sportman em costume apropriado do que propriamente um guerreiro, sem mochila e sem ferramenta de sapa, revestido dum uniforme leve e sobretudo impermeável aos gases visecantes; *carros-gases* capazes de emitir, em marcha, gases nocivos ou não, sendo eles próprios impermeáveis aos gases; finalmente, uma esquadrilha de aviões bem treinados em trabalhar com tais unidades.

Eis aí um dos protótipos de G. U. *mecanizadas* que os exercitos europeus

porão, sem dúvida, em jogo na proxima guerra.

As planícies de CUMBERLEY e de SALISBURY (NEWSURUM) têm visto já a tétrica silhueta dos engenhos *mecanizados* das D.C. modernas, na sua ronda sinistra e ameaçadora deslizar como uma frota que navega por toda a parte onde existe uma profundidade suficiente. Daí surgir talvez a idéa de empregar as D.C. *mecanizadas* da mesma maneira por que se empregam as frotas de guerra adotando-se os mesmos principios da guerra naval...

A segunda escola inglesa é a do Coronel FULLER.

Os adéptos desta escola admitem os principios anteriormente expostos com as seguintes reservas:

a) — nenhum homem circulará no campo de batalha sem estar abrigado ou protegido por uma couraça metálica; daí o carro-léve manoplace rápido e impermeável aos gases;

b) — as G.U. compor-se-ão somente de carros de vários modelos de modo a poder desempenhar todas as missões exigidas na guerra de movimento;

c) — empregar-se-á semelhantes unidades utilizando-se os mesmos principios da guerra naval... (Convém notar, de passagem, que as experiencias realizadas na INGLATERRA com unidades desta natureza têm dado resultados satisfatórios).

No entanto, a nosso ver, não obstante as manobras inglesas, o ponto fraco desta escola reside exatamente nesta ultima condição. A razão repugna comparar o terreno onde opéra uma frota de guerra e o em que age uma *unidade mecanizada*. Com efeito, o mar é mais ou menos uniforme e a sua ocupação é quasi que impossivel, enquanto que em terra as coisas mudam completamente de figura...

A TEORIA FRANCO-ALEMÃ

12 — Ao lado das vantagens incontestáveis que têm as G.U. idealisadas pelos Coroneis CROFT e FULLER dentre as quais sobresai a de *conciliar a potencia e a mobilidade*, dous velhos inimigos, existe tambem um grave inconveniente que é a falta de fluidez das tropas *mecanisadas* e sua quasi impossibilidade de ocupar o terreno conquistado, marca inconteste da vitória.

Os francêses e os alemães resolveram que é muito mais preferivel poder ocupar o terreno do que simplesmente conquistá-lo. Então adotaram os seguintes principios basicos para a organisação de suas D.C.:

1.º) — Em principio a D. C. déve ter uma *composição mixta* de modo a poder ser fluida.

2.º) — Ela terá elementos de apoio para poder ocupar eficientemente o terreno conquistado.

A composição, *grosso modo*, destas D.C. é a seguinte:

- 2 brigadas de Cavalaria do tipo comum;
- 1 regimento de 75 automovel de 3 grupos;
- 1 grupo de 105 automovel;
- uma *brigada mechanizada* (B.M.) de composição variavel.
- os serviços *motorizados*.

Este simples enunciado nos mostra que tanto os francêses como os alemães conservaram o seu velho e fiel aliado — o cavalo... de LINEU, e *motorisaram* a sua antiga divisão de Cavalaria. Mas, de que modo? Primeiramente *motorisando* a Artilharia divisionaria e os serviços e em segundo lugar acrecentando na D.C. antiga um elemento novo, — a B.M. em cuja composição se vê:

a) — Elementos de exploração: em média o valor dum regimento de A.M.C. de 3 esquadrões de 4 pelotões de 3 ou de 4 A.M.C..

b) — Elementos de tomada de contacto e de reconhecimento: 1 regimento ou um grupo de esquadrões de carros-léves que, como todos os carros de assalto moderno, déve ser impermeavel aos gases e emitir por sua vez gases, carros de 3 T. (cada reg. = 2 gr. de esq.; o gr. de esq. = 2 esq.; o esq. = 4 pel. de 5 carros).

c) — Meios de combates:

— Elementos ofensivos: 1 batalhão de carros do tipo «I», carros médios, potentes e rapidos (cerca de 63 carros).

— Elementos de apoio e de ocupação do terreno:

- 1 grupo de esquadrões de motociclistas;
- 2 batalhões de Infantaria especial e bem trenada transportada sobre caterpilares;
- as duas brigadas de Cavalaria do tipo comum representando o valor de 4 batalhões de Infantaria.

Eis, pois, aí um dos protótipos das divisões mixtas chamadas a intervir num proximo conflito europeu.

Este tipo de divisão *motorizada* si, em parte, remedia os inconvenientes da do tipo *mecanizada*, tem, porém, tambem o grave inconveniente de apresentar um volume imenso que atravessa um espaço consideravel do terreno.

13 — Qual das duas teorias é mais consentanea com as realidades da guerra? Só mesmo a propria guerra poderia responder. O que, porém, é indubitavel e tambem insofismavel é que a Cavalaria não combate mais a cavalo e que ela tem necessidade de meios mais rapidos do que este precario meio de locomoção.

Mas, entre nós, no BRASIL, seria possível pensar-se na *motorização* ou mesmo na *mecanização* das nossas fôrças de terra?

Este problema posa duas questões iniciais, sem as quais não é possível resolvê-lo:

1.^o) — A questão econômica, isto é, o financiamento da operação.

2.^o) — A questão do *emprego* de semelhantes *grandes unidades* nas nossas regiões sul-americanas.

Quanto a primeira, mostramos linhas acima, um dos seus aspétos. O quadro não é dos mais negros. Comporta naturalmente a aquisição do material e de sua conservação; além disto, ha ainda a questão do *combustível*.

Com relação a esta questão convém observar que *atualmente se pôde considerar como tecnicamente possível o emprego de combustíveis os mais diversos*. É bem verdade que, para certos combustíveis, o veículo perde consideravelmente a sua maniabilidade. Todavia, se considerarmos que os veículos utilizados militarmente, isto é, carros de assalto, automóveis blindados e etc.... não necessitam de grande maniabilidade requerida nas viaturas comerciais, concluimos que esta questão não será de monta a nos impedir um semelhante progresso.

Pessoalmente tive o prazer de ver uma das soluções desta magna questão no salão de Aviação no Grand Palais em Paris no ano de 1933: o motor do gênero semi-Diesel para *oleo pesado* (economicamente muito mais barato do que a gazolina) já utilizado com pleno sucesso no aviões que poderão assim voar com todo éxito nas camadas superiores da atmosfera.

Por fim, nós procuramos ainda aqui no BRASIL, pela exploração dos nossos próprios recursos, um meio de nos li-

bertarmos das jazidas petrolíferas da AMERICA DO NORTE.

14 — Resta a segunda fase do problema: o emprego das D.C. *motorizadas* ou *mecanizadas* nas nossas regiões sul-americanas.

A este respeito poderíamos colher alguns ensinamentos tirados da nossa própria história, si quisessemos tirar do esquecimento os lutoosos acontecimentos que nos abalaram tão profundamente dê desde 1922-32. Não obstante as medidas de ordem legal e sentimental ditadas pelo povo brasileiro, julgamos que a lição dos fatos e a experiência mesmo a mais dolorosa nos deve servir para alguma coisa e deve estar sempre presente aos nossos olhos — geralmente pouco crédulos e pouco atentos a multidão de ensinamentos que colheríamos dos nossos próprios erros ou de experiências passadas. Assim é que, por exemplo, a coluna Malan teve necessidade — segundo me informou o meu digno amigo Cap. LUIS G. PINHEIRO, de substituir, na sua campanha de 1924 em MATO-GROSSO, as parelhas da sua Artilharia montada por caminhões FORD afim de poder prosseguir na sua missão. Em 1932, segundo também informações que tenho, o automóvel concorreu vantajosamente com a via-ferrea dentro dos limites de suas possibilidades. E portanto a improvisação não se quadra nunca muito bem com as coisas da guerra para qual a preparação é um dos fatores essenciais do sucesso.

15 — Era minha intensão escrever ainda algumas palavras a guisa de conclusão. Desejaria dar somente algumas noções rápidas sobre o modo pelo qual se poderia *utilizar* essas divisões assim constituidas. Como, porém, já ultrapassei os limites que me impuz a mim mesmo ao iniciar este trabalho, adio para outra oportunidade mais favorável este interessantíssimo complemento.

**Secção
de
Artilharia**

Aos jovens artilheiros

Pelo Ten. Cel. P. de Mazenod

(Revue d'Artillerie - Agosto de 1933)

N. da Red. — No desejo de darmos aos nossos camaradas notícias sobre as cogitações europeas em torno dos processos de uma guerra de movimento, pedimos ao colaborador desta Revista Cap. *Aluizio de Miranda Mendes* para traduzir o artigo que abaixo publicamos.

O autor, velho artilheiro que fez as fases de movimento da Grande Guerra, mostra de maneira incisiva as inconveniências da instrução «científica», que na guerra de movimento deixa os comandantes de bateria e de grupo manietados, presos aos métodos rígidos do tempo de paz ou da guerra de estabilização e inúteis com o fáto do inimigo não esperar pela preparação laboriosa do tiro.

Os nossos artilheiros, dotados de cartas insuficientes e cujos canhões, no caso de uma guerra, terão emprêgo comum em operações de movimento, poderão, sem dúvida, meditar sobre o assunto com o excelente artigo do Ten. Cel. do Exército francês *Mazenod*.

Logo após a guerra fomos levados, numa conferencia de guarnição, a expor nossa opinião sobre o tiro da artilharia:

«Devemos seguir, diziamos nós, a tendência de alguns espiritos que querem fazer taboa raza dos métodos que formaram a geração dos artilheiros de 1914 e não reter sinão as que são provenientes da nova forma de guerra que nos foi momentaneamente imposta? Devemos somente guardar a lição das longas e minunciosas preparações de tiro do tempo em que, relegado nas profundidades do seu P.C., o proprio artilheiro de 75 podia examinar com a lente, antes de largá-las, cada uma das suas trajetorias? É nisso, enfim, que consiste o oficio, todo o oficio, do artilheiro de campanha? Foi por este processo que, pouco a pouco, habituamo-nos a desprezar o fator tempo...»

«O artilheiro de 1917 não era um homem apressado. Em face dele, os objectivos esperavam ha já dois longos

anos. Tais objectivos podiam muito bem, por conseguinte, esperar ainda algumas horas mais, justo o necessário para «arrumar» os calculos... Este artilheiro não conheceu todo o valor do tempo no que diz respeito aos objectivos moveis...»

«A artilharia de campanha, durante muito tempo cristalizada no sistema de frente defensiva, retomou toda a sua aptidão manobreira? Os anos de imobilidade pesam atriósmente sobre suas ródas e os seus canhões parecem não se ter ainda desembaraçado completamente da lama das trincheiras em que foram durante longo tempo chafurdados; esta lama gruda sempre os seus eixos. Para o artilheiro de hoje é, as mais das vezes, o movimento que tem o aspéto duma crise, por consequencia, duma execução. Não o vemos verdadeiramente a vontade sinão curvado sobre a sua prancheta. Toda aparição de objectivo fugaz, em raza campanha, encontra-o as mais das vezes inérte e desamparado...»

Vem em seguida o desfile dos anos; não ha mais nem jovens oficiais nem jovens graduados que tenham feito a guerra, donde parecer interessante examinar a influencia que exerceu, e talvez exerce ainda, sobre os cerebros da novel geração de artilheiros, esta inação manobreira de mais de trinta meses que teve por corolario o emprego exclusivo de métodos de tiros lentos e compassados, nascidos das circunstancias especiais que nos foram impóstas pela guerra de trincheiras.

Certamente, depois desta época, as reações se fizeram sentir. O regulamento de artilharia de campanha de 1929, na sua advertencia, fixa, em termos categoricos, a taréfa do artilheiro diante dos problemas variados do campo de batalha obrigando-lhe a adotar simultaneamente as «soluções precisas» e as «soluções rápidas». Enfim, inúmeras vozes autorisadas e entre as quais muitas das mais altas, inquietas do rumo tomado pela nossa artilharia de tiro rápido que ameaçava submergir-se na areia move-diça das dunas, como o caminheiro des-cuidado dos estépes escossézeas, não ces-sam de impelirnos para uma intervenção mais pronta e rápida do nosso admira-vavel material de campanha.

Mas, essas vozes são sempre escuta-das como elas o deferiam ser? E todos aqueles que, dentre nós, têm a pesada taréfa de adestrar os atiradores de amanhã, lutam com bastante energia contra as tendencias á letargia que se manifes-tam por vezes ainda na nossa artilharia?

Este desdêm do fator tempo, estes hábitos de lentidão contraídos durante a guerra de trincheiras, são deficeis de desenraizar-se e a novel geração forma-da á moda da prancheta, não têm no sangue, como sua primogénita, o cuida-do das intervenções brutais a fulminantes que podem se impor e impor-se-ão, de fato, muitas vezes a artilharia de cam-

panha. O instrutor que arranke os jovens artilheiros dos seus instrumentos não lhes parece muitas vezes inutilmente tirânico e desagradável?

Um dia, de volta duma escola de fogo, ouviamos um dos que tinham estado em apuros, exprimir a um dos seus camara-das toda a sua indignação: «O Major X me sapecou uma daquelas «questões-inhas»... (1) Fez surgir diante de mim, imagine, um contra-ataque de infantaria.»

A «questão-sinha», contra a qual se indignava este 2.º Tenente, não é por assim dizer, precisamente, o problema quotidiano que se propõe ao artilheiro de 75?

Nós, todos, capitães do Marne, quan-tos pecados de impaciencia não cometemos, sobre os campos de tiro, depois da guerra, esperando as rajadas que não partiam, enquanto que o tempo inexo-rável lhes tirava, a todo instante, um pouco da sua razão de ser, enquanto que o objectivo, presumidamente fugaz, teria desaparecido ha já muito tempo, escapando assim ao fogo que ele deveria ter sofrido! E a primeira salva dada, quanto tempo não era preciso esperar ainda para se ter as seguintes! No final das contas, que tiro anémico, raquitico! Parecia até mesmo que nada se decidia sair dos tubos frementes! Nada se animava, nada «rugia» contra o objectivo.

Onde estão nossas rajadas de 1914, os tiros do Marne, do Yser em que cada capitão lançava sobre a onda humana que montava para o assalto seus 80 tiros por minuto, assinalados imediatamente pelos rastros sangrentos, essas rajadas nervosas que pulavam, em saltos furiosos, do limite curto ao limite longo, até o encontro do objectivo que elas martelava-m ento implacavelmente!

(1) Não existe em português tradução para o argot «colle».

Tem-se ainda conciencia do formidável potencial de fôrças que representa este martélo de fogo de 200 tiros por minuto posto nas mãos do comandante do grupo, com o qual ele pôde a todo instante esmagar o inimigo que o ameaça?

É evidente que um tal ritmo impõe ao material de 75, como aos músculos dos serventes, um esforço impossível de manter durante muito tempo; estamos, é claro, de pleno acôrdo com uma semelhante opinião. Mas, esse ritmo déve ser suficientemente bem exercitado de maneira que se tenha sempre a possibilidade de desencadear, no bom momento, um dêstes tiros esmagadores, decisivos, que se impõem em caso de crise e que não se deverá nunca hesitar repeti-los tantas vezes quantas forem necessários, principalmente quando si é forçado a «passar por lá».

Quando, na noite de 10 de Setembro de 1914, os alemães tentaram romper as nossas linhas diante da VAUX-MARIE, o general HERR, então comandante da artilharia do 6.º corpo, arrebanhou ao clarear do dia todas as suas baterias de corpo e, com fôgos, esmagou a posição onde o inimigo se preparava para se lançar sobre as nossas linhas que acabavam de ser apenas reconstituídas.

Que magnífico espetáculo o destas baterias, nas quais todos os corações batiam unísonos, procurando a salvação na mesma técnica fulminante!

O epílogo é conhecido: a ofensiva inimiga esmagada pelos tiros furiosos antes mesmo de ter podido desembocar, as hecatombes «homologadas» dois dias depois, por ocasião da persiguição, fez-nos descobrir o que se chamou a «xarqueada da VAUX-MARIE».

Uma formidável reserva latente de fôgos na mais infima celula de 75 tal é a fonte supréma que déve ser conhecida

de todos os infantes. É preciso que a arma irmã saiba o que, num momento crítico, um grupo, uma bateria, ou mesmo uma secção, devem poder e podem efectivamente lhes dar.

Durante a guerra, simples comandantes de grupo, modestos capitães, soubêram inspirar a sua infantaria uma confiança sem limites; a prova disso é que a infantaria não queria outros artilheiros para apoiá-la. O motivo desta confiança extréma reside no fato de não se ter nunca os artilheiros amesquinhadado o seu concurso, dando, pelo contrário, ás suas intervenções uma forma vigorosa e irresistível que arrancava gritos de admiração aos simples *tropeiros!* (2) E então para eles a recompensa supréma consistia em ler nestas fisionomias terrosas, encontradas ao acaso num acantonamento, o brilho duma afetuosa e tocante confiança...

Ninguem sabe como será conduzida a proxima guerra. Alguns espíritos, dentre os mais argutos, pensam que será uma guerra de surpresa. Não vemos, nos nossos dias, certos Estados fazer irrupção bruscamente no teritorio dos outros sem se declarar a guerra?

Em face de tropas de chôque mais ou menos inopinadamente aparecidas, a artilharia de tiro rapido seria, como primeiro principio, a arma de deter. O momento poderia soar de utilizar a pleno a potencia, o rendimento, a flexibilidade do nosso canhão de 75. É ele que teria que suprir a insuficiencia momentânea dos nossos meios de infantaria. Será preciso para comandá-lo, capitães resolutos, exercitados em manejá-lo em todos os terrenos, sendo para eles o momento asado de pôr em evidencia todos os reflexos adquiridos nos exercícios do tempo de paz e que seria demasiado tarde para querer creá-los sob o fogo.

(2) O grifo é nosso.

Ser-lhes-á necessário muita decisão e muito caráter para não recuar diante de iniciativas ousadas que serão sempre indispensáveis tomar-se na guerra. Amanhã, como ontem, jovens oficiais terão de endossar responsabilidades que ultrapassarão de muito os seus póstos. Devê-lo-ão fazer teimosamente, sem hesitar, como fizeram seus irmãos mais velhos.

Qual quer que seja o escalão que ele esteja colocado o dever do artilheiro é de estar de guarda, fielmente, diante de sua infantaria.

Armado do seu binóculo ele espreitará a aproximação e malhará forte e duro.

Entregue ou não a si mesmo aproveitará de todas as ocasiões, algumas vezes fugitivas, que não deixarão de se apresentar afim de atingir o inimigo no seu ponto sensível.

A menos que não tenha recebido, por razões de força maior, ordem formal de permanecer silencioso, ele deverá ter prazer e procurará sempre ter ocasião de atirar. Si, por si próprio, não tiver meios de agir eficazmente, solicitará o concurso dos seus vizinhos mais poderosos.

Um tiro massiço desencadeado a propósito, produzirá no adversário um efeito de terror mais ou menos prolongado que a nossa infantaria aproveitará para retomar o seu ascendente moral.

Mas, objetar-se-á, não é a um comandante de bateria que serão concedidas missões desta ordem. Haverá sempre, pelo menos, um grupo afeto na proteção da infantaria e os capitães não terão sinão que executar os tiros prescritos pelo seu comandante de grupo.

Quem sabe? Talvez... Pela seqüência das peripécias do combate da qual a última guerra nos fornece inúmeros exemplos, poderá acontecer que os laços orgânicos do grupo se rompam. Tal bateria será momentaneamente isolada. De-

verá ela ficar inativa por isso? Será possível também que num momento de crise, um grupo de apoio direto deverá separar seus meios e fazer face a vários perigos ao mesmo tempo. Enfim, e é nisso que consiste a regra do jogo, há casos em que o comandante do grupo deverá escalonar os seus meios. Por exemplo, o em que, engajado num combate de retaguarda, deverá retirar do fogo, uma por uma, suas unidades e, finalmente, fazer frente com uma só bateria.

Citemos este exemplo:

No dia 24 de Setembro de 1914, os alemães, — irrompendo bruscamente do planalto de WOEVRE pelo corredor de SPADA, atacaram a 40.º D.I. lançada ao seu encontro. Após um combate encarniçado, esta divisão foi obrigada a se retirar atrás do rio MEUSE, não tendo para toda retirada para o Norte (SAINT-MIHIEL acabava de ser conquistada pelo Sul) sinão o gargalo de LA CROIX-sur-MEUSE. Um grupo foi encarregado de conter o inimigo durante o tempo necessário ao escoamento da divisão.

Este grupo que se estabeleceu ao S.E. de LA CROIX, fez frente ao inimigo durante uma hora. Sua missão desempenhada tratava-se de desferra-lo. As duas baterias de ala receberam ordem de recuar enquanto que a terceira fazia frente.

A situação se anuncia difícil para esta bateria em face dum inimigo cada vez mais mordente. Por suas rajadas vigorosas ela continuava assegurando a inviolabilidade de sua frente. No seu binóculo, o capitão percebia perfeitamente bem os oficiais alemães empurrando para a frente, revolver em punho, a linha que sossobrava a cada rajada. Mas, já se desenhava no adversário a manobra projetada. Os atiradores, impossibilitados de atravessar a barragem frontal, infiltravam-se pelos flancos da

bateria, utilisando alguns pequeninos grotões que aí vinham dar acesso. As pécas de ala foram imediatamente acestadas a direita e a esquerda e o duélo continuou. Cêdo os atiradores ganhando terreno sobre os flancos aproximaram-se de tal módo que a alça minima impôsta pelas fórmas do terreno, não permitiu mais atingi-los.

Ordenou-se então o tiro de Schrapnell graduando-se, sobre a trajetoria razante, na distancia estimada dos atiradores inimigos. Estes, vendo arrebentar em cima deles projecteis ainda eficazes, deitaram-se.

Aproveitando do alivio concedido por este estratagêmas, a bateria conseguiu desaferra-se por seu turno, secção por secção. No curso dessa operação delicada ela não teve sinão dous conductores e um servente feridos por balas.

É verdade que ela acabava de sofrer uma pêrda cruel pouco tempo antes de desaferrar-se, na pessoa do seu tenente de tiro posto fóra de combate por um Schrapnell.

Dêste exemplo podemos reter duas coisas. Primeiramente, a importancia da missão que os acontecimentos podem vir atribuir a uma simples bateria e, por consequencia, a necessidade que tem todo artilheiro de se preparar para bem desempenhá-la.

Em segundo lugar, a confiança que nós devemos ter no nosso material, mesmo em face de ataques aproximados, por muito pouco que saibamos utilizar a pleno todo o seu rendimento, de maneira a fazermos sair no momento oportuno, por golpes de astucia, as melhores trajetorias e os melhores arrebentamentos.

Hoje em dia, em que os grupos são dotados de metralhadoras, pôde-se, do que precede, julgar-se até que ponto uma bateria de retaguarda poderá, graças a elas, manter o combate — as metralhadoras tomando a si, a luta engajada pelo canhão.

Mas, a iniciativa não déve ser somente o apanagio do oficial. O mais humilde graduado pôde ser obrigado a tomar, por si proprio, uma decisão grave.

Citaremos a este respeito dous exemplos. Tomamos todos dous aos nossos adversarios na mesma época (Setembro de 1914) e no mesmo exercito (5.º exercito). Eles opõem um ao outro dous estados dalmatia nitidamente contrarios, e, como se trata dum só e mesmo exercito alemão e por conseguinte do mesmo contingente, devemos atribuir a influencia pessoal de seu chefe a conduta diametralmente oposta tida, em circunstancias analogas, pelos dous destacamentosinhos inimigos cuja história contamos agora.

Estavamos no dia 2 de Setembro de 1914. Os alemães atravessaram o Meuse perto de CONSENOVOYE e inundam a região no rumo de S.W., enquanto que nossas tropas se retiram diante deles. Como eles se tornam cada vez mais mordentes, um destacamento recebe ordem de reprimi-los durante algum tempo diante de JUMELLES d'ORNES. Um combate, aliás, bastante confuso se engaja e, finalmente, nossas tropas recebem ordem de se retirar. Atravessando uma clareira situada em frente do bosque de FORGES, uma bateria de 75, que desfilava ao passo em coluna de estrada, percebe deitados na órla oposta do campo de aveia que ela costeava, algumas dezenas de infantes alemães, cujas pontas dos capacetes emergiam por cima da aveia. Cerca de 200 ms. apenas separavam deles a bateria e não havia nenhuma infantaria amiga nas cercanias. Que fazer? Pôr-se em bateria?... «Continue», disse flegmaticamente o comandante do grupo que se achava ao lado do capitão. E a bateria continuou ao passo o seu caminho. Si estes 50 fusis tivessem tido um chefe resoluto o que restaria dela?

O segundo incidente se produziu oito dias apôs, diante de La VAUX-MARIE.

É justamente na noite seguinte aquela em que o Kronprinz desencadeou o seu famoso ataque contra o 6.º corpo. Ao clarear do dia, tal como dissemos a pouco, o General HERR pôs em linha toda a sua artilharia de corpo para entravar o avanço inimigo sobre um terreno toda a noite disputado, palmo a palmo, pelos nossos 25 e 29 batalhões de caçadores.

Cerca de 9 horas da manhã, a situação parecia estabilizada, quando de súbito as balas, assobiando da retaguarda para a frente se abatem em torno dum capitão que dirigia os tiros de sua bateria, postado sobre um ligeiro montículo. Elas lhe eram visivelmente destinadas. O capitão, surpreendido da direção dessas balas que continuavam a assobiar em derredor dele, inspeciona com o binóculo os campos circunvizinhos e acaba por se aperceber, nas nossas linhas, pontas de capacetes que faziam dele uma especie de silhuêta de polígono de tiro. Era uma patrulha alemã estraviada que procurava um meio qualquer de se tornar útil. Ela tinha escolhido, dentre tantos objectivos, o alvo que lhe parecia o mais tentador e conscientemente desempenhava integralmente de sua taréfa. Um destaque de serventes foi mandado contra esta patrulha que vendeu caro a sua péle. Só se teve os 4 ou 5 alemães que a compunham mortos ou feridos.

O comandante desta patrulha era um simples soldado de 1.ª classe!

**

Que importância daremos nós as nossas escolas de fogo baseadas nos métodos ditos «científicos» e nos métodos ditos «intuitivos»?

Negocio de temperamento, dir-se-á.

Pois bem, não! visto como poder-se-ia correr o risco de encarapitar-se nuns em detrimento dos outros. O chefe que

dirige a escola de fogo deve lutar, aí como em qualquer parte, contra seu próprio temperamento. Se ele se deixa conduzir pela sua inclinação natural a instrução corre o risco de ser unilateral.

Como, no final de contas, são sempre as situações que devem comandar os métodos, pertence-nos reservar uma parte preponderante para as situações «ativas» e «movimentadas» do campo de batalha que, de estréa, serão as primeiras que se apresentarão na guerra e que, com toda a certeza, não deixarão de reaparecer varias vezes seguidamente.

Mas, o artilheiro só será completo si está bem treinado nas minuciosas preparações assim como nos métodos de regulação sobre alvo fictício aéreo (3) que prestarão incalculáveis serviços. De inicio eles permitirão, toda vez que for possível utilizá-los uma economia séria de munições e nós conhecemos bem todo o preço dessas economias, sobretudo, no começo duma guerra.

Em seguida, eles serão nosso único recurso sobre alvo invisível, na falta de avião ou em caso de tiro a noite.

Emfim, unicamente estes métodos permitirão a surpresa sobre objectivos cujo ataque não deve ser revelado ao inimigo senão no ultimo minuto. Mas, ficará de sobrêjo bem compreendido que si esses métodos, dão a probabilidade maxima de atingir o alvo, só a observação confere a certeza.

Uma justa adaptação dos processos ás circunstâncias se impõe então de modo absoluto. Identicamente o fator «tempo»

(3) Método de tiro com aparelhos S. O. M. É um método de tiro pela regulação dos tiros de tempo alto. Cada arrebatamento é visado por dous postos, cada um dos quais é munido dum aparelho dito S. O. M., situados nas extremidades duma base contendo rigorosamente 25 metros de comprimento. Com as medições obtidas numa série de cerca duma dezena de disparos chega-se, por meio duma folha de cálculo especial, aos elementos indispensáveis á execução dum tiro preciso. (Nota do tradutor).

e o fator «natureza do objectivo» sempre deverão ter um lugar de destaque nos nossos exercícios. Somente eles condicionam os métodos a empregar. Sobre um objectivo animado, por exemplo, a regulação aparecerá como um contra-senso. Ela impôr-se-á, ao contrário, sobre um objectivo inérte. Na mesma ordem de idéas, o tempo gasto em depurar o tiro do efeito de todas as causas perturbadora será, de acordo com o caso, ou inteligentemente utilizado ou criminosa-mente perdido.

É tudo negocio de situação e de momento.

Eis aqui uma céna que nos foi contada por um comandante de grupo na qual ele proprio desempenhou o papel principal.

Estávamos no dia 29 de Maio de 1918. Os alemães acabavam de furar a nossa frente do AISNE e se espalhavam sobre o MARNE. O grupo, lançado no *furdunço*, (4) encontra-se, apenas desembarcado, em frente de atiradores inimigos que se lançam contra ele. Tão logo o inimigo foi apercebido, ele se pôs em bateria. «Atirem!» ordena o comandante de grupo aos seus comandantes de bateria. Dous dentre eles, — muito jovens oficiais, tiram as suas cartas, as suas tabélas de tiro, entregam-se a não sei que cálculos. «Mas, atirem senhores!» repete o comandante. Então um deles se aproxima de seu chefe e, a carta desdobrada, pergunta-lhe onde se acha. Ele quer, a princípio, fazer o ponto; durante este tempo, o outro vem pedir a alça do dia.

Felizmente, o terceiro comandante de bateria, um veterano do Yser, tinha já, desde algum tempo, aberto o fogo e salvo o grupo. Esta céna não é uma anedota: ela foi vivida.

(4) O grifo é nosso.

É uma das que marcou, no fim da campanha, a pasagem da guerra de trincheiras para a guerra de movimento.

Esta tendência ao emprego exclusivo dos métodos instrumentários não ficou por demais pindurada nas abas do gibão da nova geração?

É um fato inegável. Os reflexos não se prestam mais as colocações em bateria rápidas, a essas colocações em direção quasi instantâneas, que eram outrora o orgulho dos artilheiros.

O classico ponto de pontaria, a retaguarda ou lateral, está pois definitivamente posto na berlinda? No próprio canhão não há certos instrumentos que devem ser postos em quarentena?

Vê-se ainda certos artilheiros de 75 atirar com angulos sobre ataques de infantaria, mesmo nas médias distâncias. A alça teria pois caído em desuso?

E o tiro de tempo? Porque esta repugnância em empregá-lo?

É o encomodo de ter que regular o correitor? Ele só é um instrumento caprichoso nas mãos inexpertas em manejá-lo.

A propria divisão astuciosa do trabalho entre os serventes da peça, não é, por acaso, uma concepção genial afim de assegurar o maxímo de rapidez? Numa bateria bem comandada, o atirador e o carregador fazem o seu labor enquanto que o apontador arremata suas visadas e a primeira rajada fica imediatamente pronta para partir.

O infante que sofre, espera por ela que também lhe vai dar coragem. As outras rajadas não são mais do que o tempérinho do artilheiro, porém, ainda assim será preciso que este tempérinho seja redondamente bem confeccionado e que o infante escute bem que «isto ronca».

Na tarde dum dos primeiros encontros do mês de Agosto de 1914, lembramo-

nos de ter escutado um camarada de infantaria que batia em retirada com sua secção, largar estas palavras terríveis ao passar diante de nós, que ainda não tínhamos sido engajado: «Não ouvi durante todo o dia um só tiro de eficacia de 75».

Essas palavras que deviam sempre ficar presentes na nossa memoria ditaram nosso dever.

Abramos, pois, uma larga porta aos métodos rápidos de campanha e não unicamente a porta da escada de serviço. Exercitemo-nos a aplicá-los em toda sua brutalidade. Porque é um fáto consumado que a atividade se perde mais facilmente do que se cria e que a gente se habitua mais voluntariamente ás soluções preguiçosas enfeitando-as do nome de «científicas».

Emfim tenhamos sempre o cuidado da manobra.

Si eles não ficassem nunca em palpos de arranha para responder as exigências das situações sinão durante o lapso de tempo dum tiro se sucedendo a um outro, os nossos jovens oficiais se habituariam a considerar a bateria como material de setor. Eles manipulariam trajetórias e não manejariam canhões. Eles não seriam os atores d'este todo necessário que constitue a colocação em bateria no lugar escolhido, o *accrochage* e o tiro.

Os hábitos contraídos durante a guerra de trincheiras, em que os elementos eram tomados de posições fixas uma vez por todas, dislocou este conjunto de operações em detrimento das duas primeiras. Si não fizermos atenção a isto, estes ha-

bitos correm o risco de se implantar de novo.

Essas reflexões visam, mais ainda do que a instrução dos oficiais da ativa, a dos oficiais de reserva e eis aqui porque:

Grande numero de oficiais de reserva comandarão baterias na mobilização. Si se quer que eles sejam dignos de seus póstos, será preciso decretadamente orientá-los na prática dos métodos simples e rápidos de campanha. Precisamente porque não evoluem, estes métodos constituirão para eles um fundo sólido no qual eles poderão apoiar-se com toda a certeza.

Emfim, unicamente eles permitirão ter, dê desde do inicio duma guerra, «manejadores» de bateria, atiradores capazes de opôr, dê desde do primeiro dia, a um adversário empreendedor, um fogo eficaz de seus canhões.

Mobiliemos, pois, o cérebro de nossos atiradores, estamos de acordo, mas também, e sobretudo, moldemo-lhes os reflexos. No fogo não terá bom exito sinão os átos institutivos ou os que fôrem tornados tais mediante um longo hábito.

Si nós devemos procurar no arsenal de nossas recordações, nossa memoria fracaçará e a inação se seguirá.

Emfim, forgemos músculos no pessoal chamado a servir no instrumento nervoso que é o nosso maravilhoso 75; talvez traga ele ainda, colada aos seus órgãos, um pouco da lama das trincheiras. Esforcemo-nos de fazer desaparecer desta lama os seus últimos traços.

Biblioteca de A DEFESA NACIONAL

Regulamento de Educação Física

(1^a e 3^a Partes)

Publicação provisória autorizada pelo E. M. E. e em quatro fascículos (dois para cada parte)

O 1º fascículo já se acha á venda (3\$000) e os demais estão no prelo.

Secção de Engenharia

INTRODUÇÃO

A transposição de um curso dagua em presença do inimigo é uma operação delicada que requer uma preparação meticulosa por parte do executante.

Na preparação e execução da transposição de um curso dagua importante, em presença de um inimigo que ocupa a outra margem, deve haver uma perfeita ligação entre a tática e a técnica, para que a operação seja cercada de êxito.

Para o defensor, um rio é um obstáculo que ele poderá utilizar-se para manter o assaltante o maior tempo possível (variável com a natureza do curso dagua e os meios de fogo de que dispõe) sob a ação de seus fogos (Inf., Art. e Aviação).

Para o assaltante um curso dagua é uma brecha a transpor num mínimo de tempo, com os meios que necessita para agir na outra margem. Uma vez transposto, o atacante vem colocar-se entre o inimigo e um obstáculo ou brecha (no ponto de vista técnico).

Das considerações gerais acima referidas decorrem as condições táticas essenciais seguintes:

SURPREZA

Para que o inimigo permaneça na ignorância de como, quando e onde se pretende transpor o rio.

— Como poderemos conseguir esta surpresa?

— Realizando os preparativos de transposição e sua execução tanto quanto possível ao abrigo das vistas (áreas e terrestres) do inimigo.

Isto requer que:

- 1.º — Os reconhecimentos prévios, quer táticos, quer técnicos, sejam realizados de uma maneira discreta.
- 2.º — Todos os movimentos preparatórios visando colocar o pessoal, material e órgãos de fogo às proximidades do rio ou no local de seu emprêgo (primeiros elementos a transpor, inf. de ataque, mtrs. e art. que cooperarão no ataque, meios de transposição do curso dagua previstos de acordo com a operação a realizar), deverão ser realizados de noite e nas vesperas

Transposição dos cursos dagua

Pelo Cap. Vitor O. Jeolás

da transposição. Permanecendo de dia disfarçados e abrigados.

- 3.º — Todos os trabalhos de preparação de transposição: pistas, rampas de acesso, meios de transposição, preparo das margens, devem ser realizados nas vesperas e à noite, mantidos de dia convenientemente disfarçados.
- 4.º — Seja mantida uma mesma atividade de fogos que a dos dias anteriores da transposição.
- 5.º — A transposição seja executada numa larga frente, em diferentes pontos.
- 6.º — A transposição do curso dagua seja iniciada antes do clarear do dia e sem preparação de artilharia. Os elementos de cobertura devem achar-se de posse de uma base de partida para o ataque, na margem inimiga, de modo que na hora H a progressão possa ser iniciada.

SUPERIORIDADE AÉREA

A fim de impedir que o inimigo observe os nossos preparativos e durante a execução acione seus meios de fogo (armas automáticas, art., bombas) no momento da passagem de nossas forças ou sobre nossos meios de transposição.

Como esta superioridade pôde ser intermitente mas possível somente durante um tempo limitado, por dia, será necessário em função das condições táticas e técnicas, fixar os períodos do dia nos quais a superioridade aérea será pedida (neste particular consultar o Cmt. da Engenharia).

Completando a ação intermitente de proteção assegurada pela aviação de caça, outros meios são empregados:

- a) A artilharia anti-aérea.
- b) O ataque prévio á aviação inimiga pelo bombardeio massivo de seus campos e instalações.
- c) O emprêgo dos fumigénos cobrindo a zona de passagem de uma nuvem permanente.

SUPERIORIDADE DE FOGOS

Conseguida pelo acionamento inicial dos meios de fogo para neutralizar todos os órgãos de

fogo que possam bater os pontos de passagem escolhidos e bem como os observatórios com vistas sobre êstes pontos; depois pelo acionamento dos meios de fogo em tempo útil, de modo que permitam a manutenção do terreno conquistado e a continuação da progressão na margem inimiga.

Esta superioridade de fogos em um país como o nosso de parca indústria bélica, só poderemos concebê-la, por exemplo, no caso de uma D. I. que ataca um inimigo que ocupa a outra margem do rio importante, da seguinte maneira:

- a) frente de ataque restrita onde será concentrada a maioria dos meios de fogos (art.), por exemplo; um saliente inimigo importante, (ponto mais difícil de defender); zona de observatórios e zona de fácil transposição (condição técnica);
- b) no restante da frente aproveitando os benefícios da surpresa tentar a travessia dos outros elementos.

São estas as condições táticas essenciais que devem ser levadas em conta, quando se tratar da transposição de um curso d'água importante em presença do inimigo.

A operação de transposição de um curso d'água é uma operação progressiva, constituindo uma série de fases táticas correspondendo a cada uma delas uma fase técnica particular.

Examinemos cada uma de per si, as diferentes fases táticas e suas correspondentes fases técnicas.

1.ª FASE TÁTICA

Passagem dos primeiros elementos de infantaria que irão conquistar uma faixa de terreno, que permita colocar em segurança contra os tiros sistemáticos da artilharia de campanha inimiga, os pontos do rio onde o restante de nossas forças irá passar.

A QUE DISTÂNCIA DO PONTO DE PASSAGEM DO RIO IRÁ ESTA FAIXA?

Sabemos que a dispersão dos tiros de artilharia de campanha aumenta com a distância da posição de bateria ao objetivo e que a partir de 5.000 ms, sua variação torna-se muito grande com o aumento da distância.

Tomando por centro o ponto de passagem escolhido, a zona de segurança deverá ficar a mais ou menos num raio de 5 kms.

Esta distância, no entretanto, não tem nada de absoluta, dependendo naturalmente do terreno, das possibilidades do inimigo (existência de observatórios com vistas sobre o ponto de passagem, superioridade aérea). Nesta fase deveremos conseguir pelo menos atingir:

- a) as posições das armas automáticas inimigas que podem bater os pontos de passagem;
- b) os observatórios de onde a art. inimiga possa ver e regular seus tiros sobre os pontos de passagem.

Esta fase comporta em geral os seguintes tempos:

- 1.º — Passagem dos primeiros elementos de infantaria que vão conquistar uma base de partida na margem inimiga.
— *Que elementos são êstes?* Pequenos elementos de infantaria dispondo de armas automáticas destinados a conquistar e manter a base de partida na margem oposta. Agindo, bruscamente à arma branca, contornando as resistências numa progressão rápida, visando as armas automáticas que possam bater o rio.
- 2.º — Transposição de outros elementos de infantaria e progressão até o limite de apoio eficaz da artilharia, o que corresponde a transposição de uma parte da artilharia necessária (a outra parte na 1.ª margem apoiando o atacante) para apoiar a infantaria até a conquista da zona de segurança acima referida e sua manutenção.

Durante esta fase, as considerações de ordem tática têm preferência sobre as de ordem técnica. Assim, com referência aos pontos a transpor, no ponto de vista tático, será necessário:

- 1.º — Que êles permitam aos elementos de infantaria encarregados de transpor-los, colocarem-se na margem inimiga em frente aos objetivos a conquistar.
- 2.º — Que a base de partida na margem inimiga seja bem definida no terreno, para que os primeiros elementos transpondo o rio às primeiras horas da manhã venham nela instalar-se.
- 3.º — Que a margem amiga ofereça abrigos às vistas terrestres do inimigo.
- 4.º — Que haja possibilidades de apoio eficaz de artilharia o mais distante possível na

margem inimiga, sem necessidade de mudança de posição.

5.º) — Que a zona de travessia seja a menos batida pelos fogos do inimigo.

1.ª FASE TÉCNICA

Caracteriza-se pelo emprego dos meios descontínuos para atender ás necessidades de transposição do rio o mais rapidamente possível, pelos elementos que vão atuar na margem inimiga durante a primeira fase tática (conquista de uma cabeça de ponte).

Vimos que nesta fase as considerações de ordem tática primavam ás de ordem técnica, as quais eram as considerações táticas principais.

Por conseguinte dentro de uma ou mais zonas de travessia fixadas pelo Comando, obedecendo ás considerações de ordem tática, é preciso organizar mais rapidamente os transportes necessários aos elementos que vão agir do outro dado do rio (questões de ordem técnica), isto é:

- Transportes de adução — elementos de combate — reaprovisionamentos.
- Transporte de evacuação — feridos.

Convém assinalar que, não devem ser totalmente desprezadas pelo Comando, na escolha da zona de travessia, certas considerações de ordem técnica que influam no tempo de transposição do curso d'água, (largura do rio, velocidade da correnteza, natureza das margens, profundidade), fator importante neste gênero de operações.

Examinemos agora quais os meios que devemos empregar para atender ás necessidades de transposição do curso d'água, dos elementos que vão agir em cada um dos tempos previstos na primeira fase.

De uma maneira geral, a natureza dos meios a reunir e sua quantidade, é função de um lado da natureza do rio (largura, velocidade da correnteza, profundidade) de outro, da quantidade e qualidade dos elementos a transportar em tempo útil para a outra margem.

No primeiro tempo da primeira fase, trata-se de levar de surpresa e no mais curto prazo de tempo os primeiros elementos que irão conquistar uma base de partida na margem inimiga.

QUAIS OS MEIOS A EMPREGAR?

- a) embarcações civis requisitadas;
- b) balsas de sacos Habert;
- c) balsas de troncos ou de barris;

d) pontões de equipagens, simples ou conjugados;

e) portadas.

No caso do Brasil deveremos explorar ao máximo os três primeiros meios de transposição, especialmente nos rios de fraca correnteza e pouca largura; os nossos recursos em equipagens, serão limitados e, em consequência, será preciso economizar os elementos que vão ser empregados na construção ulterior da ponte.

Naturalmente só empregaremos os três primeiros meios, quando não houver prejuízo da rapidez da operação de transposição, por ex.: (as balsas navegam peior do que os pontões, sua velocidade de transposição é menor, este fator em rios de pouca correnteza, e largura pouco influirá, si empregámos balsas ou pontões).

Não só a engenharia pode construir meios descontínuos de transposição, como também a inf. e a cav..

Estas poderão fazer balsas (especialmente de sacos Habert que devem possuir em seus T.C. de Btl., R.C. e R.I.) e mesmo passadeiras flutuantes em rios de fraca correnteza e largura.

No segundo tempo, trata-se de fazer transpôr o rio elementos de infantaria e engenharia e uma parte da artilharia necessária para apoiar a progressão da infantaria até a conquista da zona de segurança desejada para a ponte que temos em vista construir.

O momento mais crítico desta operação é aquele em que a inf. atinge a distância limite de apoio eficaz da art. de ataque em posição na 1.ª margem. Neste momento teremos que fazer transpôr o rio uma parte da artilharia. Com a utilização de meios descontínuos será uma operação demorada, sendo necessário um tempo apreciável para o embarque, transposição e desembarque das peças e carros de munição.

Seremos muitas vezes forçados, em vista do fraco rendimento dos meios descontínuos de transposição, disponíveis no momento, a nos contentarmos com uma zona de segurança, de raio menor do que o dado pelo alcance eficaz da artilharia de campanha, e iniciarmos a construção da ponte.

Neste caso a cobertura deverá ser assegurada, pela posse dos observatórios com vistas para o ponto de passagem, pelo emprego das unidades aéreas e dos fumigêos.

Neste 2.º tempo da 1.ª fase, devemos utilizar além dos meios previstos no primeiro tempo, mais:

— As passadeiras.

— As pontes volantes.

— A utilização do propulsor amovível (existente nas equipagens de ponte) adaptado aos pontões, ou portadas.

As passadeiras (sobre suportes flutuantes) sómente poderão ser empregadas em rios de fraca correnteza (menor que 1 m. por 1") e de largura menor do que 60 metros.

As pontes volantes serão empregadas em rios de correnteza forte (além de 1^{m,5}).

Os propulsores serão vantajosamente empregados nas portadas, em rios de profundidade maior que 2^{m,00} — forte corrente — afim de evitar as grandes derivas que elas teriam sem o seu auxílio.

Temos visto quais as necessidades de transposição do curso d'água decorrentes da primeira fase tática e quais os meios que poderemos empregar para atender estas necessidades.

Passemos ao estudo da SEGUNDA FASE tática.

Esta fase caracteriza-se pela necessidade tática de manutenção da zona de segurança já conquistada e alargamento da cabeça de ponte.

Torna-se necessário fazer transpôr o rio, elementos de inf., art. importantes, certos órgãos de serviço para assegurarem os reaprovisionamentos, evacuações, ligações — movimentos feitos em geral de noite.

Nesta fase as considerações de ordem tática e técnica devem ser judiciosamente balanceadas pelo Comando antes de tomar sua decisão.

Na zona de ataque escolhida pelo Comando de acordo com as considerações de ordem tática, os pontos de passagem são determinados exclusivamente em face das considerações técnicas.

Técnicamente esta fase é caracterizada pela construção das pontes de equipagem.

Durante o tempo de construção das pontes de equipagem (se possível mais de uma por D. I.) os meios descontínuos asseguram os transportes de adução e de evacuação.

Depois de concluída a ponte ou as pontes, os meios descontínuos são empregados para assegurarem as evacuações e eventualmente os transportes de adução caso a ponte tenha sido parcial ou totalmente destruída.

Uma vez a ponte de equipagem construída é necessário conservá-la.

A artilharia inimiga ou sua aviação poderão atingí-la; será preciso repará-la rapidamente.

Por outro lado, o inimigo poderá si estiver de posse de certas partes da margem, lançar

a favor da correnteza, torpedos flutuantes, troncos de árvores, etc., destinados a destruir a ponte lançada.

Também sendo as pontes de equipagem construídas, tendo em vista suportar uma determinada carga entre suportes, torna-se necessário regular o modo de passagem dos diferentes elementos que irão transpô-la.

Em consequência disso será preciso organizar um serviço de vigilância, proteção e conservação da ponte.

Para isto, em cada ponte, um oficial de engenharia é o Cmt. da ponte. Ele faz assegurar o cumprimento das regras de passagem, dispondo de um posto de conservação para manter a ponte em bom estado e de um posto de polícia, nas margens, para vigiá-los e manter a ordem.

Quando a importância da passagem o justificar, um oficial do E. M. depositário das instruções do Comando, representa-o no lugar e informa-o sobre os incidentes. Mantém-se em ligação constante com o Cmt. da ponte, a quem transmite as ordens e instruções do Comando e acompanha sua execução. É um verdadeiro regulador cuja autoridade se exerce de um lado e de outro do rio.

As tropas durante o movimento sobre a ponte devem conformar-se com os roteiros gerais e particulares fixados para cada ponte. O Cmt. da ponte é o encarregado de fazer respeitar estes roteiros em todo o comprimento da ponte e suas rampas de acesso, informando aos Cmts. de coluna com antecedência, as formações a tomar e as regras a observar.

O roteiro particular fixado para cada ponte, é função da resistência da ponte, de sua usura e das circunstâncias atmosféricas; nêle figurarão o peso máximo dos veículos a admitir, distância mínima entre os veículos, etc.

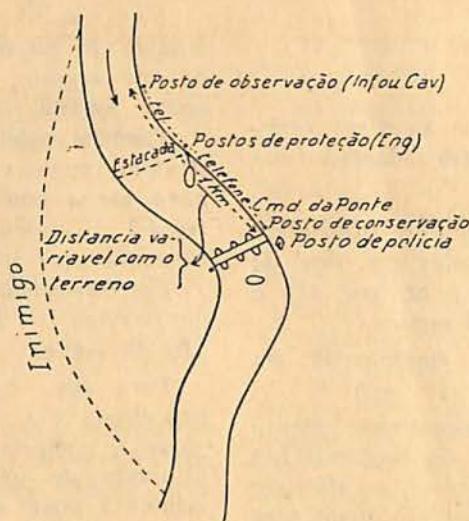
O esquema seguinte dá uma idéia de como é organizada a guarda (polícia e conservação da ponte) e a proteção.

Passemos á TERCEIRA FASE

Técnicamente não há uma característica precisa, pois, trata-se de alargar a cabeça de ponte conquistada e colocar a passagem fora do alcance dos tiros da artilharia inimiga.

Técnicamente esta fase é caracterizada pela construção de pontes de circunstância, em geral pesadas, não só para libertar a equipagem, de modo que permita a sua marcha com D. I., como também para facilitar a transposição dos elementos mais pesados do Ex.

Esta fase, técnicamente deve começar desde que se tenha concluído a construção da ponte de equipagem.



Competirá ao Ex. fixar o tipo de ponte a construir, quando fôr utilizá-la pelos seus elementos.

Nestas condições será preciso reforçar a D. I. em meios (pessoal e material) para transposição do curso dagua.

No escalão Ex., a transposição de um curso dagua visa atingir um fim estratégico, o seu Cmt. fixa as zonas de ação para cada D. I. e os objetivos a atingir no tempo baseado em razões de ordem tática.

Na frente de ataque, no escalão D. I., a escolha dos pontos de passagem será função de considerações de ordem tática e técnica.

As considerações de ordem técnica influem nas decisões do Comando.

Assim determinada a zona de ação das G. U., os detalhes de transpoisão do rio farão objeto de estudos pelo E. M. das G. U. com a cooperação dos comandos das diferentes armas e técnicos subordinados.

Para isto são acionados reconhecimentos, inicialmente mixtos para o estudo da transposição,

em conjunto, e ulteriormente reconhecimentos de detalhe pelo executante da missão que lhe compete.

O Cmt. da eng. nos reconhecimentos mixtos age junto ao Cmto. como conselheiro técnico, tendo em vista a elaboração do plano de transposição. Organiza o plano de emprêgo de seus meios, acionando para isto reconhecimentos de detalhe na zona de ataque fixada pelo Comando.

Estes reconhecimentos visam:

- escolher os melhores pontos de passagem de acordo com a natureza do próprio rio e suas margens;
- determinar os recursos locais com que se podem contar.

No escalão D. I. o resultado destes reconhecimentos, permitirão como vimos acima, ao Cmt. da Eng. colaborar na elaboração do «Plano de Transposição» e organizar o «Plano de Emprêgo dos Meios da Engenharia» de que dispõe a D. I.. Será assunto que estudaremos no próximo número.

Mudou a côr da capa

Aviso aos assinantes e sócios

Com êste numero, começa o 2º Semestre de 1934

de A DEFESA NACIONAL

**Secção
de
Administração**

Trens de Estacionamento

Pelo 1º Ten. José Salles

1 — O atual regulamento, nos quadros de efetivos que apresenta, não prevê a organização dos Trens de Estacionamento (T. E.) que só deverá constar dos referentes aos *efetivos de guerra* reais, completos e minuciosos, preparados pelo Estado Maior do Exército. A organização do regimento de infantaria, espécie de unidade tipo, prevista nesse regulamento é sumária e serve para os *fins especiais de instrução durante a paz*.

2 — Os T. E. sendo, entretanto, previstos nos casos em que se trate de exercícios dessa unidade, serão constituídos segundo o quadro e instruções fornecidos em caráter reservado pelo mesmo E. M. E.; com o fito, porém, de auxiliar áquelas que, nessa emergência, tenham de dirigir tal órgão apresentámos, a seguir, algumas notas que poderão ser úteis, visto como podem corresponder às exigências com esse efetivo.

3 — Sendo tal efetivo de, mais ou menos, 90 oficiais, 2.925 praças (sargentos, cabos e soldados) e 1.043 animais, podemos organizar o T. E. regimental como se segue:

- a) Um oficial (Capitão ou 1.º Tenente), Comandante;
- b) Um 1.º sargento (ou sargento ajudante), adjunto;
- c) Duas secções de *viveres do dia*, tendo cada uma: Um 2.º sargento, comandante; um cabo, auxiliar e substituto eventual; 30 soldados condutores; 15 viaturas; e 60 animais.
- d) Uma secção de *viveres de reserva*, compondo-se de: Um 3.º sargento, comandante; um cabo, auxiliar; 18 soldados condutores; 7 viaturas de viveres, 1 de bagagem e arquivo e o carro-cozinha do T. E.
- e) Um grupo de magarefes: Um 3.º sargento e 3 soldados.
- f) 4 soldados artífices (2 seleiros-correeiros, 1 alfaiate, 1 sapateiro).
- g) 2 soldados cosinheiros.
- h) Um soldado ordenança.

O equipamento e armamento desse pessoal será o previsto para os respetivos postos, em campanha.

4 — De acordo com as tabelas de rações de campanha, são necessárias, para um R. I. com o efetivo suprareferido, as seguintes quantidades de *viveres normais* para um dia:

Carne seca	—	1.056 Kgs.
Pão	—	1.206 »
Arroz	—	302 »
Feijão	—	392 »
Farinha	—	452 »
Mate	—	90 »
Açúcar	—	422 »
Sal	—	90 »
Toucinho	—	61 »
Cigarros	—	60.300 nm maços de 20
Carne fresca (quando utilizada)	,	1.200 Kgs.

5 — A quantidade de *viveres de reserva*, cujas rações são normalmente acondicionadas em um só volume contendo 250 gramas de carne em conserva, 250 ditas de biscoito, 150 de chocolate em tablete preparado, 60 de café e 120 de açúcar, é de 3.015 Kgs.

6 — A *forragem* para a ração diária é de 4.172 Kgs. de milho; e a de *reserva* 2.086 Kgs.

7 — Os pesos e volumes a serem transportados pelas secções do T. E. deverão ser repartidos tão igualmente quanto possível entre as viaturas respectivas (ou entre os cargueiros e caminhões, no caso de serem organizadas com êsses meios). O oficial de aprovisionamento indicará a maneira de distribuir a carga em um *quadro de carregamento* (art.º 14, § 10 do Regulamento para o Serviço de Aprovisionamento em Tempo de Guerra).

8 — As viaturas deverão ter, em lugar bem visível, um número de ordem que permita distinguí-las facilmente durante o trajeto e verificar si marcham nos seus logares exatos (art.º 780, letra b, do R. S. C.). A numeração das viaturas do T. E. pode ser seguida e, para maior facilidade do serviço, cada uma delas deve ter uma inscrição indicando o respetivo carregamento.

9 — Exemplo de *quadro de carregamento* para um T. E. organizado com viaturas de tração animal:

- *Exército*
- *Divisão de Infantaria*
- *Brigada*
- *Regimento de Infantaria*
- *Quadro de carregamento do T E*

PRIMEIRA SEÇÃO

Viatura n.º 1	Carne seca	690 Kgs.
Viatura n.º 2	{ Carne seca Feijão	366 " 330 "
Viatura n.º 3	{ Feijão Pão	32 " 660 "
Viatura n.º 4	{ Pão Arroz	546 " 120 "
Viatura n.º 5	{ Arroz Açúcar Mate	182 " 422 " 90 "
Viatura n.º 6	{ Farinha Sal Toucinho Milho	452 " 90 " 61 " 90 "
Viatura n.º 7	Milho	680 "
Viatura n.º 8	Milho	680 "
Viatura n.º 9	Milho	680 "
Viatura n.º 10	Milho	680 "
Viatura n.º 11	Milho	680 "
Viatura n.º 12	Milho	682 "
Viatura n.º 13	Carne fresca	400 "
Viatura n.º 14	Carne fresca	400 "
Viatura n.º 15	Carne fresca	400 "

Observação — Os cigarros serão distribuídos igualmente em volume pelas viaturas de milho.

SEGUNDA SEÇÃO

Viatura n.º 16	Carne seca	690 Kgs.
Viatura n.º 17	{ Carne seca Feijão	366 " 330 "
Viatura n.º 18	{ Feijão Pão	32 " 660 "
Viatura n.º 19	{ Pão Arroz	546 " 120 "
Viatura n.º 20	{ Arroz Açúcar Mate	182 " 422 " 90 "

Viatura n.º 21	Farinha	452	"
		Sal	90 "
		Toucinho	61 "
		Milho	90 "
Viatura n.º 22	Milho	680	"
Viatura n.º 23	Milho	680	"
Viatura n.º 24	Milho	680	"
Viatura n.º 25	Milho	680	"
Viatura n.º 26	Milho	680	"
Viatura n.º 27	Milho	682	"
Viatura n.º 28	Carne fresca	400	"
Viatura n.º 29	Carne fresca	400	"
Viatura n.º 30	Carne fresca	400	"

Observação — Os cigarros serão distribuídos igualmente em volume pelas viaturas de milho.

SECÇÃO DE RESERVA

Viatura n.º 31	700	Rações de reserva
Viatura n.º 32	700	Idem, idem
Viatura n.º 33	700	Idem, idem
Viatura n.º 34	700	Idem, idem
Viatura n.º 35	215	Rações de reserva
	480	Kgs. de Milho
Viatura n.º 36	700	Kgs. de Milho
Viatura n.º 37	700	Idem, idem
Viatura n.º 38	206	Kgs. de Milho
	150	Kgs. Caixa de arquivo
	115	Kgs. 2 coleções de magarefe
	60	Kgs. 3 coleções de distribuição
	15	Kgs. 1 coleção de correiro
Viatura n.º 39	5	Kgs. 1 coleção de alfaiate
		Cozinha do T. E.

10 — Para o T. E. organizado com cargueiros são necessários cerca de 300 muares, o que vem trazer ao R. I. um aumento de 148 animais. O *quadro de carregamento* é elaborado seguindo as mesmas regras acima expostas, dando-se, porém, uma carga máxima de 80 quilos para cada cargueiro.

11 — Utópico, embóra, para o nosso meio, onde o caso que deve ser considerado normal é o emprégo de cargueiros, poderíamos também

prevêr a formação de um T. E. com autocaminhões. Isto, entretanto, não foi previsto pelos nossos regulamentos, elaborados como são, tendo em vista as nossas realidades. Dando-se, porém, a oportunidade de uma tal organização, seriam necessários 16 caminhões com a carga de 1.800 quilos cada um; mas o seu caráter eventual não deverá impedir que seja mantida a organização normal regulamentar do T. E.

12 — Cada uma das secções de viveres do dia pode ser, alternativamente, de *distribuição*

ou de *reabastecimento*; este se efetúa, de manhã si possível, em:

- Uma *Estação Distribuidora* (E. Dis.);
- Um *Centro de distribuição* (C. Dis.), pelo Comboio Administrativo Divisionário (Cb. A. D.) ou de Exército (Cb. A. Ex.);
- Um *armazém ou depósito*;
- E por meio de *compras ou requisições*.

Assistem-no por parte do corpo, o oficial aprovisionador; por parte do Comando, geralmente, o Cmt. dos T. E. da Divisão ou um oficial de estado maior; e pelo Serviço de Intendência, para assegurar a sua direção técnica, um intendente de guerra (art.º 801, do R. S. C.).

13 — Tais órgãos devem estar situados de forma que a distância entre êles e o ponto de bivaque do T. E. não seja maior de 12 a 16 Kms., isto é, três a quatro etapas normais de marcha, permitindo assim á *secção de reabastecimento* vir e voltar no mesmo dia. Obedecendo ás normas regulamentares para as marchas, essa distância será vencida em três ou quatro horas.

Partindo, portanto, ás 6 horas da manhã:

Ás 10 horas chegará ao local do reabastecimento;

De 10 ás 14 horas, executar-se-á o serviço; Marchará das 14 ás 18 horas, quando chegará ao bivaque.

14 — Vê-se que o oficial de aprovisionamento passa o dia inteiro ausente, não lhe sendo assim possível assistir pessoalmente ás distribuições de que tratam os artigos 800 do R. S. C. e 20 a 25 do Regulamento n.º 56 (Aprovisionamento em Campanha). Para cumprir as suas atribuições, quanto a esta parte, êle dará então suas ordens e instruções ao seu adjunto (art.º 24, § 13 do Reg. n.º 56) a quem competirá executá-la sob as vistas do oficial de dia que assiste á distribuição.

15 — Há necessidade de serem tomadas disposições tendentes a evitar o congestionamento das viaturas de viveres das sub-unidades, em número de 17, que aí vão ter; para que não haja perda de tempo pode-se adotar o critério de atendê-las na ordem em que fôrem chegando.

16 — Maior razão para serem previstas medidas de ordem, há na execução do abastecimento do T. E. nos órgãos divisionários supra-referidos, porque mais ou menos ás mesmas

horas aí chegam as *secções de reabastecimento* de todos os corpos da Divisão ou sejam para mais de 100 viaturas que, á falta daquelas medidas, são suficientes para congestionar o local.

Fá-los-ão obedecer os destacamentos de fôrça policial do Serviço de Polícia em Campanha, que deverão ser mantidos nesses pontos e ao longo dos caminhos dos comboios (art.º 833 do R. S. C.).

17 — Os movimentos do T. E. se fazem segundo as ordens expedidas pelo Comandante do Corpo com quem deve estar em ligação constante, para o que poderá utilizar praças das que servem sob suas ordens, o que lhe é facultado tendo em vista o bom funcionamento do serviço (art.º 3.º, § 1.º, do Reg. n.º 56 — Aprovisionamento em Campanha).

18 — A defesa do T. E. quando em marcha, em princípio, é mantida pelo respetivo pessoal que para isso dispõe do seu armamento normal, só lhes sendo atribuída escolta excepcionalmente, quando a situação assim o exigir, fornecida pelo próprio corpo. Sendo os aviões os maiores inimigos dos comboios devem-se tomar precauções para que escapem, tanto quanto possível, ás suas vistos.

19 — Em caso de ataque é necessário que o máximo esforço se faça para salvá-lo, podendo mesmo ir até ao sacrifício de algumas viaturas, lançando-lhes fogo ou inutilizando-as; isto, no entanto, se fará em tal emergência com aquelas cujo carregamento apresenta menor importância (art.º 781, última parte, do R. S. C.). Isto, porém, só se fará em situações extremas.

20 — Constitui crime militar de "traição e covardia" a entrega ao inimigo de provisões de guerra ou munições, por todo o comandante de fôrça, sem ter exgotado os meios de defesa e resistência ou abandonar propositalmente o comboio de que fôr escoltador. Pena de morte, no gráu máximo; prisão com trabalho, por 20 anos, no médio; e por 10 anos, no mínimo (Código Penal Militar, art.º 81, §§ 1.º e 9.º).

21 — Todo o indivíduo que incendiar depósitos, armazéns, etc., pertencentes á nação, ainda que o fogo seja extinto depois de sua manifestação sejam quais fôrem os estragos produzidos. Pena — prisão com trabalho por dois a seis anos (Código Penal Militar, art.º 160).

Si só, ou em bandos de três ou mais, estragar munições de guerra ou de bôca, etc., pertencentes á Nação, recolhidos ou não a depósitos. Pena — prisão com trabalho por um a quatro anos.

Sugestões

«As sugestões devem chegar á nossa redação até o dia 15 de cada mês com a assinatura do seu autor, a qual poderá não ser publicada se assim nos fôr pedido».

(Nota importante do n.º 149/50 de 1926).

Tiros de Guerra

Pelo **Cap. Antº de Castro Nascimento**

Inspector dos T. G. da VI Região

I — Considerando que a finalidade dos Tiros de Guerra é preparar cidadãos brasileiros para a defesa da Patria, formando reservistas de segunda categoria, com o título de *escolas de preparação militar*.

II — Considerando que os Tiros de Guerra estão subordinados á Diretoria Geral do Tiro de Guerra e ao Comandante da Região ou Circunscrição Militar, isto é, ás autoridades militares.

III — Considerando que a sociedade de Tiro de Guerra é dirigida por um conselho deliberativo que se compõe do chefe do executivo municipal, como presidente honorário, do instrutor, como diretor da instrução militar, e mais dos seguintes membros eleitos por um ano, dentre os sócios maiores de 21 anos, cujas contribuições estiverem pagas em dia:

um presidente (civil);
um vice-presidente (civil);
um tesoureiro (civil);
um secretário (civil).

IV — Considerando que as I. S. T. I. (n.º 85) prevêm penalidades para os atiradores matriculados na «escola do soldado» é, nenhuma para os membros do conselho deliberativo, que é composto de civis, a exceção do instrutor, fugindo os mesmos á alçada das autoridades militares.

V — Considerando que as I. S. T. I. (n.º 85) aprovadas em 8 de Abril de 1918, já preencheram os fins de propaganda da instrução militar no meio civil, e, que, hoje, não mais satisfazem, necessitando urgentes modificações.

VI — Considerando que para haver maior interesse e responsabilidade por parte dos dirigentes

dos Tiros de Guerra, torna-se necessário serem dirigidos por militares da ativa ou da reserva, sendo que para êstes, dando-lhes uma gratificação, a exemplo do que se faz com os das C. R.

VII — Considerando que com a exigência da caderneta militar (reservista) como documento público de identificação pessoal e indispensável para que o brasileiro possa praticar qualquer ato da vida pública, exercer qualquer profissão ou emprêgos públicos, obter diplomas, título e passaporte, assinar contratos com os governos, federal, estadual ou municipal, matricular-se em escola superior ou ser promovido de ano letivo quando fôr maior de 18 anos de idade, veio tornar quasi obrigatória a situação do cidadão ser reservista do Exército (1.ª ou 2.ª categorias).

VIII — Considerando que a situação financeira do nosso país não comporta qualquer aumento do nosso Exército, sendo nosso efetivo de paz ridículo para as necessidades de formação de reservas de 1.ª categoria.

IX — Considerando que a procura de matrícula nas «Escolas de Soldado» nos T. G. este ano aumentou, embora, com a crise existente.

X — Esta Inspetoria apresenta as seguintes sugestões:

a) Serem os atuais Tiros de Guerra transformados em *Centros de Preparação de Reservistas*, sob a direção de oficiais da ativa (atuais delegados de recrutamento militar, onde houver), oficiais das reservas (1.ª e 2.ª classe de 1.ª linha) mediante uma gratificação mensal arbitrada pelo governo;

- b) Acabar-se com as atuais diretorias dos Tiros, visto quasi todas não preencherem os seus fins, nem terem nenhuma ligação de subordinação hierárquica com as autoridades militares;
- c) Continuarem os sócios dos C. P. M. a pagar as suas mensalidades e joias, de acordo com as exigências atuais das I. S. T. I., (n.º 85), sendo as mensalidades empregadas da mesma maneira que vem sendo feito atualmente;
- d) Serem os serviços de secretaria e tesouraria exercidos pelo instrutor ou por um civil (reservista) empregado para este fim, caso as possibilidades financeiras do T. G. o permitam;
- e) Serem os C. P. M. nas capitais dos Estados reunidos sob a direção dum oficial,

dispondo para a instrução de sargentos auxiliares, ficando subordinados diretamente aos comandantes de guarnições, e, nas sédes das Regiões Militares, sob a direção e fiscalização do Chefe do Estado Maior Regional.

XI — *Justificação:* a) Com a adoção destas medidas acima expostas, evitar-se-ia que vários Tiros se afastassem das suas finalidades, transformando-se em arma política e exercendo funções policiais contra o bando de «Lampeão» e seus aceclas, aqui no sertão do nordeste; b) Acabar-se-ia com os constantes encostamentos, suspensões e desincorporações de T. G., com grandes prejuízos para as nossas e para as populações locais; c) Interessaria, mais de perto, os militares no problema de preparação das nossas reservas de 2.ª categoria.

Clamar e conclamar...

«A História é um tratado de guerras, o Universo um rio de sangue, a Humanidade uma superposição de raças vencedoras a raças subjugadas. O Brasil vive embalado em doces ilusões e sonhando sonhos cor de rosa; povo bom, nobre, progressista, valoroso, julga os outros por si, e, incapaz de ferir, está certo de não ser ferido; ora, nas méras relações entre pessoas, esta filosofia ingénua conduz ás mais funestas consequências. Marchando ousadamente diante da civilização do seu tempo, estabeleceu o arbitramento compulsório e próibiu a guerra de conquista; depois do que, ao ritmo mavioso destas palavras, adormeceu, esquecido de que as suas leis não obrigam também aos outros, e que a impetuosidade do ataque moderno é tal, que aquele que dormiu nem tempo tem de se mover, — abre os olhos e se encontra manietado, amordaçado, definitivamente reduzido á impotência. Precisa despertar. Compete sobretudo aos dignos oficiais do nosso Exército clamar e conclamar até serem ouvidos; são elos os mesmos responsáveis por este estado, mas, no dia da punição, os que não ficarem no campo, exalando, com o último suspiro, o último pensamento, para os entes queridos e a Pátria abatida e humilhada, voltarão cabisbaixos, reentrando na casa de seus pais ou de seus filhos portadores do luto e da derrota».

(De um discurso do Prof. Miguel Couto)

Materia de colaboração

A Direção de «A DEFESA NACIONAL» comunica a seus amigos que está com todos os seus serviços funcionando com plena regularidade. Essa situação foi atingida graças aos recursos indispensáveis fornecidos pelos sócios e assinantes e, em particular, pelo valioso auxílio que sempre foi trazido pela colaboração ás páginas da Revista.

A Redação lembra, porém, a seus prestativos colaboradores que as Secções das Armas necessitam da continuidade da remessa de trabalhos, principalmente os de tática aplicada.

Além disso, pede aos camaradas dos Estados que façam renascer, sem demora, a nossa antiga secção DA PROVÍNCIA, tão útil ao conhecimento mutuo das guarnições do Exército. As colunas de A DEFESA NACIONAL se sentirão bem aquinhoadas si publicarem trabalho vindos dos corpos de tropa, como sejam *exercícios, manobras, notícias* sobre suas atividades, etc..

MINISTERIO DA GUERRA

CONFEDERAÇÃO COLOMBOFILA BRASILEIRA

C R E A D A
PELO DECRETO
N. 22.894

DE 6 DE JULHO DE 1933



REGULAMENTADA
PELO DECRETO
N. 23.905 DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1934

BOLETIM

OFICIAL

ANO I

JULHO - 1934

N. 4

Ata da setima Sessão da Diretoria da Confederação Colombófila Brasileira.

As dezesseis horas do dia sete de Junho de mil novecentos e trinta e quatro, reuniu-se em sua séde a Diretoria da C. C. B. composta dos Snrs.: Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Presidente; Ten. Cel. Nestor Rodrigues Silva, Vice-Presidente militar; Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil; 1.º Ten. Rodrigo Otavio Jordão Ramos, 1.º Secretario; Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro; Dr. Antonio Gomes de Mattos, 2.º Secretario; Dr. Leonidio Ribeiro, 2.º Tesoureiro, representado pelo Snr. Vice-Presidente civil. Estando presente todos os membros, a Diretoria passou a deliberar. Aberta a sessão pelo Snr. Presidente, o Snr. 1.º Secretario lê a ata da sessão anterior, que é aprovada; em seguida lê o expediente, que constou de grande numero de ofícios enviados pela C.C.B. e das respostas, que ficaram arquivadas na Secretaria.

O Snr. Vice-Presidente civil, apresenta e entrega 3.000 (tres mil) anilhas de aluminio das 6.000 (seis mil) encomendadas á firma Henri Vercamert de Clerck. As anilhas que foram aprovadas e que serão as oficiais da C.C.B., apresentam as seguintes características: iniciais (C.C.B.), emblema da Republica, o ano (34), e a numeração seguida de 1 (um) a 6.000 (seis mil), tendo 9 mm. de diametro pela parte externa e 7 mm. pela parte interna..

Por proposta do Snr. Presidente, as anilhas de aluminio serão vendidas por 150 (cento e cincuenta) reis, cada uma, ás entidades filiadas e criadores filiados diretamente, devendo as entidades revenderem aos seus associados pelo preço maximo de 200 (duzentos) reis. Por proposta do Snr. Vice-Presidente civil ficou resolvido que as anilhas de borracha para concursos, encomendadas, serão vendidas ás entidades filiadas, pelo preço de 70 (setenta) reis cada uma, devendo as entidades revenderem aos seus associados pelo preço maximo de 100 (cem) reis.

O Sr. Vice-Presidente civil pede autorisação para abrir concurrencia para todo o material previsto pelo Regulamento, como sejam: ficha individual de pombo, cadernetas, balancetes, inventarios, etc., e que é aprovado, apresentando-se os modelos dos mesmos.

Por proposta do Snr. Presidente, ficou encarregado o Snr. Vice-Presidente civil de tratar com o Interventor no Distrito Federal, para que os pombos pertencentes aos associados das entidades filiadas não paguem taxas de veterinario e exportação nas estações de embarque, quando forem em treinamento.

O Snr. Vice-Presidente civil lê um oficio da Sociedade Colombófila Paulista, apresentando os documentos exigidos pelo Regulamento, e pedindo filiação definitiva á C. C. B., como aprovação de seus mapas de treinamentos e concursos para a temporada de 1934; o que é aprovado após cuidadoso exa-

me dos referidos documentos. Ficando a Sociedade Colombofila Paulista filiada definitivamente á C.C.B. sob o numero 2 (dois), e seus pombais com o indicativo B, seguido dos algarismos pela ordem.

Lê ainda o Snr. Vice-Presidente civil um oficio da Sociedade Brasileira de Avicultura, apresentando os documentos exigidos pelo Regulamento, e pedindo filiação definitiva para sua Secção Colombofila, como aprovação dos mapas de treinamentos e concursos para a temporada de 1934 da mesma Secção; o que é aprovado após exame dos referidos documentos. Ficando a Secção Colombofila da Sociedade Brasileira de Avicultura filiada definitivamente á C. C. B. sob o numero 3 (tres), e seus pombais com o indicativo C, seguido dos algarismos pela ordem. O Snr. Vice-Presidente lê um oficio da Sociedade Colombofila Pindense, situada em São Paulo na cidade de Pindamonhangaba, pedindo instruções para se filiar, ficando resolvido oficiar á citada Sociedade neste sentido.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual eu 1.º Secretario 1.º Ten. Rodrigo Otavio Jordão Ramos, lavrei a presente ata que vai assinada por mim juntamente com todos os membros presentes.

Rio de Janeiro, 21 de Junho de 1934.

(aa) Rodrigo Otavio Jordão Ramos.
Amaro Soares Bittencourt.
Nestor Rodrigues Silva.
Dr. Roberto de Freitas Lima.
Braulio Ribeiro de Macedo Soares.
Dr. Antonio Gomes de Mattos.

**

Ata da oitava Sessão da Diretoria da Confederação Colombofila Brasileira.

As dezesseis horas do dia vinte e um de junho de mil novecentos e trinta e quatro, reuniu-se em sua séde a Diretoria da Confederação Colombofila Brasileira, composta dos Snrs.: Ten. Cel. Amaro Soares Bittencourt, Presidente; Ten. Cel. Nestor Rodrigues Silva, Vice-Presidente militar; Dr. Roberto de Freitas Lima, Vice-Presidente civil; 1.º Ten. Ro-

drigo Otavio Jordão Ramos, 1.º Secretario; Braulio Ribeiro de Macedo Soares, 1.º Tesoureiro, Jorge Rodrigues da Silveira vogal sobre exposições; Dr. Antonio Gomes de Mattos, 2.º Secretario e Dr. Leonidio Ribeiro, 2.º Tesoureiro, representados pelo Snr. Vice-Presidente civil. Estando presente a maioria dos membros a Diretoria passou a deliberar. Aberta a sessão pelo Snr. Presidente, e Snr. 1.º Secretario lê a ata da sessão anterior que é aprovada, em seguida lê o expediente que constou de grande numero de oficios enviados á Confederação Colombofila Brasileira, e das cópias das respostas que ficaram arquivadas na Secretaria. O Snr. Vice-Presidente civil lê um oficio da Sociedade Colombofila «Pindense», datado de dez de Junho proximo passado, no qual declara não poder se filiar de modo definitivo, por não contar com os elementos exigidos pelo Art. n.º 31, trinta e um, como igualmente não poder arcar com as despesas dos treinamentos, caso viesse a se filiar de modo transitorio; pedindo filiação temporaria, desejando apenas usufruir das vantagens conferidas pela alinea E, do Artigo n.º 33, do Regulamento da Confederação Colombofila Brasileira; propõe então o Snr. Vice-Presidente civil, baseando sua argumentação no Artigo n.º 5, alineas B. e C. como na alinea S. do Artigo n.º 13, que seja concedida filiação provisoria, pelo prazo maximo de três anos, sem direito a prorrogação sob qualquer pretexto, tendo por fim conseguir neste prazo, a entidade em questão, os elementos exigidos pelo Artigo n.º 31 (trinta e um) (filiação definitiva); gosando a Sociedade «Pindense» das vantagens conferidas pelo Artigo 33 trinta e três, como tendo todas as obrigações determinadas pelo Artigo 34 e demais do Regulamento da Confederação Colombofila Brasileira. A proposta do Snr. Vice-Presidente civil foi aprovada por unanimidade, visto ter se levado em consideração tratar-se de uma entidade que tem por séde uma cidade pequena e pouco populosa, como visando o estímulo, orientação, e fiscalização da colombofilia. O Snr. Vice-Presidente civil comunica já ter feito a revisão das provas do Regulamento, a ser publicado em folhetos, enviadas pela Imprensa Na-

cional. O Snr. Vice-Presidente civil, declara já ter aberto concurrencia para o material de que tratou na sessão anterior, fornecendo os modelos, de acordo com a autorização dada pela mesma. Por proposta do Snr. Presidente, ficou resolvido que o Snr. 1.º Tesoureiro adquira passagens de 1.ª classe (primeira classe), nos trens onde não haja segunda classe, para os condutores de pombos, afim de executarem os treinamentos constantes dos mapas aprovados, até que seja facultado ao Snr. Presidente requisita-las.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão da qual, eu, 1.º Secretario, 1.º Ten. Rodrigo Otavio Jordão Ramos, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, juntamente com todos os membros presentes.

Rio de Janeiro 10 de Julho de 1934.

(aa) Rodrigo Otavio Jordão Ramos.
Amaro Soares Bittencourt.
Nestor Rodrigues Silva.
Dr. Roberto de Freitas Lima.
Braulio Ribeiro de Macelo Soares.
Jorge Rodrigues da Silveira.

Treinamentos e Concursos realizados por intermedio da C. C. B.

Entidade: - Sociedade Brasileira de Avicultura, filiada sob o n. 3.

Treinamentos no Ramal de S. Paulo	Cascadura Deodoro Nova Iguassú
Treinamentos no Ramal de Minas	Penha Meriti Rosario

Entidade: - Clube Colombofilo Carioca, filiado sob o n. 1.

Treinamentos no Ramal de S. Paulo	Barra Pirai Barra Mansa Rezende
Treinamentos no Ramal de Minas	Entre-Rios Palmira Barbacena
Treinamentos no Ramal de Victoria	Macaé Conde Araruama Campos

Concursos

Local: Barra Pirai - **Distancia:** 81 quilometros - **Categoria:** filhotes - **Data:** 10-6-34 - **Tempo:** estavel - **Hora da solta:** 9 horas - **Tempo de vôo:** 1 hora e 21 minutos - **Velocidade por minuto:** 1 quilometro.

Classificação:

1º lugar - Dr. Roberto de Freitas Lima, pombo n.20
2º lugar - Dr. Roberto de Freitas Lima, pombo n.19
3º lugar - Braulio Ribeiro de Macelo Soares, pombo 432.

Local: Entre Rios - **Distancia:** 92 quilometros - **Categoria:** filhotes - **Data:** 10-6-34 - **Tempo:** estavel - **Hora da solta:** 10 horas e 30 minutos - **Tempo de vôo:** 1 hora e 32 minutos - **Velocidade por minuto:** 1 quilometro.

Classificação:

1º lugar - Dr. Oswaldo Baptista Figueiredo, pombo n. 97.
2º lugar - Dr. Oswaldo Baptista Figueiredo, pombo n. 65.
3º lugar - Dr. Oswaldo Baptista Figueiredo, pombo n. 54.

Local: Campos - **Distancia:** 226 quilometros e 500 metros - **Categoria:** adultos e filhotes - **Data:** 23-5-34 - **Tempo:** estavel - **Hora da solta:** 7 horas - **Tempo de vôo:** 3 horas e 46minutos - **Velocidade por minuto:** 1 quilometro.

Classificação:

1º lugar - Dr. Roberto de Freitas Lima, pombo n.38
2º lugar - Braulio Ribeiro de Macelo Soares, pombo n. 351.
3º lugar - Braulio Ribeiro de Macelo Soares, pombo n. 268.

Material a venda na séde da C. C. B.

Anilhas de aluminio para o ano de 1934 (Mil) 150\$000

Anilhas de borracha para concursos (500) 35\$000

Livros: Atas, Borrador, Caixa, Diario, Copiador, Entradas e saidas de materiais (Total) 309\$000

Assinatura da "A Defesa Nacional", órgão oficial (ano) 18\$000

Manual Colombofilo Brasileiro..... \$8000

Pombos correios e contabilidade (*)

O «Diário Oficial» de 24-5-1934, publica na integra o Regulamento da Confederação Colombofila Brasileira, a que se refere o art. 8º do decreto n.º 22.894, de 6 de Julho de 1933, ficando materializada a idéia que de há muito se vinha fazendo sentir a realização, tal a utilidade dos pombos correios como meio de transmissão na guerra.

Entre os anexos que fazem parte desse regulamento figura o relativo à contabilidade que deve ser feita pela Confederação, pelas Federações estaduais e municipais (Cap. II) e pelas entidades filiadas (Cap. III), do qual vamos fazer ligeiro comentário, oportuno aliás, principalmente porque o método adotado não tem sido o de uso mais corrente previsto nos regulamentos expedidos pelo nosso Ministério.

Não fossem as necessidades dessa organização que, como se pôde ver por uma *leitura atenta* do regulamento que temos ante os olhos, ao mesmo tempo que é dependente do Ministério da Guerra gosa de autonomia completa quanto a determinados pontos, e a junção desse anexo se faria dispensável, bastando que um artigo do regulamento dissesse qual o método contabil a ser empregado e o funcionário especializado a cujo cargo ficaria (contador ou guarda-livros). Não sendo, porém, por sua propria natureza, dessas que devem ter um movimento patrimonial muito grande, nada ha que justifique manter a Confederação, Federações e entidades filiadas, distribuídas pelos varios Estados ou municípios do Brasil, um empregado (guarda-li-

vros), cada uma, exclusivamente encarregado de fazer a escrituração.

Essas organizações comportam, nas respectivas diretorias, os cargos de tesoureiro e de secretario aos quais deve

(*) O «Diário Oficial» de 24 deste mês publica o Regulamento da Confederação Colombofila Brasileira, criada pelo decreto 22.894, de 6 de Julho de 1934.

Pelo referido Regulamento somos informados de que a Confederação é uma dependência do Ministério da Guerra, gozando, porém, de autonomia — conforme declara o mesmo Regulamento.

A criação de pombos-correios é sem dúvida de reconhecida utilidade, pois de outra forma o Ministério da Guerra não teria aprovado por decreto especial o referido Regulamento.

O que não sabíamos era a importância que uma confederação de pombos-correios tinha para abrigar no seu Regulamento um anexo especial sobre «Regras e métodos de Contabilidade», explicando, em suas minúcias, as bases de escrituração e seus modelos, suas «características», número de folhas e dimensões do livro e da pauta, e os lançamentos a serem obrigatoriamente feitos. Tudo isto com um cunho de alta originalidade.

Serão precisos exemplos? — Transcrevemos:

«Art. VII — No Borrador são escrituradas todas as alterações de receita e despesa, por ordem cronológica de dia, mês e ano pelo próprio punho da pessoa dêle encarregada.

Art. IX — O mais importante livro da escrituração sintética é o «Diário», pois, além de exigir por lei, é o de maior valor em juízo, como prova de uma administração bem organizada».

Sabe o leitor como se deve escriturar o «Borrador»?

«Sempre que no fim de uma página faltar espaço para se completar um lançamento já iniciado, na última pauta dessa página escreve-se a nota — *Passa á página seguinte*, e na página seguinte escreve-se a nota — *Vem da página anterior*, completando-se a seguir o lançamento».

Que é fiscalização administrativa?

«Art. XXXI — Fiscalização administrativa consiste em verificar, pela diretoria, a gestão dos bens coletivos a cargo dos diversos agentes responsáveis ou dependentes, podendo aquela, para tanto, tomar as disposições que julgar convenientes».

É o caso, pois, de pedir para essas instruções a atenção do 3.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, atualmente reunido em S. Paulo. Não seria o caso de conferir então o diploma de contabilista a Monsieur de La Palisse?

(Artigo publicado no «Jornal do Brasil» de 26 de Maio de 1934).

ficar aféto, sem nenhum inconveniente, esse serviço conforme estabeleceu o § unico do art. VI do anexo em questão. Tais pessoas são civis (excetuando o 1.º secretário) e para cuja escolha devem satisfazer as exigencias do art. 9º do regulamento, uma das quais é: «ser um colombofilo premiado em concurso ou exposições»; quer dizer que nem sempre são pessoas conhedoras perfeitas da ciencia contabil, visto não se terem dedicado ao estudo dêste ramo de conhecimentos.

Acresce mais o fato de que em todos os regulamentos administrativos expedidos pelo M.G. tem sido norma corrente acrescentar em anexo as regras e instruções para a contabilidade dos serviços a que se referem, o que vem justificar e mais ainda encarecer a necessidade de fazer o mesmo com o regulamento da C.C.B. que é uma organização mixta, *sui generis*, que por isso mesmo requer o emprego adequado das regras de contabilidade, ao mesmo tempo faceis e simples, capazes de orientar aqueles a cujo cargo está a escrituração e facilitar a fiscalização previsita na alinea *n* do art. 13 (atribuições da diretoria).

Daí o motivo porque se tornou preciso descer até aos minimos detalhes na exposição das bases relativas ao serviço de escrita, aos livros adotados, seus modelos, descrição, formulas etc. perfeitamente dispensaveis a qualquer profissional do assunto que no regulamento, por motivos bem estudados e mui conscientemente, não foi previsto o emprego. Tudo isto, de um certo modo, foi um tanto original o que pôde ser observado

mesmo até pelos menos avisados, que tenham certo contacto com a materia.

Donde o plano seguinte que orientou o seu prepero:

1) — A adoção de uma escrita tão simples quanto possivel, capaz de ser feita por qualquer pessoa que lê as respectivas instruções;

2) — Elaboração de instruções claras, minuciosas, que expuzessem mesmo, de modo expresso, até as regras mais comuns;

3) — Padronização dos livros empregados para que fosse evitada a utilização de tipos diferentes pelos diversos orgãos confederados existentes no país.

4) — Exposição das *formulas* adotadas de um modo exemplificado nos modelos dêsses livros, fazendo-se assim mais comprehensivel o processo de escritura-los;

5) — Esclarecimento quanto ao meio de se proceder a fiscalização na escrita, encargo que é da diretoria;

6) — Finalmente a uniformidade indispensavel á bôa execução dos trabalhos, no caso em apreço.

**

Tendo em vista manter um numero tão reduzido quanto possivel de livros, foram somente adotados: O «borrador», o «Diario», o «Caixa», o de «Entradas e Saidas de materiais», o «Copiador» e o «Notas da Diretoria».

Não se adotou o «Razão» que é um dos mais uteis e indispensaveis em uma contabilidade perfeita, principalmente naquelas organizações que exigem o levantamento do balanço geral no fim de determinado periodo de tempo (geral-

mente nos fins de anos, podendo, entretanto, se levanta-lo em qualquer época que se tornar necessário), o que só poderia ser feito por um profissional (contador ou guarda-livros).

O regulamento, porém, só exige que o secretário zele pelo material da C.C.B. e organize o respectivo inventário (letras *e* e *f* do art. 17) e que o tesoureiro apresente mensalmente à Diretoria um balancete (letra *c* do art. 18) que é naturalmente o de caixa. Ora, aquele pôde ser perfeitamente extrahido do livro de «Entradas e Saídas de Materiais» após o respectivo balanceamento, como se pôde ver dos exemplos contidos nos modelos nos. 16 e 17 e este último do livro «Caixa», como é demonstrado pelos modelos nos. 15 e 16; para que as direções da C.C.B., F.E. ou F.M. possam ver e examinar o movimento ou a situação dos fundos e dos materiais isso é bastante suficiente.

O «Borrador» que comumente é um livro de primeiras anotações, feitas sem preocupação de limpeza, isenção de borrões, rasuras etc., ganhou, aqui, fôros de registro importante, o que pôde mesmo causar certa estranheza; si a simplificação já referida linhas acima foi necessária, alguma cousa que compensasse tal medida também deveria sê-lo e esta foi, com certeza, dar-lhe um certo valor pelo fato de, numa fiscalização, ser identificada, por exemplo, pela respectiva letra, a pessoa que anotou uma operação em cujo lançamento fôr encontrada qualquer dúvida; isto porque dispondo a tesouraria de auxiliares quando preciso (parágrafo único do art. 18)

algum deles poderá ser incumbido de escritura-lo.

Tudo isto, porém, não é caso virgem porquanto nas «Instruções para o serviço geral de contabilidade pública», aprovados pelo decreto n.º 13.746, de 3-9-919, vamos encontrar-lo em uma situação de destaque entre os livros necessários, a ponto de merecer uma secção de um capítulo (Secção III do capítulo I), contendo vários artigos, parágrafos e alíneas que detalham o modo de escritura-lo; estamos, portanto, em muito boa companhia, porquanto essas «Instruções» foram organizados por um alto funcionário da Fazenda, autoridade no *métier*, por incumbência do então Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, atual presidente do Congresso Nacional Constituinte, por ofício n.º 183 de 22 de Agosto de 1918.

Um livro que sempre foi considerado dos mais importantes, pela legislação de diversos países, é o «Diário» que o art. 13 das supramencionadas «Instruções» diz ser «o centro do edifício contábil» e servir «de apoio a todos os órgãos da escrituração sistemática», sendo exigido muito cuidado em sua escrituração «devendo suas partidas ser cópia fiel do *Borrador* ou das *Minutas*» (art. 15, ibidem).

Encontramos a sua exigência, de modo obrigatório, nos códigos francês, italiano, belga, austriaco, entre outros; isto porque «é o livro legal em que se lança a história de todos as operações realizadas, os registros de todos os fatos administrativos» (Carlos de Carvalho); «é

o livro fundamental da escrituração» (Francisco D'Auria); porque todos os grandes contabilistas são acórdes em considerá-lo de grande valor, si não sob o ponto de vista da pratica, sim, porém, pelo lado juridico, como meio de prova (Léautey, Caurccele Serreuil, Linde, G. Rota, Giuseppe Cerboni, Ettore Mondini, A. Sanguinetti, Francesco Villa, Bellini, Joseph Schratt etc.), sem o que não haveria motivos de se exigir para ele tantas formalidades extrinsecas e intrinsecas.

Para o comerciante, o Código Comercial Brasileiro (art. 11) o exige obrigatoriamente, bem como o «Copiador de Cartas»; exige que seja escrito no idioma do país *para ser admitir em juizo* (art. 16); *que a sua exhibição judicial* só pôde ser ordenada em favor de interessados em questões de sucessão, comunhão ou sociedade, *administração*, gestão mercantil por conta de outrem e em caso de quebra (art. 18). A sua falta é punida com prisão no caso de falencia (§ unico do art.º 37 da lei n.º 5.746, de 9-12-929). Não o tendo sêlado e rubricado incorrerá na multa de 200\$ a 1:000\$ (art. 59 do decreto n.º 17.538, de 10-11-929).

Parece que tudo isso, resumidamente exposto, é mais do que suficiente para demonstração do seu valor como meio de prova, na gestão dos negócios públicos ou particulares, que, por isso mesmo, o adotam por exigência legal; o seu uso como livro principal, juntamente com o «Borrador» e o «Razão» é anterior a 1494, quando o método das partidas dobradas foi primeiramente exposto pelo

frade italiano *Lucca Paciolo*, isto é, cerca de seis séculos. Por tantos títulos não havia como dispensá-lo; e foi o que o regulamento, muito acertadamente, não fez, assim como também ao «Copiador», visto que de qualquer forma seria necessário adotar em registro de documentos expedidos.

Tendo de ser escriturados, não só êsses como os demais, por exigências da propria organização das entidades ora regulamentadas, pelo punho de pessoas não profissionais no assunto, é claro que a exposição minunciosa e clara das regras, modelos e *formulas* havia de, forçosamente, se impôr como indispensável guia na bôa execução do trabalho; e êste, por uma questão de ordem, se faria em livros padronizados razão pela qual chegou-se até a descrever os seus modelos, fato que aliás não é novidade pois todos os regulamentos que tratam do assunto o fazem, juntando-se-lhes mesmo notas explicativas para melhor compreensão.

Uma das atribuições da Diretoria da C.C.B. (art. 13, alínea n) é: «Fiscalizar anualmente, nas respectivas sédes, a escrituração das entidades filiadas diretamente, das Federações Estaduais, das Federações Municipais, onde não exista Federação Estadual. Esta fiscalização poderá ser exercida por delegação a autoridades federais (de preferencia militares locais, quando as entidades ou Federações Estaduais e Municipais tiverem séde em localidades distantes da C.C.B.)».

É claro, pois, que para a execução dêste dispositivo fosse previsto um pro-

cesso qualquer, simples embóra afim de ser coerente com a orientação seguida no elaborar o plano contabil constante do anexo n.º 2. Para que a Diretoria, porém, não ficasse tolhida no exercicio dessa sua atribuição regulamentar, foi-lhe deixada a faculdade de estabelecer instruções mais completas, si assim entender, uma vés que para tanto ha conveniencia (art. III, secção I do anexo n.º 2). Assim é que a secção VI dêste anexo se refere particularmente a essa fiscalização administrativa, indicando em traços rápidos a norma a seguir para que ela seja levada a efeito; o seu fim, neste caso, verificar como estão sendo geridos os bens coletivos a cargo dos diversos agentes responsaveis ou dependentes (tesoureiros e secretarios da C.C.B., F.E. e F.M. etc.), podendo as Diretorias destas entidades tomar as disposições que julgar convenientes com relação aos elementos que lhes são filiados (art. 13 e 24).

É inutil dizer que êsses agentes, estando na maioria dos casos, afastados

da séde dessas Diretorias, tal fiscalização só se pôde efetuar pelo exame da escrita, verificando-se os balancetes e inventarios, cujas copias pôdem até ser enviadas a essas Diretorias, mediante pedido, afim de acompanhar o movimento das entidades a que se reférem, e os diversos livros, tudo na fórmula dos artigos XXXII e XXXIII, cousa aliás tão material que a simples observação dos modelos respectivos mostra como se pôde fazer. Estas normas foram traçadas de modo a ficarem com certa elasticidade para facilitar o encargo de quem deve, por força de disposição regulamentar, exercer a fiscalização, fim que tambem foi visado ao ser estabelecida a uniformidade dos diversos livros.

Terminando, resta-nos afirmar que, da fórmula como foi organizado, êsse plano contabil, sem pretender o titulo de perfeito, satisfaz cabalmente o fim visado pela organização presente tal como foi prevista; si, de futuro, alguma alteração para melhor se fizer sentir, a pratica a mostrará.

Acaba de sair e se acha á venda na Redação desta revista:

Manual Colombofilo Brasileiro

pelo Dr. ROBERTO FREITAS LIMA,
vice-presidente da Confederação Colombofila Brasileira.

Preço 8\$000 (mais \$800 pelo correio)